

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

Gabriel Zaccaro de Oliveira Freitas dos Reis

**MEMÓRIAS AUTOBIOGRÁFICAS:
UMA PROPOSTA DE RESSIGNIFICAÇÃO**

Santa Maria, RS
2023

Gabriel Zaccaro de Oliveira Freitas dos Reis

**MEMÓRIAS AUTOBIOGRÁFICAS:
UMA PROPOSTA DE RESSIGNIFICAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Curso/Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia

Prof. Dr. César Schirmer dos Santos

Santa Maria, RS
2023

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

dos Reis, Gabriel Zaccaro de Oliveira Freitas
Memórias autobiográficas: Uma proposta de
ressignificação / Gabriel Zaccaro de Oliveira Freitas
dos Reis.- 2023.
98 p.; 30 cm

Orientador: César Schirmer dos Santos
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Filosofia, RS, 2023

1. Memórias autobiográficas 2. Autonoese 3. Ética
conceitual 4. Melhoramento conceitual I. dos Santos,
César Schirmer II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, GABRIEL ZACCARO DE OLIVEIRA FREITAS DOS REIS, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Gabriel Zaccaro de Oliveira Freitas dos Reis

**MEMÓRIAS AUTOBIOGRÁFICAS:
UMA PROPOSTA DE RESSIGNIFICAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Curso/Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Filosofia.**

Aprovada em 23 de maio de 2023

César Schirmer dos Santos, Dr. (UFSM)

Beatriz Sorrentino Marques, Dra. (UFMT)

André Rosolem Sant'Anna, Dr. (Universität zu Köln)

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo aporte financeiro que possibilitou o presente trabalho. O investimento que me beneficiou durante o período do mestrado, também beneficia milhares de pesquisadores pelo Brasil, o que é de fundamental importância para o avanço do conhecimento.

Em segundo lugar, agradeço meu orientador, Prof. Dr. César Schirmer dos Santos, pelas inúmeras reuniões de orientação nas quais debatemos ideias, que invariavelmente estão subjacentes no presente trabalho. Também agradeço por ser um exemplo de rigor metodológico e curiosidade intelectual, que acredito serem habilidades fundamentais para a investigação filosófica. Além disso, também sou grato pelos inúmeros incentivos e oportunidades de inserção acadêmica, como incentivo à participação de eventos, publicação de artigos, participação no Laboratório de Filosofia da Memória da UFSM, assim como participação na docência, por meio da disciplina de Docência Orientada.

Em terceiro lugar, agradeço a minha família, sobretudo meu pai William e minha mãe Vânia, por todo apoio afetivo e pelo constante incentivo à pesquisa.

Também agradeço a meus colegas membros do Laboratório de Filosofia da Memória da UFSM, no qual apresentei várias ideias pertinentes a meu trabalho. Neste ambiente, além de desenvolver o meu trabalho de maneira mais robusta por meio de discussões e argumentações, também fiz grandes amigos.

E por último agradeço a minha namorada Paula Copetti, pela companhia e parceria tanto nos momentos ruins como nos bons. Passamos por bastantes coisas durante esse período, e essas experiências foram, de alguma forma ou outra, refletidas no presente trabalho.

A pesquisa acadêmica se beneficia enormemente de um ambiente cooperativo e acolhedor, e foi assim que senti nesses meus anos na UFSM. A todos que fizeram parte dessa etapa, meu sincero agradecimento.

As pessoas são feitas de histórias. Nossas memórias não são um acúmulo imparcial de cada segundo que vivemos; elas são a narrativa que nós montamos a partir de momentos selecionados. E é por isso que, mesmo quando nós experimentamos os mesmos eventos que outros indivíduos, nós nunca construiremos narrativas idênticas; os critérios usados para selecionar os momentos foram diferentes para cada um de nós, e são um reflexo de nossa personalidade. Cada um de nós notou detalhes que chamaram nossa atenção e se lembrou o que era importante para nós, e as narrativas que criamos, por sua vez, moldam nossas personalidades. (CHIANG, 2019, p. 158, minha tradução)

RESUMO

MEMÓRIAS AUTOBIOGRÁFICAS: UMA PROPOSTA DE RESSIGNIFICAÇÃO

AUTOR: Gabriel Zaccaro de Oliveira Freitas dos Reis

ORIENTADOR: César Schirmer dos Santos

O presente trabalho apresenta motivos empiricamente embasados que defendem: (i) que há um problema de ambiguidade conceitual em relação ao conceito de “memórias autobiográficas”; (ii) esse problema está relacionado principalmente a uma visão que aproxima o conceito de “memórias autobiográficas” e o conceito de “memórias episódicas”; (iii) esse problema decorre de uma visão demasiadamente frouxa do significado de uma “autobiografia”; e (iv) esse problema pode ser simplesmente solucionado pela proposição de uma maneira de restringirmos a noção de autobiografia subjacente ao conceito de “memórias autobiográficas”. Para tanto, no capítulo 2, apresentarei conceitos relacionados a temporalidade subjetiva das memórias episódicas, tema que será utilizado para minha argumentação da diferença de fenomenologia entre memórias episódicas e memórias autobiográficas. No capítulo 3, colocarei dois argumentos para defender, respectivamente, uma diferença de fenomenologia e de referência ao self entre memórias episódicas, memórias semânticas e memórias autobiográficas. Além disso, coloco em prática uma tarefa metafísica prescritiva, na qual proponho o melhoramento do conceito de memórias autobiográficas pela restrição da significação de “autobiografia”, de maneira a evitar os problemas de clareza conceitual do termo visto por toda literatura sobre a memória. E no capítulo 4 tratarei sobre o self e o problema da identidade pessoal. Acredito que podemos analisar de que maneira minha proposta de ressignificação do termo “memórias autobiográficas” pode auxiliar a melhor pensar questões relativas à identidade pessoal.

Palavras-chave: Memórias autobiográficas; Autooese; Ética conceitual; Melhoramento conceitual

ABSTRACT

AUTOBIOGRAPHICAL MEMORIES: A RESSIGNIFICATION PROPOSAL

AUTHOR: Gabriel Zaccaro de Oliveira Freitas dos Reis

SUPERVISOR: César Schirmer dos Santos

The present work presents empirically based reasons to defend that: (i) there is a problem of conceptual ambiguity related to the concept of “autobiographical memories”; (ii) this problem is related mainly to a view that approximates the concept of “autobiographical memories” and the concept of “episodic memories”; (iii) that problem results from a largely loose view regarding the meaning of an “autobiography”; and (iv) that problem can be simply solved by the proposition of a way to restrict the notion of autobiography underlying to the concept of “autobiographical memories”. To accomplish this, in chapter 2, I will present concepts related to subjective temporality of episodic memories, which will be utilized for my argumentation of the difference in phenomenology between episodic memories and autobiographical memories. And in chapter 4, I put forward two arguments to defend, respectively, the difference in phenomenology and self-reference between episodic memories, semantic memories, and autobiographical memories. Furthermore, I put in practice a prescriptive metaphysical task, in which I propose the conceptual amelioration of the concept of “autobiographical memories” by the restriction of the meaning of “autobiography”, in a way of avoiding the conceptual clarity problems of the term, which can be seen throughout the literature. In chapter 4, I will treat about the self and the problem of personal identity. I believe that we can analyze in which way my resignification proposal of “autobiographical memories” can help us better understand questions related to personal identity.

Keywords: Autobiographical memories; Autonoesis; Conceptual Ethics; Conceptual amelioration

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 TEMPO SUBJETIVO NA FILOSOFIA DA MEMÓRIA: AUTONOESE E VIAGEM NO TEMPO MENTAL.....	13
2.1 DEFINIÇÕES PRELIMINARES	15
2.1.1 Memórias declarativas	17
2.1.1.1 O caso do paciente H.M.....	18
2.1.2 Memória episódica e memória semântica.....	20
2.2 TEMPO SUBJETIVO E FENOMENOLOGIA	26
2.2.1 Autonoese.....	26
2.1.1.1 A autonoese como um sentimento metacognitivo	28
2.2.3 Viagem no tempo mental.....	29
2.3 TEORIAS DA MEMÓRIA	31
2.3.1 O debate (des)continuista.....	32
2.3.1.1 Teoria Causal da Memória.....	34
<i>2.3.1.1.1 Geração, preservação e transmissão</i>	<i>36</i>
2.3.1.2 Teoria Causal Autonoética.....	38
2.3.1.3 Teoria Causal Procedural.....	40
2.3.1.4 Teoria Simulacionista da Memória	41
3 ÉTICA CONCEITUAL E MEMÓRIAS AUTOBIOGRÁFICAS	45
3.1 TAXONOMIA ATUAL.....	47
3.1.1 O caso do paciente K.C.	48
3.2 HISTÓRIAS CONCEITUAIS DAS MEMÓRIAS AUTOBIOGRÁFICAS	49
3.2.1 O uso de "memórias autobiográficas" por Tulving.....	50
3.2.2 O uso de "memórias autobiográficas" por Martin Conway.....	52
3.3 DOIS PROBLEMAS RELACIONADOS.....	54
3.3.1 Argumento em favor da diferenciação entre memórias episódicas e memórias autobiográficas.....	56
3.3.2 Uma diferença de fenomenologia.....	60

3.3.3 Uma diferença na referência ao self	61
3.4 O QUE É UMA "AUTOBIOGRAFIA"?	63
3.5 APRESENTANDO A METODOLOGIA DA ÉTICA CONCEITUAL.....	64
3.6 MELHORANDO O CONCEITO DE "MEMÓRIAS AUTOBIOGRÁFICAS"	66
3.6.1 Estrutura da base de conhecimento autobiográfico	66
3.6.2 Uso geral da "autobiografia"	69
3.7 CONSEQUÊNCIAS	73
4 SELF E IDENTIDADE PESSOAL	74
4.1 UMA BREVE INTRODUÇÃO AOS PRINCÍPIOS DE IDENTIDADE DE LEIBNIZ...	75
4.1.1 O Contraexemplo de Thomas Reid: O caso do bravo oficial	77
4.2 REJEITANDO UMA TEORIA DA MEMÓRIA COMO BASE DA IDENTIDADE PESSOAL.....	78
4.3 TEORIAS DE CONTINUIDADE PSICOLÓGICA.....	82
4.3.1 Primeira dificuldade: Teorias da memória são muito fracas	82
4.3.2 Segunda dificuldade: Teorias da memória são muito fortes	83
4.4 PROBLEMAS DAS TEORIAS DE CONTINUIDADE PSICOLÓGICA.....	84
4.5 PROPOSTA DE SCHECHTMAN	85
4.6 SELF NARRATIVO	87
4.6.1 A definição de Self e o Self Narrativo	89
4.6.2 Modulação do conteúdo da memória episódica pelo self narrativo	90
4.6.2.1 Output.....	91
4.6.2.2 Processo	92
4.6.2.3 Input.....	93
4.7 ALGUMAS CONCLUSÕES PRELIMINARES	93
4.7.1 Usando memórias autobiográficas para a identidade pessoal	95
CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS	100

1 INTRODUÇÃO

A filosofia da memória tem se desenvolvido como uma área fértil para a pesquisa filosófica. Pesquisas dentro dessa área, em sua grande maioria, são desenvolvidas com uma proximidade grande com as evidências empíricas de áreas como a psicologia cognitiva e as neurociências de maneira geral. A partir disso, a filosofia da memória lida, por exemplo, com questões de definição dos principais conceitos utilizados para os estudos da memória amplamente entendida, como os conceitos de memória episódica, memória semântica, e memória autobiográfica. As perguntas que guiam as propostas de definição desses conceitos são perguntas que levam em consideração a diferença entre estados mentais de memória ou *mnêmicos* e outros estados mentais correlatos. Perguntas como: “Qual a diferença entre lembrar e imaginar?” ou “Qual a diferença entre lembrar e saber?” são questões que guiam a investigação filosófica em relação à memória.

O presente trabalho possui um objetivo mais específico, a saber, o de propor uma nova definição para o conceito de memórias autobiográficas. Como pretenderei mostrar ao quarto capítulo, o conceito de memórias autobiográficas é um conceito vastamente utilizado na literatura sobre a memória, podendo seu uso ser traçado a trabalhos de psicólogos como Sigmund Freud, por exemplo, porém é um conceito que cuja definição é pouco tematizada, em comparação aos demais tipos de memória. A partir disso, vemos através da literatura a utilização de tal conceito das mais variadas maneiras, o que, como mostrarei, acaba conferindo ao conceito de “memórias autobiográficas” uma ambiguidade problemática.

A partir de tal problema me proponho, a partir de uma investigação sistemática de sua utilização, propor uma ressignificação desse conceito, de maneira que eliminemos os problemas relacionados a sua ambiguidade, e conseqüentemente, restauremos sua inegável utilidade e disseminemos seu uso sem incorrer em problemas conceituais com conceitos que são semanticamente próximos, contudo, inerentemente distintos, como o conceito de “memória episódica”.

Para tanto, o presente trabalho seguirá da seguinte forma. Primeiramente, no capítulo 2, tratarei da fenomenologia das memórias episódicas. Além de colocar conceitualizações que serão vitais para minha argumentação final, esse capítulo também serve para colocar o leitor a par dos conceitos, problemas, e principais teorias relativas ao campo da filosofia da memória. Assim, além de tematizar a temporalidade subjetiva das memórias, o capítulo serve como uma maneira de introduzir o leitor ao atual paradigma que circunda as principais investigações relativas ao campo da filosofia da memória. Em segundo lugar, tratarei mais especificamente

sobre o conceito de memórias autobiográficas, isto é, de que maneira ele foi utilizado através da literatura e quais os problemas de ambiguidade conceitual resultantes de tais usos. Pretendendo levar uma tarefa de metafísica prescritiva a cabo, me utilizo da metodologia da ética conceitual para dar razões para que ressignifiquemos tal conceito a ponto de que eliminemos ao máximo os problemas relacionados ao seu uso. Em suma, a metodologia da ética conceitual defende que uma das tarefas importante da metafísica é a da avaliação da função de conceitos tidos como problemáticos. Para fundamentar a tarefa de ressignificação apresento dois argumentos: O primeiro visa demonstrar que memórias episódicas e memórias autobiográficas diferem quanto a sua fenomenologia, e portanto, não podem ser conceitos intercambiáveis. Isso é necessário para que evitemos um dos problemas de ambiguidade conceitual, a nomear, o uso sinonímico entre esses dois conceitos. O segundo argumento propõe a existência de uma diferença na maneira como o *self* é referenciado em cada tipo de memória relevante a esse trabalho. A partir desse argumento, outro problema de ambiguidade, o relacionado ao uso demasiadamente frouxo do conceito de “memórias autobiográficas” pode ser solucionado.

Assim, com base nestes dois argumentos, defendo que uma tarefa de melhoramento conceitual é necessária para melhor utilização do termo, tarefa essa que será levada adiante por meio da argumentação que considera que o principal problema está relacionado ao qualificador “autobiográfico”, ao invés da categoria mais geral “memória”. Dessa forma, proponho que uma concepção mais restritiva do termo “autobiografia” é necessária para que a ressignificação seja bem-sucedida. A partir disso proponho que uma via pela qual tal tarefa possa ser cumprida é uma dissociação do termo à taxonomia tulvingniana, e sua associação a uma taxonomia paralela; aquela que postula que existe uma maneira de classificar memórias com base em sua extensão temporal, isto é a Estrutura Autobiográfica.

E por último, no capítulo 4, tratarei mais especificamente sobre questões relacionadas a nossa concepção de *self* e também sobre o problema correlato da persistência da identidade pessoal através do tempo, como estudo de caso para aplicação do conceito ressignificado de “memórias autobiográficas”. Frequentemente a memória é vista como uma temática mais fundamental àquela da identidade pessoal. Isso porque, em uma leitura clássica, mudanças em estados mnêmicos podem gerar mudanças em nossa concepção de *self*. Contudo, algo que gostaria de tematizar nesse capítulo é que o caminho inverso também é possível, isto é, nosso *self* e sua interação presente com o meio também pode alterar a maneira como lembramos. Isso tem muitas consequências, principalmente para o conceito de memórias autobiográficas, sendo

geralmente associado a uma narrativa de vida criada pelo próprio agente, isto é, pode ser lida como uma forma de autoentendimento.

Dessa maneira, acredito que o presente trabalho apresenta motivos empiricamente embasados que defendem: (i) que há um problema de ambiguidade conceitual em relação ao conceito de “memórias autobiográficas”; (ii) esse problema está relacionado principalmente a uma visão que aproxima o conceito de “memórias autobiográficas” e o conceito de “memórias episódicas”; (iii) esse problema decorre de uma visão demasiadamente frouxa do significado de uma “autobiografia”; e (iv) esse problema pode ser simplesmente solucionado pela proposição de uma maneira de restringirmos a noção de autobiografia subjacente ao conceito de “memórias autobiográficas”.

2 TEMPO SUBJETIVO NA FILOSOFIA DA MEMÓRIA: AUTONOESE E VIAGEM NO TEMPO MENTAL

Como mencionado anteriormente, o problema que guia o presente estudo está relacionado a uma certa ambiguidade ou indefinição do termo “memórias autobiográficas”, o qual julgo ser um conceito importante tanto para a literatura filosófica, quanto a empírica sobre a memória. O termo “memória autobiográfica” parece suscitar a ideia de que essas são memórias fundamentais para a narrativa de vida do indivíduo e também para a constituição do seu *self*. Por outro lado, o termo empírico “memórias episódicas”, está relacionado a rememoração de instâncias muito específicas de nosso passado, e dessa maneira, conforme argumentarei ao fim deste trabalho, não possuem a extensão, nem o tipo de referência a um *self* necessários para se caracterizarem como “autobiográficas”.

Contudo, antes de entrarmos nesse problema, é necessário que entendamos alguns conceitos fundamentais para a pesquisa em filosofia da memória. Nesse capítulo, além de dar uma introdução a conceitos básicos dentro dessa literatura, como o conceito de “memórias episódicas” e o de “memórias semânticas”, viso dar uma importância significativa a um elemento essencial para as memórias episódicas, a nomear, sua fenomenologia específica. Como veremos em minha argumentação final, essa fenomenologia pode ser considerada um ponto fundamental de divergência entre memórias episódicas e memórias autobiográficas.

A experiência de temporalidade subjetiva é constitutiva da fenomenologia das memórias episódicas, a qual estudos presentes tendem a considerar consensualmente como uma

característica necessária para nos lembrarmos episodicamente de nosso passado.¹ Neste capítulo introdutório, busco delimitar quais conceitos são centrais para a investigação filosófica sobre a temporalidade subjetiva das memórias episódicas e de que maneira esses conceitos afetam as diferentes teorias filosóficas sobre a memória. A partir da leitura desse capítulo, espera-se que o leitor esteja mais bem equipado para compreender tanto os debates centrais sobre *episodicidade* e *mnemicidade* na filosofia da memória. A finalidade última de tal introdução, para meus propósitos, é explicitar os conceitos centrais para os debates sobre filosofia da memória, e como propósito central, debates sobre a memória autobiográfica.

Pense agora em um evento que você presenciou em seu passado. Seja ele qual for, uma festa de aniversário, uma formatura ou até mesmo o seu almoço de ontem, você provavelmente se lembrou de tal evento com um certo sentimento inequívoco de que o episódio de fato se deu em seu passado pessoal. A essa experiência subjetiva particular chamamos de fenomenologia.² Apesar de parecer uma afirmação óbvia, não é claro o porquê de termos tal experiência subjetiva de tempo em nossas memórias. No entanto, esse caráter fenomenológico das memórias parece também ser parte constitutiva de sua natureza. Afinal, basta que consideremos que não estaríamos dispostos a designar um estado mental como uma memória episódica se ele não tivesse tal fenomenologia.

Com essas poucas considerações em mente, começaremos a notar que essa fenomenologia tem um papel importante em nossa própria concepção do que é uma memória. Aqui, tratarei sobre essa fenomenologia, que também é definida no âmbito das pesquisas sobre a memória como a nossa experiência de nós mesmos, ou do nosso *self*, no tempo subjetivo. Para tanto, explorarei algumas definições gerais sobre tipos de memória, e me voltando para um tipo específico delas, a memória episódica, mostrarei como essa fenomenologia figura em sua definição, como elemento necessário. Também especificarei os conceitos que utilizamos para definir uma experiência do *self* no tempo subjetivo mnêmica, assim como seu impacto em algumas das principais teorias filosóficas da memória.

Na literatura sobre a memória, nós encontramos diversas tentativas de dar uma resposta ao que seria especificamente esse tipo de fenomenologia do *self* no tempo subjetivo vinculada às memórias. Podemos citar, por exemplo, o seminal trabalho de Endel Tulving, “Memory and

¹ Como veremos na seção 2.1, lembrar episodicamente requer um tipo específico de fenomenologia. É importante ressaltar isto porque é possível se lembrar de episódios do nosso passado semanticamente, como veremos com o caso do paciente K.C. na subseção 3.1.1.

² Fenomenologia é um termo complexo e que têm uma história profunda dentro da filosofia. Na seção 2.1 definirei esse termo com mais precisão assim como farei algumas ressalvas para como o termo é utilizado comumente na filosofia da memória, e conseqüentemente, neste trabalho.

Consciousness”, no qual ele descreve os diferentes tipos de consciência que estão associados a diferentes tipos de memória (TULVING, 1985). Nesse trabalho, Tulving dá grande importância à consciência autooética, ou autooese, que, segundo ele, seria o tipo de consciência que acompanharia a memória episódica, ou nossa memória de eventos passados. Também temos outros pensadores, como William James (1890), que consideram que a fenomenologia da memória episódica pode ser explicada por meio de um *sentimento de passadidade*, o qual é descrito como um sentimento de *calor e intimidade* com nossa lembrança do passado.³ Mais recentemente, outros psicólogos tendem a ver essa fenomenologia como um sentimento episódico de saber (*episodic feeling of knowing*), isto é, uma “reflexão fenomenológica do fato de que sua memória de primeira-ordem é de primeira-mão, *i.e.*, se origina diretamente de sua experiência passada” (DOKIC, 2014).

Assim, apresentarei ao leitor diferentes visões acerca de dois conceitos centrais para a filosofia da memória, o de *autooese* e o de *viagem no tempo mental*. Pretendo, assim, explorar essas diferentes definições e mostrar como elas modificaram a maneira como nós concebemos a capacidade de lembrar episodicamente.

O capítulo se desenvolverá da seguinte maneira. Na seção 2.1 darei algumas definições preliminares que servirão de base para que depois eu possa situar o leitor na problemática da experiência do *self* no tempo subjetivo. Após isso, na seção 2.2, darei uma definição de autooese e de viagem no tempo mental, e mostrarei a relação entre esses conceitos segundo a literatura psicológica e filosófica. E finalmente, na seção 2.3, mostrarei de que forma a conjunção desses conceitos é importante para a literatura contemporânea da filosofia da memória, e como eles podem nos ajudar a entender o problema da definição de memórias episódicas. Principalmente, saliento que o desenvolvimento da ideia de que memórias episódicas constituem uma experiência de viagem no tempo mental é fundamental para as atuais visões construtivistas sobre a memória.

2.1 DEFINIÇÕES PRELIMINARES

Acredito que seja necessário, antes de entrarmos em definições sobre os componentes de uma memória episódica, primeiramente definir de maneira mais geral, o que se entendia por uma memória episódica e sua diferença em relação a outros tipos de memória, antes da

³ William James não utiliza o termo memória episódica, pois essa é uma terminologia cunhada por Endel Tulving em 1972, contudo, como James se refere a memórias de eventos do passado que possuem fenomenologia, assumimos que ele de fato se referia ao que hoje denominamos memórias episódicas.

proposição dos conceitos de autoconsciência e viagem no tempo mental. Desse modo podemos analisar um pouco da história conceitual desse tipo de memória.

Existiram, através da literatura, diferentes maneiras de se caracterizar os diferentes subtipos de memória. Primeiramente podemos citar a visão do senso comum, na qual a memória é vista como uma capacidade única, que desempenha várias funções, como a de preservar conhecimentos ou representações de fatos, experiências pessoais e atributos perceptuais. Essa visão pode ser justificada simplesmente pelo fato de que nós não correlacionamos e nem precisamos correlacionar, em um uso não acadêmico, conteúdos mnêmicos distintos, com diferentes tipos de memória. Essa maneira de caracterizar a memória é amplamente utilizada por nós em contextos cotidianos, e a memória, conceitualizada dessa maneira mais geral, cumpre a função a qual ela é designada, a saber, designar uma capacidade de trazer ao presente informações passadas, sejam elas quais forem. Em um contexto acadêmico, no entanto, uma caracterização tão geral não parece funcionar, a medida em que observamos diferenças significativas entre diferentes instâncias de memória, diferenças essas que justificam uma diferenciação entre *tipos* de memória.⁴

Diferentemente do senso comum, também podemos diferenciar memória de curto prazo e memória de longo prazo (ATKINSON; SHIFFRIN, 1968; WAUGH; NORMAN, 1965). Essa é uma diferenciação que não figura, tão frequentemente, na literatura mais recente sobre a memória, mas que guiou e impactou diversos estudos dentro do campo psicológico (MICHAELIAN; SUTTON, 2017a). Devemos notar, primeiramente, que a diferenciação entre memória de curto/longo prazo se assemelha, e pode ser vista como derivada da classificação entre memória primária e memória secundária de William James (1890).

No modelo de James, memórias primárias, ou aquilo que viríamos a chamar de memórias de curto prazo, são memórias cujo conteúdo reflete os conteúdos atuais da consciência. Já a memória secundária, ou memória de longo prazo, consistiria em memórias do passado distante, que não estão presentes na consciência, mas que podem se fazer presentes à consciência mediante um processo de evocação (ROSE et al., 2010). Como mencionei, o modelo de James pode ser interpretado como ancestral ao modelo de memórias de curto/longo prazo utilizados posteriormente. Contudo, os termos “memória de curto prazo” e “memória de longo prazo”, não são utilizados por James, e sim, são utilizados os termos “memória primária” e “memória secundária”.

⁴ Existem, como veremos na subseção intitulada “Teoria Causal Autoconsciente” exemplos de teorias que reservam o termo “memória” a um tipo específico de capacidade neurocognitiva, a nomear, o que normalmente chamaríamos de memória episódica.

Em relação ao senso comum, classificações baseadas na extensão temporal do armazenamento das memórias nos capacitam a entender coisas que um mero entendimento da memória como uma capacidade única ou monolítica não capacitam, como, por exemplo, as diferenças entre uma retenção de informação por um curto ou por um longo período. Acredito que todos já experimentaram o que é definido como memória de curto prazo, que pode ser exemplificado como quando alguém nos pede para que memorizemos um número de telefone ou um determinado endereço. Esse tipo de informação, muito provavelmente, se esvairá muito rapidamente de nossa consciência (talvez dentro de alguns minutos), e dessa forma, não teremos mais acesso a essa informação. Já a memória de longo prazo pode ser exemplificada por aquelas informações ou episódios que nos acompanham por um longo período de tempo, podendo durar até mesmo até o final de nossa vida. Lembrar-se que $2 + 2 = 4$ ou do seu primeiro dia de escola, podem ser exemplos plausíveis de memória de longo prazo.

Contudo, apesar da distinção entre memórias de curto/longo prazo ser útil e amplamente difundida, algumas outras definições surgiram, e se mostraram mais adequadas segundo as evidências empíricas de estudos psicológicos.⁵

2.1.1 Memórias declarativas

As memórias declarativas são definidas, de maneira simples, como aquele tipo de memórias que podemos declarar verbalmente, e deste modo, seu conteúdo representado nos é acessível. Memórias não declarativas, em contraste, são memórias as quais o conteúdo não é acessível conscientemente. Frequentemente exemplificamos esse tipo de memórias com as memórias motoras, como saber andar de bicicleta, saber ler palavras numa página de um livro, ou saber pegar um copo que está sobre a mesa. Ao mesmo tempo que nos parece natural fazer tais ações, e nos fica claro que de fato são ações que aprendemos no passado e que podemos desempenhar no presente, seu conteúdo não nos é acessível conscientemente. Outra consequência é que, se não podemos acessar o conteúdo de tais memórias, elas não podem ser transmitidas verbalmente a outras pessoas. Para que alguém adquira a habilidade de andar de bicicleta, não basta que eu a explique como fazer, mas ela deve tentar fazê-lo na prática, e assim adquirir essa habilidade. Essas denominações são ilustradas por Squire (2009), no seguinte trecho:

⁵ Dentre algumas delas podemos citar os casos de pacientes amnésicos como os pacientes H.M. e K.C. tratados no decorrer desta dissertação.

A maior distinção [das memórias] é entre a capacidade mnêmica consciente e declarativa sobre fatos e eventos e uma coleção de habilidades mnêmicas inconscientes e não-declarativas, tais como o aprendizado de habilidade e aprendizado habitual. No caso de memórias não-declarativas, a experiência modifica o comportamento, porém sem requerer nenhum conteúdo de memória consciente ou até mesmo a experiência de que a memória está sendo utilizada. A memória não-declarativa é expressa através da performance. A memória declarativa é expressa através do lembrar, como uma maneira de modelar o mundo externo (Squire, 2009, p. 12711, minha tradução)

O entendimento sobre a compartimentalização da memória, tal como utilizamos atualmente, começa a mudar no século XX, com o estudo do caso do paciente H.M. (SCOVILLE; MILNER, 1957a), apresentado a seguir.

2.1.1.1 O caso do paciente H.M.

O caso de H.M. foi de particular importância para a pesquisa da memória contemporânea. H.M. sofreu durante toda a sua infância e adolescência de um caso grave de convulsões incapacitantes que não podiam ser controladas apenas por medicação anticonvulsivante. Uma solução para o problema de H.M. foi proposto e realizado por William Beecher Scoville, que consistia na remoção das áreas cerebrais relacionadas às suas convulsões, que estavam localizadas principalmente em seus lobos temporais mediais.

Após a remoção dos lobos temporais de H.M., apesar do sucesso em conter seu caso de epilepsia, sintomas relacionados às suas capacidades de memória foram notados e devidamente relatados (MILNER; CORKIN; TEUBER, 1968; SCOVILLE; MILNER, 1957). H.M. desenvolveu um caso grave de amnésia anterógrada para eventos e fatos, bem como um caso de amnésia retrógrada.⁶ Os estudos sobre memória de H.M. deram aos pesquisadores razões para suspeitar que a memória para eventos e a memória para fatos poderiam ser armazenadas de forma diferente no cérebro, uma vez que H.M. poderia, até certo ponto, aprender novas informações factuais, embora completamente incapaz de adquirir novas memórias.

Assim, o caso de H.M. pode ser visto como o primeiro passo para os estudos modernos da memória, pois desafiava a ideia de que as memórias só poderiam ser classificadas com base na extensão do tempo de armazenamento, ou seja, com base em sua retenção de longo ou curto

⁶ A amnésia anterógrada refere-se à incapacidade de formar novas memórias. A amnésia retrógrada, por outro lado, refere-se à incapacidade de lembrar episódios que foram armazenados no sistema neurocognitivo antes do evento que gerou a amnésia.

prazo. Após os estudos pioneiros de Brenda Milner, Tulving finalmente chegou à clássica distinção entre memórias episódicas e semânticas proposta em 1972, que especificou ainda mais quais eram as condições de tal distinção.

Ainda outro passo em direção à atual taxonomia tulvingniana, no entanto, é a atualização do diferenciador entre memórias episódicas e semânticas. Através do estudo de outro caso importante de amnésia, o do paciente K.C., Tulving trocou sua abordagem de uma diferença de conteúdo por uma abordagem de uma diferença fenomenológica, que ainda é amplamente utilizada. Em suma, visões *baseadas em conteúdo* tentam classificar a memória em relação aos seus respectivos conteúdos, seja ele conteúdo de primeira ou segunda ordem (MICHAELIAN; SUTTON, 2017b). A distinção de Tulving em 1972 pode ser vista como especificando que, enquanto as memórias semânticas tinham conteúdo proposicional ou factual, as memórias episódicas tinham o que ficou conhecido como informação WWW (what-where-when, ou *quê-onde-quando*) (CHENG; WERNING, 2016; CHENG; WERNING; SUDDENDORF, 2016a; GRIFFITHS; DICKINSON; CLAYTON, 1999; SUDDENDORF; BUSBY, 2003). No entanto, como veremos, Tulving especificou outros critérios, como o tipo de referência. Enquanto as memórias semânticas faziam uma *referência cognitiva*, memórias episódicas faziam uma *referência autobiográfica*. *Visões de base fenomenológica*, o assunto da próxima subseção, diferenciam os tipos de memórias segundo o tipo de consciência que elas apresentam.

O caso do paciente H.M. foi muito importante para o desenvolvimento do nosso entendimento sobre a memória, pois a Dra. Brenda Milner acompanhou o caso de H.M. até o seu falecimento, estudando minuciosamente sua condição (RIBAS, 2020). A partir do estudo desse caso, Milner et al. (1968) observaram que apesar de ter suas capacidades para se lembrar de episódios de seu passado pessoal afetadas, H.M. ainda podia, mesmo que com mais dificuldade do que o normal, se lembrar de conhecimentos e fatos gerais. Isso levou os autores a levantar a hipótese de que a memória não era de fato uma capacidade cognitiva única, mas sim uma capacidade compartimentalizada que era desempenhada por diferentes regiões do encéfalo. Assim, as evidências provenientes do estudo do caso de H.M. apontavam para uma diferenciação do que antes era tido como uma memória de longo prazo.

Além disso, Squire (2009) cita três princípios fundamentais derivados dos estudos sobre o caso de H.M. que guiam, até mesmo atualmente, o trabalho experimental sobre a memória. São os seguintes:

Primeiro, a memória é uma função cerebral distinta, separável de outras habilidades cognitivas. Segundo, dado que H.M. se saía tão bem quanto outros da sua idade na

retenção de um número ou uma imagem visual por um curto período, o lobo médio-temporal não é necessário para memória imediata. Terceiro, as estruturas danificadas em H.M. não são os repositórios últimos da memória, porque ele reteve suas memórias remotas de infância. (Squire, 2009, p. 12711, minha tradução)

Isso nos mostra que, uma descrição dos sistemas de memória que se baseia em uma distinção entre tipos de memória pela extensão temporal da retenção de conteúdo poderia ser inadequada. Isto porque memórias que poderiam ser consideradas de longo prazo, poderiam ser divididas também pelo conteúdo representado no momento da evocação. H.M. tinha problemas, para recordar memórias sobre eventos, porém era capaz, de certa forma, de rememorar fatos sobre o passado. Ambos os tipos de memória são de longo prazo, por dizerem respeito a fatos armazenados por grandes períodos.

2.1.2 Memória episódica e memória semântica

Já em 1972, a partir dos estudos do psicólogo Endel Tulving, vemos o próximo passo tomado em relação à subdivisão dos sistemas de memória. A motivação principal dos estudos de Tulving deriva da noção de que, o termo “memória” havia se tornado um termo ambíguo, cujo significado havia caído no “limbo behaviorista”. Dessa forma, o propósito central de Tulving é *clarificar* o que de fato nós queremos dizer quando falamos em “memória”. Isto pode ser visto no seguinte trecho:

A questão [O que, exatamente, queremos dizer com memória?] vale a pena ser levantada, neste momento e neste volume, por pelo menos duas razões. Primeiro, o termo “memória” foi permitido, recentemente, retornar do limbo ao qual foi jogado pela onda behaviorista a trinta ou quarenta anos atrás. Já que ele promete ficar conosco por um bom tempo, nós podemos nos permitir demonstrar alguma curiosidade sobre seu significado. Segundo, [...] o leitor pode se perguntar, também, o que exatamente queremos dizer com memória. Levantar a questão sobre o significado do termo “memória”, e análises consequentes, uma versão da qual é apresentada neste capítulo, pode fazer uma modesta contribuição em direção a uma redução do grau de ambiguidade que caracterizam um dos conceitos mais populares na psicologia contemporânea. (Tulving, 1972, p. 382, minha tradução)

Para guiar seu propósito de clarificação, Tulving parte do conceito de memória semântica, que já havia sido proposto anteriormente por M. Ross Quillian em 1966 em seu livro “Semantic Memory”. As primeiras linhas do resumo do livro de Quillian colocam claramente o seu propósito:

Esse relatório descreve um modelo para a estrutura geral da memória de longo-prazo humana. Neste modelo, informação sobre coisas tais como significados de palavras é armazenado em uma rede complexa, que então mostra algumas das propriedades desejadas da *memória semântica* de um ser humano. (Quillian, 1966, minha tradução)

O propósito que Quillian é tentar segmentar da categoria mais geral de “memória de longo-prazo” uma habilidade específica da mente humana, a nossa capacidade de armazenar e evocar significados das palavras que utilizamos para compartilhar conhecimento através da linguagem. Seu objetivo, então, faz parte da maneira comum pela qual as ciências empíricas pretendem descrever a natureza, isto é, por meio da segmentação de categorias mais gerais em categorias menos gerais. Essas divisões são “dispositivos heurísticos úteis para avançar nosso entendimento sobre processos mentais” (TULVING, 1972, p. 383, minha tradução).

Retornando aos propósitos de Tulving, ele claramente coloca que seu objetivo é definir aquilo que a memória semântica não é (TULVING, 1972, p. 384). Isto porque parece que dizer que memórias de longo-prazo dizem respeito somente a nosso conhecimento sobre os significados das palavras parece deixar de lado outros tipos de representações mentais relevantes e que claramente perduram por longos períodos em nosso sistema cognitivo.

A partir deste propósito, Tulving divide os sistemas de memória declarativas em *memórias episódicas* e *memórias semânticas*, tomando o *conteúdo* como elemento diferenciador. Memórias episódicas são memórias que temos a respeito de episódios de nosso passado pessoal, como, por exemplo, a lembrança de uma festa de aniversário quando éramos crianças. Esse tipo de memória, segundo a caracterização de Tulving, é acompanhada pelo que ficou conhecido como informação WWW (*what-where-when*). Em uma tradução literal, chamaríamos de informação o *quê-onde-quando*, pois seu conteúdo compreende informações que especificam *o que* aconteceu, *onde* aconteceu e *quando* aconteceu.

A partir dessas informações o indivíduo teria todos os elementos necessários para se lembrar de um episódio. Por exemplo, para que alguém se lembre de sua festa de aniversário de 10 anos, basta que ele lembre informações relativas ao que aconteceu no evento (*e.g.* ele comeu bolo ou brincou com seus amigos na sua festa de aniversário), onde o evento ocorreu

(e.g. no apartamento da rua tal-e-tal), e também quando isso ocorreu (e.g. no dia 11 de agosto de 2007).

Além disso, Tulving também colocou mais precisamente o significado de memórias semânticas. Esse é o tipo de memória responsável por nossa lembrança de conhecimentos gerais sobre o mundo, e assim, é uma memória exclusivamente proposicional. Diferentemente da memória episódica, na qual temos a representação de informações relativas a eventos do passado pessoal, na memória semântica o contato com o passado é exclusivamente proposicional. Assim, nas memórias semânticas o indivíduo saberia por exemplo, que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil em 1500, ou que $2 + 2 = 4$. Desse modo, esses dois tipos de memória se difeririam bastante devido ao tipo de informação trazida a consciência. Na memória episódica seria a informação WWW e na memória semântica seria informação proposicional impessoal.

Porém, o próprio Tulving (1985) parece se dar conta da insuficiência do critério WWW. Isto porque podemos ter informações sobre algo que aconteceu além de saber onde e como aconteceu, isto tudo sem termos pessoalmente experimentado, e mesmo assim, lembrarmos do evento. Basta que imaginemos que é possível que alguém tenha me contado algo, um episódio de seu passado, e que eu me lembre disso no presente. Minha lembrança no presente é puramente proposicional, a medida em que não posso me lembrar imagetivamente do evento tal como ele ocorreu. Eu posso formar imagerias mentais (*mental imagery*),⁷ com base nessa proposição, mas como veremos adiante, algumas teorias, como as Teorias Causais da Memória, prontamente responderiam que isso não seria uma memória episódica, mas sim um caso de imaginação.

Dessa forma, o critério WWW não distingue claramente entre memória episódica e memória semântica, o propósito principal de Tulving (CHENG; WERNING; SUDDENDORF, 2016a). Da mesma forma, surgem evidências empíricas de animais não-humanos, como certos pássaros (*scrub jays*), que não consideraríamos que tem memória episódica, mas que, contudo, têm memória que satisfaz o critério WWW (CLAYTON; DICKINSON, 1998). Esse tipo de evidência não se mostra como algo definitivo para argumentar pela superação do critério WWW, a medida em que é possível simplesmente defender que esses pássaros de fato têm

⁷ Apesar de fazer referência a imagerias mentais, devo notar que esse é um conceito problemático. Em sua definição e uso nas ciências empíricas, a imageria mental pode ser definida como uma experiência quase-perceptual com um certo sentimento fenomênico. Deve-se levar em conta que a imageria mental não deve ser confundida com imagens mentais, a medida em que o primeiro não diz respeito somente a imagens, mas pode envolver outros sentidos como a audição o olfato etc. Para mais informações ver (NANAY, 2021).

memória episódica. No entanto, dada a substituição do critério WWW, como veremos a seguir, a memória que esses pássaros possuem foi então chamada de memória semelhante a uma memória episódica (*episodic-like memory*).

Na literatura, a diferenciação de Tulving (1972), com base no conteúdo da memória, envolvendo o tipo de conteúdo WWW é um exemplo de uma teoria de conteúdo de primeira ordem (*first-order content approaches*), *i.e.*, de teorias que determinam as diferenças entre tipos de memória somente com base no conteúdo. Contudo, como vimos, esse tipo de distinção falha em diferenciar memórias episódicas de memórias semânticas, pois é possível que memórias semânticas também possuam conteúdo WWW. A partir disso, outras teorias como as de conteúdo de segunda ordem (*second-order content approaches*), assim como teorias fenomenológicas, começam a surgir. No que segue, no entanto, nos focaremos nas teorias fenomenológicas, na medida em que são essas que dão conta de aspectos da *experiência* de se lembrar episodicamente, inevitavelmente vinculada a experiência de nós mesmos em um tempo subjetivo, aqui tematizada.⁸

Uma teoria que leva em consideração uma distinção baseada na fenomenologia de cada tipo de memória é apresentada por Tulving em seu artigo “Memory and Consciousness”, de 1985. Neste, Tulving propõe que o que diferencia as memórias episódicas e semânticas, são os diferentes tipos de consciência empregados no momento da evocação. Essa hipótese surge a partir do estudo de caso de pacientes amnésicos como, por exemplo, o paciente K.C. K.C. sofreu um grave acidente de motocicleta, em razão do qual ele adquiriu um caso severo de amnésia retrógrada, assim como amnésica anterógrada. Isso significa que K.C. não era capaz de se lembrar de nenhum evento de seu passado, assim como não podia formar novas lembranças.

O caso de K.C., assim como o de H.M., também é tido como um caso importante para o desenvolvimento da distinção conceitual entre memória episódica e memória semântica. Isso porque K.C., apesar de não poder se *lembrar* de nenhum evento de seu passado, *sabia* de diversos fatos que aprendeu no passado. Na verdade, Tulving afirma que, se desconsiderássemos seu problema de memória episódica, veríamos que K.C. possui características intelectuais muito semelhantes a qualquer outra pessoa, e até mesmo superiores em determinadas atividades cognitivas. Em seu artigo de 1989 “Remembering and Knowing the Past”, Tulving afirma o seguinte:

⁸ Aqui me utilizo da diferenciação entre teorias de conteúdo de primeira ordem, teorias de conteúdo de segunda ordem e teorias fenomenológicas da memória presente em Michaelian e Sutton (2017).

Um estranho pode conversar com ele [K.C.] por um tempo considerável sem notar nada de especial em relação a sua mente. Aqueles aspectos do funcionamento intelectual de K.C. que não dependem de lembrar-se de experiências pessoais estão relativamente normais. Seu QI está dentro da normalidade, ele não tem nenhum problema em perceber coisas ou prestar atenção, ele reconhece objetos familiares e pessoas em fotografias, seu entendimento e uso da linguagem estão inalterados, ele pode ler e escrever, e seus processos de pensamento estão intactos. Até mesmo sua capacidade de memória de curto-prazo está preservada. Ele pode repetir sete ou oito dígitos na ordem em que eles foram apresentados, e ele permanece ciente do que ele está fazendo por um minuto ou dois após o cessar da atividade. (Tulving, 1989, p. 362, minha tradução)

Contudo, além de seu problema para lembrar episódios passados, Tulving nota que K.C. também estava impossibilitado de imaginar situações futuras. Segundo o relato do paciente, quando lhe era pedido para imaginar alguma situação com a qual ele poderia se deparar no futuro, o paciente afirmava que simplesmente não conseguia. Ao ser questionado sobre que tipo de coisa se passava em sua cabeça quando tentava fazê-lo, o paciente simplesmente afirmava que não havia nada ali, da mesma forma como ele afirmava ser seu pensamento quando tentava se lembrar de algo de seu passado. A seguir uma transcrição de um diálogo entre Tulving (E.T.) e K.C. (N.N.) (1985):

E.T.: “Vamos tentar novamente a pergunta sobre o futuro. O que você fará amanhã?”

(Há uma pausa de 15 segundos.)

N.N. sorri levemente, e então diz, “Eu não sei.”

E.T.: “Você se lembra da pergunta?”

N.N.: “Sobre o que eu farei amanhã?”

E.T.: “Sim. Como você descreveria seu estado mental quando você tenta pensar sobre isso?”

(Uma pausa de 5 segundos)

N.N.: “Um branco [*blank*], eu acho” (Tulving, 1985, p. 4, minha tradução)⁹

Além disso, Tulving mostra que ao caracterizar esse “branco” que ele sente ao tentar pensar sobre o amanhã com uma analogia, K.C. diz: “É como estar num cômodo vazio e ter uma pessoa lhe pedindo para pegar uma cadeira, e não há nada lá.”, ou “É como nadar no meio

⁹ Aqui o paciente K.C. é representado como N.N. (i.e., “no name” ou “sem nome”). Sabemos que de fato se trata de K.C. pois isso foi dito por Tulving no artigo “Priming of Semantic Autobiographical Knowledge: A Case Study of Retrograde Amnesia” (TULVING et al., 1988).

de um lago. Não existe nada lá para se segurar, ou para interagir.” Além disso, quando Tulving pede para que ele compare o estado mental de imaginar o futuro com o estado mental de tentar se lembrar do passado, K.C. responde que seria “o mesmo tipo de branco”.

Com base nisso, Tulving desenvolve sua hipótese de que há algum tipo de consciência que acompanha uma experiência de memória episódica e que, além disso, esse mesmo tipo de consciência acompanharia nossa imaginação de situações contrafactuais, como por exemplo (i) lembranças episódicas (lembrar-se de um evento do passado pessoal), (ii) imaginação episódica contrafactual (imaginar cenários passados que poderiam ter ocorrido), (iii) imaginação de um episódio do futuro pessoal (antecipação de episódios futuros que são possíveis de ocorrerem em nossa experiência pessoal). A razão disso é a de que as sequelas deixadas em K.C. devido ao seu acidente eram bem localizadas. Mais especificamente, os danos se concentravam em seu lobo médio-temporal assim como em seu lobo frontal, áreas essas que já haviam sido descritas como responsáveis pela memória episódica. Dessa forma, como os danos eram bem localizados, e a capacidade de K.C. de se imaginar em situações hipotéticas também havia sido afetada, era muito possível que a mesma área, ou até mesma a mesma capacidade cognitiva, fosse responsável pelos dois tipos de estados mentais.

Assim, Tulving (1985) propõe a existência de três tipos de consciência que estariam relacionados respectivamente com diferentes tipos de memória. A memória procedural estaria relacionada com a consciência *anoética*,¹⁰ a memória semântica com a consciência *noética*, e a memória episódica com a consciência *autonoética*. O termo “consciência anoética” é utilizado simplesmente para mostrar que em instâncias de memórias procedurais não temos consciência em relação a seu conteúdo, haja vista que se tratam de memórias não-declarativas. A consciência noética, por outro lado, pode ser definida como a consciência que um organismo têm de seu arcabouço de conhecimentos, no presente. Dessa maneira, ela permite aos organismos que a tem, manipular cognitivamente conhecimentos previamente adquiridos. A consciência autonoética, por sua vez, é algo que Tulving considera como exclusivamente humano. Um ser consciente autonoeticamente é consciente de sua existência, isto é, de seu *self*, no tempo subjetivo e pode representar-se em instâncias específicas de seu passado ou de seu provável futuro.

¹⁰ Aqui não cheguei a tratar das memórias procedurais, para não me estender demasiadamente em assuntos que não dizem respeito centralmente a experiência do tempo subjetivo. Mas acredito que cabe aqui uma breve explicação. Memórias procedurais são também distinguidas por Tulving como memórias não-declarativas, as contrastando com as memórias declarativas (semânticas, episódicas). Portanto, memórias procedurais são memórias cujo conteúdo não pode ser declarado verbalmente dizem respeito a lembranças de como fazer algo. Alguns exemplos são: lembrar como andar de bicicleta, lembrar como nadar, lembrar como ler, etc.

2.2 TEMPO SUBJETIVO E FENOMENOLOGIA

Aqui, exploraremos alguns conceitos centrais para entendermos as teorias contemporâneas no campo da filosofia da memória que levam em consideração que o caráter fenomenal das experiências mnêmicas deve figurar no primeiro plano de uma descrição dos sistemas de memória.

2.2.1 Autoese

Central para nossos propósitos e tematizada a seguir é a consciência autoese, também chamada de maneira mais corriqueira de *autoese*. A autoese é responsável pela fenomenologia específica relacionada aos episódios, que são lembrados pelo indivíduo. Quando lembramos de um evento de nosso passado, temos a *sensação* de que esse episódio de fato se deu em nosso passado. Essa sensação garante ao indivíduo que lembra, maior segurança para conceber essa representação mental como sua. Adicionalmente, a autoese nos permite reviver o episódio com *qualidades* semelhantes a que ele tinha na experiência original do evento.

A autoese pode ser entendida como a consciência que temos de nossas próprias experiências em um tempo subjetivo. Assim, quando uma pessoa se lembra episodicamente de um episódio qualquer (que poderia ser evocado semanticamente), ela tem a consciência de que de fato aquele foi um episódio vivido por ela em um determinado ponto de seu passado. Tulving também suscita o aspecto fenomenal das experiências autoesicas e distingue que:

É a consciência autoese que confere o elemento fenomênico característico para a lembrança de eventos passados, o elemento que distingue lembrar de outros tipos de consciência, tais como perceber, pensar, imaginar ou sonhar. (Tulving, 1985, p. 3, minha tradução)

Tulving também indica que uma busca pelo significado do que ele nomeia de “consciência autoese” poderia ter começado já no pensamento de Hermann Ebbinghaus. Ebbinghaus cita três reações que podemos ter ao lembrar. A primeira reação está relacionada, segundo Tulving, à autoese pois Ebbinghaus afirma que, ao retomarmos algo que parecia perdido à consciência, este algo é “imediatamente reconhecido como algo previamente

experimentado” (Ebbinghaus, 1885, p. 1, apud TULVING, 1985, p. 3, minha tradução), fazendo assim uma relação ao caráter de pessoalidade imediata da consciência autoonética.

Exemplificar o conceito de autoonese pode ser mais difícil do que se parece, pois assim como a consciência fenomênica, ela partilha de sua infabilidade. Todos sabemos como é se lembrar de algum episódio específico de nosso passado. Se lembrarmos de um dia importante de nossas vidas, como nossa formatura de graduação, ou uma festa de aniversário de nossa infância, podemos trazer de volta a mente as qualidades dos episódios, como suas cores, objetos, sentimentos, sons, gostos e assim por diante. Da mesma forma, ao revivê-lo, o fazemos estando consciente de que lembramos desse episódio, e não que sonharmos com ele, o imaginamos, ou simplesmente sabemos que ele aconteceu. Essa consciência, como tenta demonstrar Tulving, é uma propriedade necessária e peculiar das nossas memórias, que apesar de serem de difícil tematização e investigação, são um dos motivos pelos quais o estudo da memória pode ser tão fascinante.

O conceito de autoonese também é frequentemente ligado a aspectos afetivos da experiência de se lembrar de um episódio passado, pois lembrar episodicamente envolve a re-experiência de uma variedade de sentimentos e sensações sobre o episódio passado. Podemos dizer que esse aspecto afetivo da autoonese também pode ser algo que diferencia memórias episódicas de outros estados mentais correlatos como a memória semântica, que envolve meras referências cognitivas.¹¹ Muitos, como por exemplo, William James, caracterizaram a fenomenologia da memória episódica como um *sentimento de familiaridade* que transfere o aspecto fenomenal das memórias episódicas como um sentimento de calor e intimidade que perpassam a mente do indivíduo neste estado mental.¹²

De nossos estados mentais passados tomamos reconhecimento de maneira peculiar. Eles são ‘objetos da memória’ e nos parecem conjugados com uma sorte de calor e intimidade que fazem que sua percepção parece mais como um processo de sensação do que de pensamento (James, 1890, p. 110, minha tradução)

Semelhantemente, Wrinch (1920) menciona um sentimento de familiaridade em sua explicação sobre a memória. Para ela uma memória é nada mais do que uma ocorrência de um

¹¹ A referência cognitiva das memórias semânticas é uma das maneiras pela qual Tulving (1972) distingue memórias semânticas de memórias episódicas. Veremos isso mais a fundo no capítulo 4.

¹² Ao que James se refere simplesmente como “memórias” podemos facilmente identificar com o atual conceito de “memórias episódicas”, pelo fato de que são memórias relativas a eventos do passado pessoal do indivíduo. Contudo, isso são o que James denomina como “memórias secundárias”.

sentimento de familiaridade que está associado a uma imagem mental. A memória seria um estado mental de reconhecimento independente de um juízo ou de uma crença sobre o passado.

Chamaremos um ato de memória se ele é ato imagético e envolve um sentimento de familiaridade. O fato que todos os atos de memória que envolvem crenças envolvem pelo menos uma crença primitiva, podem ser afirmados como um resultado a parte. (Wrinch, 1920, p. 61, minha tradução)

Não devemos nos esquecer que a referência a esse tipo de consciência das memórias episódicas está relacionada também ao contraste dessa com a consciência noética, que segundo Tulving, seria o tipo de consciência presente em memórias semânticas. Um ser que é noeticamente consciente pode, segundo Tulving, operar *cognitivamente* sobre objetos e evento e também sobre a relação entre esses objetos e eventos, na sua ausência (TULVING, 1985, p. 3). Dessa forma, a nova definição de Tulving nos mostra um propósito duplo. Primeiramente o objetivo é distinguir fenomenologicamente entre memórias episódicas e memórias semânticas. O segundo propósito é mostrar que poderia haver alguma relação entre lembrar e imaginar, isto porque, Tulving observou que K.C. tinha uma incapacidade tanto de lembrar quanto de imaginar cenários futuros, como visto no diálogo de K.C. anteriormente.

Dessa forma, Tulving deixa de lado o problemático critério WWW e passa a utilizar as diferenças fenomenológicas para distinguir entre tipos de memória. Vale salientar que ele também afirma que a autoeese é um elemento necessário para se lembrar episodicamente, pois um indivíduo não pode se lembrar de uma experiência passada se ele não tem no presente a consciência de que ele de fato experimentou dado evento no passado. Dessa maneira, a autoeese é tida como um elemento indissociável da memória episódica.¹³

2.1.1.1 A autoeese como um sentimento metacognitivo

Visões mais recentes em relação ao conceito de autoeese apontam na direção de que esse tipo de consciência poderia ser explicado por um tipo de sentimento metacognitivo (PERRIN; MICHAELIAN; SANT'ANNA, 2020). Resumidamente um sentimento

¹³ Existe na literatura o relato de um paciente, conhecido como paciente R.B, que após um grave acidente diz ser incapaz de ter a experiência fenomenal de personalidade de suas memórias, mas ainda pode se lembrar do conteúdo de suas memórias. Segundo seu próprio relato, “[...] eu não era o “dono” das memórias que ocorreram antes do acidente. Eu sabia de coisas de antes de meu acidente. [...], Mas nada disso era “eu”.” (KLEIN; NICHOLS, 2012). Apesar desse relato aparentemente provar uma dissociação, e assim atentar contra a necessidade da autoeese para a memória episódica, o caso de R.B. não oferece dados neuro cognitivos de sua deficiência, de modo a que somente seu relato pode ser levado em conta.

metacognitivo “são experiências fenomênicas que apontam na direção de capacidades mentais, processos, disposições do indivíduo, tais como conhecimento, ignorância ou incerteza” (ARANGO-MUÑOZ, 2014). Esse sentimento seria uma resposta à fluência do processamento de determinada cognição. A fluência determina a facilidade com a qual o sistema cognitivo processa tal informação, de maneira que se o processo flui de maneira ótima, então o sistema metacognitivo indicaria ao indivíduo essa fluência do processo através de um sentimento. Esse sentimento é experienciado corporalmente, de forma que o indivíduo *sente* que o processo se deu com um nível aceitável de fluência.

Ao aplicar essa teoria à consciência autoconsciente, os autores indicam que o *sentimento de passadidade* que experimentamos quando nos lembramos de um episódio é dado a partir da fluência do sistema em reconstruir um episódio do passado. Note que nessa concepção a memória se dá de maneira construtiva, indicando que uma teoria Simulacionista da memória se encaixaria melhor dentro dessa concepção. Em suma, se o sistema detecta uma facilidade cognitiva na reconstrução de um episódio, ele então indicaria ao indivíduo por meio da fenomenologia característica da memória episódica, que o episódio de fato se deu em seu passado pessoal.

2.2.3 Viagem no tempo mental

As intuições de Tulving sobre a fenomenologia do lembrar episódico, isto é, de que lembrar corresponde a re-experienciar o evento passado, suscitaram a ideia de que a memória episódica se apresenta ao sujeito como uma *viagem no tempo mental* em direção ao passado (*past-oriented mental time travel*) (PERRIN; MICHAELIAN, 2017). Desse modo, lembrar corresponderia a colocar-se em um contexto mentalmente construído com base em informações de experiências passadas, e como consequência, o agente poderia *sentir* aquilo que havia experienciado anteriormente.

O conceito de viagem no tempo mental (VTM) foi cunhado por Tulving (1985), e grande parte da proposição desse conceito deriva justamente do estudo do caso do paciente K.C. O conceito, da maneira conforme colocado por Tulving, afirma que lembrar episodicamente seria, justamente por se tratar de um tipo de representação imagética e sensorialmente rica do passado, que possui uma certa *pessoalidade*, uma forma de viajar mentalmente para o passado. Mais especificamente, quando lembramos estaríamos re-experienciando um episódio passado de maneira muito similar a maneira na qual ele de fato ocorreu. Podemos ver que a interpretação da memória episódica como uma experiência de viagem no tempo mental está profundamente

relacionada ao conceito de autoconsciência, isto porque fundamental para que o indivíduo possa viajar mentalmente no tempo, é a consciência do episódio em questão como existente em seu passado pessoal.

Tulving havia notado, em relação ao paciente K.C., que, em decorrência de seu acidente, ele não era capaz de lembrar de nenhum episódio de seu passado (i.e., viajar mentalmente para o passado) nem mesmo de antecipar ou imaginar situações futuras (i.e., viajar mentalmente para o futuro). Como veremos adiante, o conceito de VTM foi importante para o desenvolvimento das teorias construtivistas da memória (DE BRIGARD, 2014; MICHAELIAN, 2016a), assim como serve como um fundamento também para pesquisas empíricas que demonstram uma semelhança neurocognitiva dos sistemas que subsidiariam tanto a capacidade de se lembrar do passado como a capacidade de imaginar cenários futuros (ADDIS; WONG; SCHACTER, 2007).

A relação entre a viagem no tempo mental e a autoconsciência se dá como uma relação de necessidade. Através dessa ideia, uma experiência tão familiar a nós, como por exemplo, lembrar de uma festa de aniversário de nossa infância, se deve ao fato de (i) termos consciência de que o evento evocado é do *nosso* passado (autoconsciência) e que, conseqüentemente, (ii) podemos, projetar o *self* para um ponto específico de nossa linha temporal subjetiva passada, e assim, experienciar a informação de caráter sensorial que constitui a memória episódica.

Assim, especificamente no caso do paciente K.C., apesar de possuir muitas capacidades intelectuais que se assemelham, e em algumas situações, até ultrapassam a normalidade, K.C. não teria consciência de que ele existia em um tempo subjetivo. Dessa forma, seria impossível que ele pudesse viajar mentalmente para um tempo, qualquer fosse sua orientação temporal, haja vista que ele não é consciente de tal tempo (TULVING, 2002).

Vale notar que o conceito de VTM é uma metáfora que possui grande utilidade no contexto psicológico (TULVING; SZPUNAR, 2012). Suas vantagens foram descritas por Tulving e Szpunar da seguinte forma: Primeiramente o conceito de VTM nos ajuda a separar claramente entre *lembrar* e *saber*, e mais precisamente entre memórias episódicas e memórias semânticas. Isso porque é comum que nos deparemos, em situações cotidianas, com afirmações de lembrança que na verdade não representam uma experiência de revisitar o passado. Quando dizemos que lembramos que “Pedro Alvarez Cabral descobriu o Brasil em 22 de abril de 1500” certamente não estamos revisitando esse episódio em nossa mente, a medida em que não o experimentamos originalmente. Estamos dessa forma nos referindo a nos lembrar de um certo fato que aprendemos no passado. Assim, em suma, o conceito de VTM nos ajuda com essas

distinções. Se temos uma experiência de reviver o passado, estamos falando de uma memória episódica, se não, de uma memória semântica.

Em segundo lugar, Tulving e Szpunar afirmam que o conceito de VTM abriu caminho para um interesse neuropsicológico em questões relacionadas ao “futuro subjetivo” ou ao “futuro pessoal”. Como já discutimos, uma VTM pode se dar em duas direções. Se dizemos que alguém viajou mentalmente para o passado, dizemos que essa pessoa se lembra de algo, e quando dizemos que alguém viajou mentalmente para o futuro, dizemos que essa pessoa antecipa ou imagina algo do futuro. Diferentemente de pesquisas sobre o futuro pessoal feitas sob a óptica da psicologia social, na qual o interesse era na maneira como os indivíduos concebiam seu futuro pessoal e como isso guiava seus comportamentos, esse novo interesse que surge com a VTM se centra na capacidade que o indivíduo possui de visualizar seu próprio futuro e quais processos neurocognitivos estão ativos quando realizamos tal ato.

Dessa forma, já possuímos mais algumas informações sobre a temática da temporalidade subjetiva nas memórias. Vimos primeiramente que o conceito de *autonoese* descreve uma relação subjetiva que pode ser descrita como uma consciência de si em um tempo subjetivo, e que essa consciência seria responsável pela fenomenologia característica das memórias episódicas. Após isso, chegamos ao conceito de VTM. Vimos sua relação de dependência com o conceito de *autonoese*, além de evidências empíricas que na ausência dessa, não é possível viajar mentalmente no tempo. Além disso, vimos também, brevemente, de que maneira o conceito de VTM foi útil para a literatura psicológica, e eventualmente também à filosófica, sobre a memória. No capítulo seguinte, analisaremos a importância dos conceitos anteriormente tratados para diversas teorias da memória.

2.3 TEORIAS DA MEMÓRIA

Nessa seção analisaremos mais cuidadosamente algumas das teorias sobre o lembrar no âmbito *filosófico*. O objetivo dessa seção é, além de apresentar algumas variedades de teorias filosóficas sobre a memória, mostrar como os conceitos relacionados ao tempo subjetivo que demonstramos podem nos ajudar a ver a capacidade da memória de maneira filosoficamente distinta. Assim, primeiramente, darei uma breve explicação do debate (des)continuísta, para situar o leitor na discussão central sobre a *mnemicidade*.

Com essa primeira conceitualização do debate em mãos, podemos então ir mais profundamente e analisar algumas das diversas teorias que figuram no plano central de debate sobre a memória na filosofia. Algumas teorias são bastante discutidas na filosofia, como por

exemplo a Teoria Causal Clássica da Memória e a Teoria Simulacionista da Memória, e outras um pouco menos, como a Teoria Causal Autooética e a Teoria Procedural da memória. Após essa exposição poderemos ver como a aplicação dos conceitos de autooese e VTM, modificaram ao longo dos anos nosso entendimento sobre a memória.

2.3.1 O debate (des)continuista

Dentre as diversas questões tratadas pela filosofia da memória contemporaneamente, o problema da definição do conceito de memórias episódicas é o problema central. Existem primariamente duas maneiras como podemos interpretar a busca pela definição desse conceito. Primeiramente seria a busca por um critério de *mnemicidade* e em segundo lugar seria a busca por um critério de *episodicidade*.

A busca por um critério de episodicidade compreende a identificação de um critério que distinga a memória episódica de outros tipos de memória, como, por exemplo, a memória semântica. E é em grande medida sobre este aspecto que nos focaremos num primeiro momento. Isto porque através da literatura sobre a fenomenologia do tempo subjetivo, a autooese é tida, de maneira consensual, como um elemento exclusivamente episódico.

Isso, no entanto, como veremos, não é suficiente para distinguir memórias, em geral, de outros estados mentais como as imaginações, por exemplo. Quando estamos buscando por critérios que diferenciem a memória de estados mentais imaginativos, dizemos que procuramos por um critério de *mnemicidade*. Veremos que as imaginações, por se apresentarem ao indivíduo de maneira imagética, trazem alguns problemas para a distinção entre estados mentais mnêmicos e estados mentais imaginativos. Dentre as visões que pretendem dar uma resposta a esse problema, podemos suscitar a Teoria Causal da Memória (tanto a teoria clássica como suas variantes) e a Teoria Simulacionista da Memória, tratadas nessa seção.

O debate central corrente sobre a mnemicidade dentro do campo da filosofia da memória pode ser definido como o debate entre filósofos *continuistas* de um lado e filósofos *descontinuistas* do outro. Um filósofo descontinuista defende que memória e imaginação não são duas capacidades cognitivas contínuas, ou seja, que existe uma diferença de *tipo* entre memória e imaginação. Continuistas, por outro lado, defendem que memória e imaginação não são capacidades naturalmente distintas, mas que sua diferença, se é que existe alguma, se dá meramente por uma diferença de *grau*. Dentre alguns marcadores de memória que exigem

graus, podemos citar alguns, como, por exemplo, o grau de vivacidade, a flexibilidade, a fluência, etc.¹⁴

Mais especificamente, na visão continuísta, a memória disponibiliza informações do passado no presente, e por razões similares, defendem por meio de embasamento empírico, a extrapolação dos processos que fundamentam capacidades mnêmicas para atividades cognitivas imaginativas ou de pensamento contrafactual antecipatório (MICHAELIAN, 2016b; SUDDENDORF; CORBALLIS, 1997). Isto é, na visão continuísta, a memória, assim como a imaginação de cenários futuros, é vista como um processo de construção de cenários mentais. A única diferença entre lembrar e imaginar seria a respectiva orientação temporal de cada estado mental.

Por outro lado, na posição descontinuísta, estados mentais mnêmicos devem ser diferenciados de outros tipos de estados mentais como os imaginativos e os pensamentos antecipatórios (BERNECKER, 2008; KLEIN, 2014, 2015; MARTIN; DEUTSCHER, 1966; PERRIN, 2016). Podemos ver que no caso do continuísmo pode ser defendida uma *simetria* entre a memória e a imaginação, enquanto no caso do descontinuísmo, há uma *assimetria* entre estes (PERRIN, 2016). A maneira como essa simetria/assimetria se dá, pode ser explicada pelos mais diversos fatores, dependendo da proposta de cada autor. A defesa da simetria se dá principalmente como uma identificação dos *processos* que fundamentam tanto a memória quanto a imaginação, que fazem parte de uma categoria mais geral de cognição construtiva (MICHAELIAN, 2016a). Já no caso da assimetria existem tanto propostas que também apelam por diferenças processuais entre os dois (PERRIN, 2016), quanto visões mais clássicas nas quais a assimetria poderia ser explicada somente pela presença de uma conexão causal apropriada na memória e sua ausência na imaginação (BERNECKER, 2010; MARTIN; DEUTSCHER, 1966).

A seguir, veremos algumas teorias da memória que, não obstante, estão situadas no debate (des)continuísta. De maneira geral, quando nos referirmos a teorias *causais*, estaremos nos referindo a uma visão descontinuísta da memória. Isto porque, como veremos a seguir, teorias causais, por requererem um critério causal que justifica a *preservação* de conteúdo entre a experiência passada e a representação presente, consideram que enquanto memórias satisfazem o critério causal, imaginações não satisfazem, e as duas capacidades são assim, descontínuas. E como representante de uma teoria continuísta, temos a teoria simulacionista. O

¹⁴ A expressão “marcadores de memória” se refere a elementos que distinguem a memória episódica de outros estados mentais. Em um debate sobre *mnemicidade* poderíamos procurar marcadores mentais que distinguem memória de imaginação. Já em um debate sobre *episodicidade* poderíamos procurar marcadores mentais que distinguem memórias episódicas de memórias semânticas.

simulacionismo é considerado uma teoria continuísta da memória pois afirma que a memória e imaginação são processos produzidos de maneira muito semelhantes pelo mesmo sistema neurocognitivo, e assim a diferença entre elas não é uma diferença de *tipo*, mas sim uma mera diferença de *grau*. Poderíamos colocar mais explicitamente que simulacionistas afirmam que a única diferença entre lembrar o passado e imaginar o futuro é a respectiva orientação temporal de cada estado mental.

2.3.1.1 Teoria Causal da Memória

A teoria causal clássica é assim denominada pois ela inaugura uma visão da memória que visa explicitar quais as condições *causais* suficientes para que possamos definir uma instância de memória episódica. Por isso a razão para a denominarmos como clássica é porque existem outras teorias causais, da qual esta é uma antecessora. Alguns exemplos são as teorias causais auto-noéticas e procedurais, examinadas nas próximas subseções.

A teoria causal clássica não considera a temporalidade subjetiva para sua definição de memória. No entanto, acredito que seja importante analisarmos essa teoria pois ela é a fonte da qual surge o debate (des)continuísta, assim como de algumas versões de causalismo que levam em consideração a temporalidade subjetiva.

A ideia que está por trás da teoria causal da memória clássica é a seguinte: se um indivíduo lembra de um evento E é porque essa lembrança é resultante de uma conexão causal entre uma experiência original do evento E e da presente representação da experiência de E, por meio da evocação da memória de E. Ou seja, a presente representação que um indivíduo tem sobre uma experiência passada *deve* ter se originado nessa experiência passada, para que possamos considerar esse estado mental uma memória ao invés de uma imaginação.

Essa teoria foi primeiramente proposta, ao menos em sua versão moderna, por Martin e Deutscher em seu célebre artigo “Remembering” de 1966, o qual abriu caminho para fecundas discussões sobre a distinção entre memória e imaginação, como veremos adiante. Porém, existem duas coisas que devemos considerar sobre a teoria de Martin e Deutscher. A primeira é que teoria da memória que levam em conta, implícita ou explicitamente, que lembrar depende de um processo causal, são tão antigas quanto Aristóteles. Um exemplo disso pode ser encontrado em seu famoso trabalho “De Memoria et Reminiscentia”:¹⁵

¹⁵ Em grego, “Περὶ Μνήμης καὶ Αναμνήσεως”, esse trabalho é um tratado derivado dos “Parva Naturalia” de Aristóteles, *i.e.*, o conjunto de seus tratados sobre as propriedades do corpo e da alma.

Está claro que temos que conceber que o que é produzido pela percepção sensorial na alma e naquela parte do corpo que é sua sede, ou seja, a afecção cujo estado duradouro chamamos de memória, é uma espécie de imagem; de fato, o estímulo produzido *imprime* um tipo de similitude da percepção do objeto, tal como fazem os indivíduos que produzem uma impressão com um sinete. (Aristóteles, 2012, minha ênfase)

Podemos ver que Aristóteles assume que a memória pode ser explicada por um tipo de “marca” ou impressão causada pela percepção na alma. Essa impressão, que ao mesmo tempo possui uma relação com a experiência original e também é uma coisa em si mesma, pode ser evocada pelo indivíduo no presente, através da capacidade de *revocação*. Dessa forma, acredito que exista espaço para que argumentemos que a teoria aristotélica é, de fato, uma teoria causal, apesar de completamente distinta do que chamaríamos de uma teoria causal “moderna”.

Uma segunda coisa que devemos levar em consideração é que não muito antes de Martin e Deutscher, já estavam presentes teorias da memória que levavam em conta que a memória se deve a um processo causal. Em seu artigo também intitulado “Remembering”, de 1957, B. S. Benjamin escreve:

Eu acho que seria verdadeiro dizer que a visão cotidiana da memória é simplesmente que ela é o estágio final de um processo causal e que a memória é algum tipo de dispositivo causal ou mecanismo. O fato que em nossa linguagem se lembrar se opõe a outras palavras relativas a processos tais como imaginar, supor, inventar, conjecturar, sonhar, e assim por diante, é, por si só, evidência dessa crença. A visão de que a lembrança deveria ser pensada como parte de um processo causal é, obviamente, fundamental para a psicologia e para neurologistas que tentam encontrar o mecanismo cerebral responsável por esse fenômeno. (Benjamin, 1957, minha tradução)

Vemos, exemplificado nas palavras de Benjamin, que pensar a memória como um processo causal é uma concepção do senso comum, e que é até mesmo fundamental para pesquisas empíricas no campo da psicologia e da neurologia. Contudo, acredito que o motivo pelo qual a teoria de Benjamin não é considerada a teoria causal clássica, é porque Martin e Deutscher foram mais a fundo e propuseram condições pelas quais poderíamos definir e defender tal conexão causal.

Assim, poderíamos afirmar, com certo grau de certeza, que a teoria causal desenvolvida por Martin e Deutscher se baseia na ideia do senso comum da memória como uma capacidade

de armazenamento e reprodução mental de eventos passados, mas que incorpora um critério causal, que tenta delinear a diferença entre a memória e outros estados mentais.

Outra forma de analisar a teoria causal da memória, em sua forma clássica, é pela sua afirmação a respeito da *necessidade* da conexão causal entre a experiência do evento no passado e sua representação no presente. Assim, a conexão causal entre a experiência passada e a representação presente é conjuntamente necessária e suficiente para que possamos distinguir um estado mnêmico de outros estados mentais.

Essa conexão causal, segundo Martin e Deutscher, se dá através de um *traço de memória*, que também pode ser chamado de um *engrama*. Um engrama, ou traço de memória é o elemento que permite que a conexão causal seja acessada em sua maneira original, isto é, pode ser definido como o veículo dos conteúdos adquiridos pela experiência do evento E, que possibilita a evocação da memória de E. Mais detalhadamente, o traço de memória seria um *estado encefálico* que é análogo estruturalmente ao estado encefálico da experiência do evento E e único a esse evento, permitindo a distinção entre os diversos eventos possíveis de serem lembrados pelo sujeito. A ideia de um traço de memória ser análogo estruturalmente a experiência do evento está relacionada à ideia de *transmissão* de conteúdo. Como escrevem Michaelian e Robins (2018):

Em particular, eles [Martin e Deutscher] veem os traços como “análogos estruturais” das experiências passadas: um traço de memória é uma entidade que contém uma quantidade de informação que corresponde exatamente ou excede o que o sujeito se lembra sobre o evento relevante. Em outras palavras, se lembrar, para eles, necessariamente envolve a transmissão de conteúdo da experiência até a evocação e isso é incompatível com a geração de novo conteúdo entre a experiência e a evocação. (Michaelian; Robins, 2018, p. 16, minha tradução)

Assim, quando nos referimos a traços de memória como “análogos estruturais” da experiência, estamos defendendo uma visão mais restritiva de preservacionismo, o transmissionismo. A teoria causal clássica defenderá que a singularidade de cada lembrança é devida a sua correspondência com um traço de memória específico.

2.3.1.1.1 Geração, preservação e transmissão

Outras conceitualizações importantes para o entendimento das diversas teorias da memória se referem a como a informação é dada da experiência do evento até sua futura representação. O conceito de preservação, que pode ser atribuído primeiramente a Hume (2009), mas sua inspiração para filósofos contemporâneos provém dos escritos de Barlett (1932). A preservação basicamente indica que a informação contida na representação do evento no tempo presente deve preservar o conteúdo da experiência passada. Essa conceitualização geral abre espaço para discussões sobre a maneira como essa preservação se dá e sobre a restrição à quantidade de conteúdo que deve ser preservada para que um estado mental possa ser denominado memória. A teoria causal clássica defende uma visão do preservacionismo, segundo a qual a informação da experiência é armazenada por meio de traços de memória, e toda a informação que está contida na representação deve também estar contida no episódio vivenciado pelo agente que lembra.

O gerativismo defende simplesmente que pode haver informação contida na representação que não estava necessariamente na experiência passada. Dessa forma, não se opõe ao preservacionismo, já que é possível defender que há a preservação de parte do conteúdo da experiência assim como sua geração. Assim, como o preservacionismo aceita diversos graus de força e maneiras pelas quais são defendidas a geração de conteúdo (BERNECKER, 2008, 2010; LACKEY, 2005), a teoria simulacionista, como veremos em breve, defende uma versão radical de gerativismo, afirmando que grande parte ou a totalidade do conteúdo da representação mnêmica pode diferir do conteúdo da experiência passada e que essa geração se dá por meio da interação das informações mnêmicas com as informações de outros estados mentais, como crenças e imaginações.

O transmissionismo alega que há a transmissão de conteúdo da experiência passada para a representação presente através do armazenamento por traços de memória. As visões transmissionistas, de maneira geral, defendem que a memória é um processo de reprodução ao invés de um processo de reconstrução, isso porque defender que a memória pode ser reconstrutiva no momento da evocação requer defender que pelo menos alguma parte do conteúdo foi produzida no momento da evocação ao invés de transmitido da experiência (MICHAELIAN; ROBINS, 2018). O transmissionismo, então, é uma forma mais restritiva de preservacionismo. As teorias causais, em geral, tendem a defender uma visão transmissionista. As teorias causais clássica (MARTIN; DEUTSCHER, 1966) e neoclássicas (BERNECKER, 2008, 2010; CHENG; WERNING, 2016), por exemplo, negam que exista a geração de conteúdo no momento da evocação, e são assim adeptas a uma visão do transmissionismo. Enquanto isso, no entanto, a teoria causal procedural de Perrin (2016) explicitamente nega uma

visão do transmissionismo, a medida em que vê que a causalidade não é relacionada com o conteúdo e sim ao processo reconstrutivo de geração de uma memória.

Em suma, a teoria desenvolvida por Martin e Deutscher restringe a memória episódica a três condições, de forma que para que um indivíduo possa lembrar de um evento E, ele: (i) deve representar no presente, dentro de certos limites de acurácia, o evento E; (ii) deve ter experienciado o evento quando ele aconteceu e (iii) deve haver uma conexão causal apropriada, sustentada por um traço de memória devidamente funcional, entre a experiência original de E e sua representação de E no presente. Essas são as condições postas pela teoria causal clássica da memória para que possamos afirmar que um indivíduo de fato lembra de um evento E qualquer. A condição (iii) é aquela que define uma teoria da memória como sendo uma teoria causal, e sua principal função é a de distinguir a memória da imaginação. De fato, se a condição causal tal qual como é expressa na teoria é *necessária* para que um estado mental se qualifique como memória, mesmo que um indivíduo possua uma representação acurada do evento E, porém essa representação não possui a conexão causal necessária entre a experiência original de E e sua representação presente, o estado mental deveria ser considerado imaginação e não memória.

2.3.1.2 Teoria Causal Autooética

Aqui apresentarei um tipo específico de teoria causal sobre a memória que toma a autooese como um dos critérios centrais para a definição de uma memória, que é a teoria causal autooética. Teorias que se encaixam nessa denominação, podem ser consideradas teorias *híbridas* da memória, pois adicionam à ideia clássica de causalidade, um critério adicional de autooeticidade (MICHAELIAN; ROBINS, 2018). Um exemplo de uma teoria causal autooética pode ser vista nas obras de Stanley Klein (KLEIN, 2014, 2015). Nelas, Klein defende que a memória episódica tem como elemento central, sua subjetividade específica e que essa é satisfatoriamente definida pelo conceito de consciência autooética proposto por Tulving.

Klein (KLEIN, 2015b) defende uma visão bastante restritiva sobre as definições de memória, de maneira que, para ele, o conceito de memória utilizado atualmente tanto na literatura filosófica quanto psicológica é erroneamente designado a capacidades cognitivas que não satisfazem as condições para que um estado mental seja considerado uma memória. A memória, para Klein, é definida por duas características necessárias principais: (1) uma conexão causal entre o conteúdo da experiência passada e a representação presente e (2) uma experiência

subjetiva de reviver o episódio passado como pertencente ao passado pessoal do indivíduo e que contém informação qualitativa que se assemelha às informações qualitativas da percepção desse evento passado.

A condição (1) é aquilo que define a visão de Klein como uma teoria causal, enquanto a condição (2) define essa teoria como auto-noética (MICHAELIAN; ROBINS, 2018). Vemos na teoria de Klein uma semelhança com as condições propostas por Martin e Deutscher, pela aceitação da conexão causal entre a experiência passada e a representação presente, mas ela também difere em aspectos significativos. Primeiramente Klein não considera que aquilo que chamamos de memórias semânticas, ou aquilo que Martin e Deutscher se referiam como saber-que (*know-that*), e as memórias procedurais (*know-how*) devam ser categorizadas como memórias. Memórias seriam definidas não pelo conteúdo que carregam e nem mesmo estritamente por sua conexão com o passado, mas sim pela maneira como são experimentadas.

Memórias semânticas e memórias procedurais, apesar de também terem uma conexão causal com o passado, falhariam em ser consideradas como memórias pois não possuem a condição (2), ou seja, não são caracterizadas como uma experiência subjetiva única no momento da evocação. Memórias semânticas, em particular, podem fazer referência ao passado explicitamente em seu conteúdo, como por exemplo em “lembro que a Revolução Francesa teve início em 1789”, mas para que a orientação temporal do conteúdo seja disponível para o indivíduo, essa requer que o indivíduo intérprete e faça inferências em relação a outros conhecimentos que ele possui. Enquanto isso, na memória episódica, a relação entre o indivíduo e a orientação temporal se apresenta de maneira não-reflexiva e instantânea.

Para Klein, a maioria das ações mentais possíveis (conhecimento, julgamentos, sonhos, planos, imaginações, ideias, emoções, sentimentos de familiaridade etc.) podem ter uma conexão causal com o passado, e dessa forma, categorizar todos esses estados mentais como ‘memória’ seria expandir demasiadamente o conceito de memória, a ponto de torná-lo trivial, já que abarcaria quase a totalidade dos estados mentais possíveis (KLEIN, 2015). Além disso, Klein argumenta que de todos os tipos de memória levados em consideração atualmente somente a memória episódica faz uma verdadeira referência a um self passado. Partindo de uma análise funcional da mnemicidade, Klein argumenta que as memórias semânticas e procedurais, apesar de terem uma conexão causal com o passado, são voltadas para o presente e para o futuro. Os conhecimentos e habilidades motoras e cognitivas têm o propósito, segundo ele, de preparar o indivíduo para situações futuras em que essas habilidades e conhecimentos serão necessários. Já a memória episódica, por se constituir primariamente de uma experiência de reviver o

passado de maneira não-reflexiva, possui exclusivamente a função de habilitar o indivíduo com informações de situações passadas.

Assim, na teoria de Klein, o conceito de memória se torna um tanto quanto restritivo, pois limita a experiências de memória, somente aquilo que designaríamos como memórias episódicas. Contudo, o que parece ser de maior importância na teoria de Klein é a capacidade de sua teoria de assimilar uma visão onde o elemento da subjetividade da memória tem um papel central, além de sua capacidade de relacionar essa subjetividade com a ideia de causalidade, tal qual proposta por Martin e Deutscher. Ademais, a teoria de Klein, por meio da adição do critério de autoeticidade, tenta propor uma versão atualizada da teoria causal da memória, que se propõe a dialogar com as pesquisas que mostram que a subjetividade possui um papel central em nossa definição de memória e que essa subjetividade não pode ser ignorada.

2.3.1.3 Teoria Causal Procedural

A teoria causal procedural, desenvolvida pelo filósofo francês Denis Perrin, difere da teoria causal clássica pois vê que a diferença entre lembrar e imaginar não está propriamente nos conteúdos envolvidos nos processos de codificação, armazenamento e evocação da memória, mas sim os processos que fundamentam a construção de cenários mentais envolvidos tanto na memória episódica quanto na imaginação de cenários futuros. Dessa maneira, Perrin alega que há uma diferença entre lembrar e imaginar, não porque essas capacidades tenham *conteúdos* diferentes, mas sim porque os *processos usados* diferem (PERRIN, 2016). Assim, o processo que dá origem a uma memória episódica difere do processo que dá origem a uma imaginação, ou antecipação episódica (*episodic anticipation*), como o autor se refere, pois o elemento autoético difere na participação de cada processo. Enquanto na memória episódica a autoeticidade é automaticamente pessoal, dada por processo de detecção, a autoeticidade na antecipação episódica não é automaticamente pessoal e é dada por processo de atribuição.

Perrin demonstra algumas diferenças cognitivas empiricamente embasadas entre o lembrar e o imaginar que fundamentam a proposta defendida. Primeiro, ele mostra que existem evidências de que os eventos lembrados estão ligados a detalhes contextuais mais ricos e vívidos, do que aqueles apresentados em pensamentos antecipatórios (D'ARGEMBEAU; VAN DER LINDEN, 2004, 2006). Segundo, ele apresenta evidências de que, usualmente, eventos imaginados como futuros possuem uma valência emocional positiva em relação a eventos lembrados (BERNTSEN; BOHN, 2010; RASMUSSEN; BERNTSEN, 2013). E por fim, o autor

mostra que imaginar é mais cognitivamente exigente, por apresentar o elemento da novidade e que envolve áreas do encéfalo não envolvidas na memória (ADDIS; WONG; SCHACTER, 2007; SCHACTER; ADDIS, 2007; SZPUNAR; WATSON; MCDERMOTT, 2007). Dessa forma, Perrin defende a visão na qual o papel funcional da memória episódica pode ser visto como aquele de fornecer pedaços de informação para que o pensamento antecipatório possa recombina-las com a finalidade de possibilitar uma adaptação do comportamento futuro em relação a ocorrências passadas.

Ademais, podemos notar que a visão de Perrin demonstra uma noção de causalidade que difere significativamente das teorias causais e neocausais,¹⁶ que resulta na negação do transmissionismo do conteúdo entre a experiência e a representação.¹⁷ Isso porque a causação, na teoria de Perrin, se dá em relação ao processo ao invés do conteúdo. Enquanto teorias causais e neocausais da memória entendem a causação como a transmissão de conteúdo a partir de traços de memória, Perrin alega que o processo responsável pela reconstrução de representações se conecta causalmente ao processo construtivo de percepção, e que essa relação garante a *fluência* entre os dois processos.

Como veremos no próximo capítulo, conforme teorias baseadas na ideia de a memória episódica ser baseada em um processo construtivo avançaram, as evidências empíricas que dizem respeito a como a memória episódica funciona, deram suporte a visão do processo mnêmico episódico como um processo de simulação, isto é, um processo construtivo que permite a geração de conteúdo, idealmente, a partir de um sistema confiável. A partir dessa visão, a memória não é um processo de mera reprodução de conteúdos armazenados, e sim é uma reconstrução de cenários mentais, sendo, portanto, mais flexível em relação à geração e perda de conteúdos na memória. A visão construtiva vem ganhando mais notoriedade nas discussões, principalmente porque possui grande respaldo em evidências científicas.

2.3.1.4 Teoria Simulacionista da Memória

A teoria simulacionista, ou simplesmente simulacionismo, pode ser definida como a visão que defende que a memória episódica faz parte do sistema de construção episódico de

¹⁶ Brevemente, teorias neocausais são teorias que mantêm a condição central da teoria de Martin e Deutscher – uma conexão causal apropriada – em sua definição de memória (e distinção de imaginação), e modificam alguns elementos menos centrais em relação a teoria clássica, como por exemplo, admitindo que a representação do evento e sua experiência original devem ser somente “suficientemente similares” (BERNECKER, 2008)

¹⁷ A noção de transmissionismo exposta aqui se refere à transmissão de conteúdo da experiência original para a representação que o indivíduo tem no presente. Normalmente as visões transmissionistas se apoiam no conceito de um traço de memória.

imaginação, sendo assim uma forma de imaginar o passado. A única diferença, de acordo com o simulacionismo, entre uma memória episódica e uma imaginação episódica a respeito de um evento futuro seria a orientação temporal, enquanto aquela se dirige ao passado, esta se dirige ao futuro. Então, quando um indivíduo lembra episodicamente de seu aniversário de 10 anos, um simulacionista diria que ele *imagina*, com grau de acurácia suficiente, dado a confiabilidade de seu sistema de construção episódico, o evento de seu aniversário de 10 anos. O simulacionismo nasce a partir de uma tentativa de atualizar as teorias da memória em relação às descobertas empíricas sobre o caráter construtivo da memória. Michaelian argumenta que devido ao grande número de evidências empíricas, provenientes do campo da psicologia e das neurociências, devemos abandonar a ideia na qual a memória seria uma mera capacidade de reprodução das informações armazenadas, e que é necessário o desenvolvimento de uma teoria da memória que seja capaz de suportar o caráter construtivo e suas respectivas implicações (MICHAELIAN, 2016a).

Como veremos adiante, o caráter construtivo da memória está no centro dessa caracterização, dado que, para que o indivíduo possa lembrar de um evento, o seu sistema episódico construtivo deve reconstruir esse evento se baseando não só em informações armazenadas relativas ao evento, mas também de outras fontes, como por exemplo, no testemunho de outros indivíduos. Assim, segundo o simulacionismo, um indivíduo se lembra episodicamente, se: (i) ele tem uma representação presente R de do evento e (ii) R é produzida por um sistema de construção episódico propriamente funcional que visa produzir uma representação de um episódio pertencente ao passado pessoal de S (MICHAELIAN, 2016a).¹⁸

Essa condição construtiva diz que a memória é um processo *construtivo* ao invés de um processo meramente *reprodutivo*, isto é, a memória se utiliza de informações tanto da experiência original do evento como de outros estados mentais para reconstruir acuradamente o evento no momento da evocação. Assim, ao invés de somente preservar o conteúdo por um traço de memória, a memória se utilizaria tanto das informações do episódio pertinente como também de informações de outras fontes para recriar representações que se assemelham de maneira suficientemente acurada às experiências passadas do indivíduo.

A partir da análise de teorias causais construtivistas da memória (MICHAELIAN, 2011), Michaelian defende que para que possamos introduzir a condição construtiva em uma teoria da memória, de maneira que seja condizente com as recentes evidências empíricas, é

¹⁸ Um sistema “propriamente funcional” diz respeito a um sistema que funciona dentro de parâmetros de normalidade em sujeitos neurotípicos. Dessa forma, diríamos que uma pessoa que tende a confabular, devido a algum dano em seu encéfalo, que essa pessoa não possui um sistema de construção episódico “propriamente funcional”.

necessário abandonar por completo o critério causal, pois as teorias causais que tentam assimilar a condição construtiva não se adequam às versões mais fortes do construtivismo, que é aquilo que parece ser sugerido pelas evidências empíricas.

Além da permissão de construção de conteúdo, a teoria simulacionista permite também a *geração* de novos conteúdos. Diferentemente das teorias causais de modo geral, que admitem que o conteúdo da representação perceptual da experiência passada tem de ser armazenado e preservado no sistema de memória para que possa em um momento futuro ser evocado, a teoria simulacionista admite uma forma radical de gerativismo em relação a memória. Por exemplo, como vimos com a teoria causal procedural, é possível defender uma teoria causal que defende admite certo grau de gerativismo a respeito de seu conteúdo.

Contudo, a Teoria Simulacionista de Michaelian, considera uma visão mais restritiva em relação ao gerativismo, isto é, de que é possível que a representação presente contenha conteúdos que não existiam no momento em que o indivíduo experimentou o episódio no passado, como por exemplo, através da adição de detalhes adquiridos por testemunho. Suponhamos que me lembro de minha festa de 10 anos e formo imagens mentais a respeito desse evento. Dentre outras coisas, me lembro que havia 10 pessoas nesta festa. Contudo, ao conversar com meus pais, ambos citam que, na verdade, meus avós também estavam em minha festa e que havia então 12 pessoas na festa. Por motivos de confiança no testemunho de meus pais, eu então formo uma memória que inclui meus avós. Isso, segundo Michaelian não deixa de ser uma memória, como pensariam os defensores do preservacionismo.

Dessa forma, por se basear majoritariamente na ideia de continuidade entre os processos de memória e imaginação, podemos ver uma semelhança grande entre a concepção do aspecto experiencial da memória no simulacionismo e na visão de Tulving. Isto porque uma experiência de memória episódica nos dois casos é entendida como um processo de *viagem no tempo mental*. Isso significa que para que possamos nos lembrar de algo, temos que projetar nosso self para um determinado ponto de nosso passado. Tal habilidade não seria possível, contudo, sem a capacidade cognitiva de autoconsciência, como vimos anteriormente. O mesmo se dá em relação a uma imaginação de um cenário futuro. Para que eu possa imaginar um cenário que provavelmente acontecerá no futuro, preciso projetar meu self para um tempo futuro, que também é mediado pela capacidade autoconsciência. Contudo, é importante notar que a importância dos conceitos de VTM e autoconsciência para o simulacionismo, se dá de maneira colateral. O simulacionismo se mostra como uma teoria da memória que está fortemente embasada em estudos empíricos que mostram que tanto lembrar como imaginar são subsidiados pelos mesmos sistemas neurocognitivos. É a partir destes estudos que o simulacionismo pretende

demonstrar uma proximidade entre lembrar e imaginar. Os conceitos de VTM e autoese, no entanto, ainda tem uma importância para o simulacionismo. Eles servem tanto como uma motivação pré-teórica para o desenvolvimento do simulacionismo, como também nos ajudam a nos referirmos a informações complexas provenientes de tais estudos empíricos.

Como vimos anteriormente, na subseção sobre causalismo procedural, é possível, no entanto que argumentemos que a maneira como o processamento do elemento autoético ocorre em cada tipo de atividade mental (imaginar e lembrar) seja distinta. Assim, a teoria simulacionista se mostra como uma teoria que difere significativamente das teorias baseadas na causalidade entre a experiência passada e a representação presente. No simulacionismo, as memórias são definidas por um processo de construção, baseado tanto nas informações originadas na experiência original do evento, como também pode ser baseada unicamente em outros estados mentais, ou até mesmo no testemunho de outros agentes.

A grande vantagem da teoria simulacionista é que ela se adequa bem às descobertas empíricas recentes sobre o caráter construtivo da memória, isto é, tem a virtude teórica da adequação empírica (KEAS, 2018). Existem cada vez mais evidências de que, de fato, o sistema neurocognitivo que subsidia a capacidade da memória é o mesmo que subsidia a imaginação, talvez com diferenças pouco significativas. Dessa maneira, olhando de uma perspectiva da filosofia naturalista, isto é, um tipo de filosofia que se utiliza dos dados das ciências empíricas para mediar a maneira como entendemos nossos conceitos, talvez devêssemos repensar a maneira como vínhamos pensando o conceito de memória episódica. Vale a pena ressaltar que entender o lembrar como uma experiência de VTM não necessariamente nos compromete com uma visão continuísta da memória, pois, afinal de contas, seria possível defender que a memória se dá como uma experiência de projeção para um cenário do passado sem defender que exista uma continuidade entre memória e imaginação, como faz, por exemplo, Perrin em sua teoria causal procedural.

A noção de autoese, como foi mostrado nessa seção, tem relativa importância para teorias recentes da memória, principalmente aquelas que levam em consideração resultados das ciências empíricas. Isso porque cada vez mais estudos empíricos demonstram que a capacidade de lembrar pode ser vista como uma *experiência* de VTM. Ao invés de tentarmos caracterizar o ato de lembrar através puramente de seu conteúdo, os estudos de Tulving (1985) nos mostram que a maneira com a qual evocamos determinado tipo de informação pode ser a chave para que possamos distinguir memórias episódicas de outros tipos de memória. Já em relação à diferenciação entre memórias e estados mentais imaginativos, vemos que algumas teorias como a teoria causal autoética e a teoria causal procedural se utilizam da autoese como um

elemento que diferencia memórias de imaginações, enquanto a teoria simulacionista caracteriza memórias e imaginações como estados mentais de mesmo tipo e que possuem capacidades autooética semelhantes, senão idênticas.

Aqui, dei um panorama a respeito de dois conceitos fundamentais para o estudo da filosofia da memória contemporânea: o conceito de autooese, e o de viagem no tempo mental. O conceito de autooese surge como uma possibilidade de solucionar o problema do critério WWW primeiramente teorizado por Tulving em 1972, assim como dar conta de evidências empíricas de pacientes amnésicos, como o paciente K.C. E o conceito de viagem no tempo mental decorre também do caso de K.C., porém, surge a partir da observação que K.C., assim como não podia lembrar do passado, não podia imaginar o futuro. No que se segue, esses serão conceitos fundamentais para que possamos entender melhor a distinção pretendida entre memórias episódicas e memórias autobiográficas.

Além disso, também mostrei, mais especificamente, qual o impacto que os conceitos relacionados à experiência da temporalidade subjetiva tiveram nas teorias mais recentes sobre a memória. Apesar de surgirem dentro do âmbito da pesquisa empírica psicológica, esses conceitos se mostraram com úteis para o desenvolvimento de teorias filosóficas sobre a memória, aproximando ainda mais as duas áreas até o ponto em que nos encontramos atualmente, isto é, o de uma verdadeira área de estudos interdisciplinar. Pudemos ver que, comparado a teoria Causal Clássica de Martin e Deutscher, as conceitualizações sobre a subjetividade das memórias episódicas trouxeram uma distinção mais clara sobre tipos de memória, tocando no problema da episodicidade, assim como ajudaram a especificar (no caso de teorias descontínuístas) ou borrar completamente (no caso de teorias continuístas) a diferença entre memória e imaginação.

3 ÉTICA CONCEITUAL E MEMÓRIAS AUTOBIOGRÁFICAS

O trabalho filosófico é altamente dependente do entendimento conceitual mútuo dos participantes de debates filosóficos. Haja vista a importância dos conceitos na fundamentação das discussões filosóficas, o constante trabalho de significação e ressignificação de conceitos pode ser facilmente justificado. Esse capítulo tem como objetivo clarificar conceitos que se tornaram opacos com o tempo, ou que se tornaram opacos devido à introdução de novos conceitos que compartilham o mesmo campo semântico, e que dessa maneira, acabam ocultando o entendimento que temos de ambos. Assim, aqui pretendo dar um primeiro passo em direção à clarificação do conceito de “memórias autobiográficas”. Argumento que isso se

faz necessário pois, com o aprofundamento dos conhecimentos das ciências empíricas em relação aos mecanismos da memória humana, novos conceitos foram propostos, e o conceito de memórias autobiográficas perdeu espaço dentro de seu campo lexical. Aqui defendemos que esse conceito ainda possui importância dentro de debates sobre a memória e argumento para seu melhoramento com a finalidade de recuperação de seu uso generalizado.

Através dos estudos sobre memória, o termo "memórias autobiográficas" figurou como um termo importante para designar um tipo específico de memória, a saber, aquelas em que o indivíduo que se lembra pode acessar diferentes episódios de seu passado e pode, assim, ter conhecimento de sua autobiografia (BREWER, 1986; MCCARROLL, 2018; TULVING, 1972). No entanto, com o desenvolvimento de novas taxonomias voltadas para o agrupamento de diferentes tipos de memória, esse conceito tem caído em desuso nas discussões centrais sobre mnemicidade, sendo majoritariamente utilizado, em suas cada vez menos frequentes aparições, como sinônimo de memórias episódicas.¹⁹

O problema com isso é que, como está, o termo causa mais problemas do que resolve. Como filósofos, nosso trabalho é intrinsecamente fundamentado nos conceitos que usamos para investigar o mundo. Do ponto de vista da metafísica *prescritiva*, se surge um problema como a ambiguidade, a tarefa do filósofo pode ser vista como a de investigar histórias conceituais e prescrever diferentes significados ou usos para o conceito em questão, contudo sem perder o contato com as evidências científicas (GOLDMAN, 1989).

Brevemente explicado, Goldman, com base em "Indivíduos" de Strawson (1959) esclarece que a diferença entre a metafísica *descritiva* e *prescritiva* é que a primeira está preocupada em expor ou "desnudar" nossa compreensão do mundo, ou nossa *ontologia folk*.²⁰ A metafísica *prescritiva*, no entanto, está relacionada com a criação de uma melhor estrutura ou uma decisão sobre os compromissos ontológicos que devemos adotar, de acordo com as melhores evidências disponíveis. Pegando a filosofia da memória como exemplo, poderíamos ilustrar essa distinção da seguinte maneira: filósofos que têm uma tarefa metafísica *descritiva*, procuram expor o que a memória é na realidade, ou o que nós compreendemos por memória. Já filósofos que pretendem seguir uma tarefa *prescritiva*, procuram analisar qual função o conceito de "memória" tem em determinada literatura e identificar possíveis

¹⁹ Uma boa introdução sobre a diversidade de taxonomias usadas para categorizar diferentes tipos de memória pode ser encontrada na seção dois da entrada "Memory" da Stanford Encyclopedia of Philosophy (MICHAELIAN; SUTTON, 2017b).

²⁰ Ontologia folk basicamente significa a maneira que pessoas que seguem o senso comum compreendem e pensam sobre a estrutura do mundo.

problemas. Assim, quando necessário o filósofo pode pretender melhorar uma estrutura conceitual para que ela evite tais problemas identificados.

Baseando-me nessa distinção, tentamos propor uma tarefa prescritiva de melhoria conceitual em relação ao conceito de "memórias autobiográficas". Em particular, o que pretendemos mostrar aqui é que há razões para acreditar que o conceito de "memórias autobiográficas" ainda é um conceito útil dentro das pesquisas sobre a memória, tanto em estudos psicológicos quanto filosóficos. Seu uso está altamente envolvido com a noção de uma narrativa de vida, e coerência narrativa, que, por sua vez, o amplamente usado conceito de "memórias episódicas" por si só, é incapaz de fornecer.

Assim, argumento que recuperar o conceito de "memórias autobiográficas" em uma aplicação mais útil dentro dos estudos contemporâneos da memória é de vital importância sobretudo para investigações sobre a identidade pessoal, assim como na investigação de casos de pacientes amnésicos, como o paciente K.C. No entanto, para que isso ocorra, é necessária uma investigação precisa de como o termo foi usado no passado, bem como as causas de seu desuso (ou uso indevido) no presente.

3.1 TAXONOMIA ATUAL

A taxonomia que agrupa diferentes tipos de memória atualmente em uso dentro da filosofia da memória decorre principalmente dos trabalhos seminais do psicólogo Endel Tulving, que em 1972 propôs a divisão das memórias *declarativas* em memórias *episódicas* e memórias *semânticas* (TULVING, 1972). Como já vimos, grosso modo, memórias episódicas são as instâncias nas quais o sujeito representa um episódio de seu passado, como uma festa de aniversário, por exemplo. As memórias episódicas são imagéticas, no sentido de que suas representações envolvem experiências quasi-perceptuais, ou seja, experiências que se assemelham à experiência pela qual o sujeito passou durante a experiência original do evento.²¹ As memórias semânticas, por outro lado, são memórias no qual o conteúdo pode ser descrito como puramente proposicional, como lembrar que "Napoleão perdeu a batalha de Waterloo", por exemplo.

²¹ Por imagético nos referimos a algo que tem "imagens mentais". Vale esclarecer que o "imaginário mental" não está relacionado apenas ao imaginário visual, como às vezes se pode pensar, mas está relacionado a todo tipo de sensação humana. As imagens mentais podem ser olfativas, auditivas, gustativas, táteis ou proprioceptivas. Além disso, não é algo que se restringe apenas à percepção, mas a uma miríade de outros estados mentais, como "memória, emoções, linguagem, desejos e ação-execução". (NANAY, 2021).

O uso generalizado dessa taxonomia pode ser explicado porque ela faz uma distinção clara e útil entre, por um lado, representações presentes de *episódios perceptualmente experimentados* do passado e, por outro, representações presentes de *conhecimentos* aprendidos no passado. Essa distinção é útil por representar diferenças empiricamente observadas entre a lembrança de episódios passados e lembranças de conhecimento, adquiridas a partir do estudo de pacientes amnésicos. No entanto, deve-se notar que a maneira como usamos os conceitos de “memórias episódicas” e “memórias semânticas” mudou significativamente desde a sua primeira proposição por Tulving.

Embora a cunhagem dos termos "memória episódica" e "memória semântica" pertença a Tulving, a divisão dos tipos de memórias com base em seu conteúdo representado, o antecede. Essa distinção é uma que evoluiu ao longo da observação de casos muito significativos de pacientes amnésicos. Embora os termos "episódico" e "semântico" não tivessem sido usados, alguns outros pesquisadores nas décadas de 50 e 60 começaram a notar que era possível diferenciar "memórias" de uma maneira que era diferente da distinção de memórias de longo prazo / curto prazo que era amplamente utilizada até aquele momento (ATKINSON; SHIFFRIN, 1968).

3.1.1 O caso do paciente K.C.

Aqui, colocaremos de maneira mais detalhada o caso do paciente K.C. K.C., devido a um grave acidente de motocicleta, como resultado, foi deixado tanto anterógrado quanto retrogradamente amnésico. No entanto, Tulving (1985) notou que K.C., ao contrário de H.M., ainda era bastante capaz de reter e lembrar informações factuais, incluindo até mesmo informações factuais sobre seu passado. Por mais confuso que isso possa parecer, a diferença que devemos notar nesse caso é que K.C. não conseguia se lembrar no sentido episódico, ou seja, não conseguia reviver de forma imagética seu passado, mas podia lembrar no sentido semântico, *i.e.*, podia recordar informações proposicionais sobre seu passado.

O caso do paciente K.C. foi de fundamental importância para a pesquisa da memória, pois marcou uma virada na classificação dos tipos de memória dentro do quadro tulvingiano. Ou seja, começando com o caso de K.C. as memórias episódicas não eram distinguidas das memórias semânticas por causa de seu conteúdo, mas sim pelo tipo de consciência empregada por cada estado mental.

O caso levou Tulving a levantar a hipótese de que a diferença entre esses dois tipos de memória poderia ser o tipo de experiência fenomenológica que cada estado mental empregava.

Assim, ele chamou de seres "noéticamente conscientes" aqueles que são cientes do conhecimento que possuíam e que poderiam agir sobre objetos, eventos e sua relação, sem a sua presença. E ele nomeou de "autonoeticamente conscientes" seres que estavam cientes do episódio representado como parte de seu passado. K.C. estava consciente no sentido noético, mas ele não estava consciente no sentido autonoético.

Assim, a partir deste ponto, a taxonomia tulvingniana diferenciou as memórias episódicas das memórias semânticas pelo tipo de consciência que foi empregada em cada estado mental, sendo memórias episódicas representações autonoéticas do passado, e memórias semânticas representações noéticas do conhecimento presente. Também é importante notar que essa mudança foi em parte impulsionada pela ciência de Tulving da insuficiência de uma abordagem puramente baseada em conteúdo. Isso porque, não é impossível imaginar uma memória semântica que tivesse conteúdo puramente proposicional, mas que satisfizesse o tipo de informação WWW necessária para classificá-la como memória episódica. Ou seja, em uma abordagem baseada em conteúdo, seria difícil diferenciar entre, por um lado, uma memória de um episódio que representava o objeto O na localização L no tempo T e uma memória semântica adquirida por testemunho que representasse a mesma informação O, em L em T. Parecia que o último tipo de representação carecia de algo para ser episódico, a nomear, um tipo de consciência.

No caso específico da designação de "memórias autobiográficas", no entanto, dentro da taxonomia tulvingniana, esse conceito perdeu um pouco de sua finalidade. Penso que isso aconteceu porque os estudos psicológicos da época não estavam interessados em investigar questões ao nível de uma narrativa. Em vez disso, o objetivo era distinguir empiricamente entre dois tipos de estados mentais mnêmicos. Como resultado, o conceito de memórias autobiográficas não significava mais do que um sinônimo de memória episódica. No que se segue, tentaremos mostrar o quão problemático isso pode ser.

3.2 HISTÓRIAS CONCEITUAIS DAS MEMÓRIAS AUTOBIOGRÁFICAS

Para defender a tarefa metafísica prescritiva com foco no conceito de "memória autobiográfica" precisamos investigar como o conceito foi usado ao longo dos anos. Só então, estaríamos prontos para entender seus múltiplos usos, seus problemas e quais argumentos usar para prescrever uma significação diferente. No que se segue, damos uma breve visão geral da história conceptual das memórias autobiográficas centrado-nos principalmente em dois autores: Endel Tulving e Martin Conway.

3.2.1 O uso de "memórias autobiográficas" por Tulving

Coloquemos a compreensão de Tulving das memórias autobiográficas sob perspectiva. Na literatura que vai das décadas de 1970 a 1980, uma memória autobiográfica significava a mesma coisa que entendemos por memórias episódicas hoje em dia. Ou seja, memórias autobiográficas eram memórias de episódios do passado do recordador. A razão para isso decorre principalmente da diferenciação de Tulving entre a referência autobiográfica/cognitiva da memória no desenvolvimento de seu artigo de 1972.

Enquanto as memórias semânticas constituíam uma referência *cognitiva*, as memórias episódicas constituíam uma referência *autobiográfica*. Isso pode ser visto nos trechos a seguir:

A memória episódica recebe e armazena informações sobre episódios ou eventos temporalmente datados e relações espaço-temporais entre esses eventos. Um evento perceptual pode ser armazenado no sistema episódico apenas em termos de suas propriedades ou atributos perceptíveis, e é sempre armazenado em termos de sua referência autobiográfica ao conteúdo já existente do armazenamento de memória episódica. (Tulving, 1972, p. 385-386, minha tradução)

Inputs no sistema de memória semântica sempre se referem a uma estrutura cognitiva existente, ou seja, sempre têm alguma referência cognitiva, e a informação que eles contêm é informação sobre o referente a quem eles significam, em vez de informação sobre o sinal de *input* como tal. As informações armazenadas no sistema de memória semântica representam objetos, [...] conceitos, quantidades de relações, eventos, fatos, proposições etc., descolados da referência autobiográfica. (Tulving, 1972, p. 389, minha tradução)

Assim, nessa visão, uma memória episódica também poderia ser entendida como uma memória autobiográfica. No entanto, vale a pena notar que essa concepção não começa com Tulving. Como o próprio Tulving observa (TULVING, 1983), ela tem raízes mais profundas, sendo rastreada até Freud, Proust e, mais recentemente, a Schachtel. Ao falar sobre amnésia infantil em seu artigo "Sobre a memória e a Amnésia Infantil" de 1947, Schachtel define a memória autobiográfica como:

A memória autobiográfica - isto é, a capacidade de recordação voluntária da própria vida passada - é um dos últimos desenvolvimentos na infância, o que não é

surpreendente, uma vez que faz parte da consciência de si mesmo, uma capacidade encontrada apenas no homem, e mesmo no homem adulto geralmente não muito bem desenvolvida. (Schachtel, 1947, p. 15, minha tradução)

Assim, torna-se claro que a definição de memória autobiográfica de Schachtel é muito semelhante ao que definimos atualmente como memória episódica, mesmo no que diz respeito ao fenômeno bem conhecido da amnésia infantil.²² Embora a ideia de equalização entre o termo *episódico* e *autobiográfico* não seja uma que começou com Tulving, para fins de brevidade, e por causa da ampla aceitação e uso do *framework* de memória de Tulving, considero Tulving um dos principais propagadores de tal ideia nos últimos anos.

Como já discutimos, concomitante a essa visão de definir memórias autobiográficas como “representando eventos passados” está o desenvolvimento do conceito de memórias episódicas por Endel Tulving em seu artigo de 1972. O próprio Tulving observa que nomear esse tipo de capacidade mnêmica como “episódica” tinha algumas vantagens sobre chamá-la de “autobiográfica”, a nomear, evitar confusão quanto à compreensão dessa última como um “relato literário da vida de alguém”. Assim, não deveria nos surpreender que, com o desenvolvimento e a disseminação do uso do conceito de “memórias episódicas”, o conceito de “memórias autobiográficas” tenha caído em certo desuso dentro da literatura filosófica e psicológica sobre memória.

No entanto, mesmo que o conceito não tenha sido usado tão frequentemente, em certos casos ele permaneceu como uma espécie de conceito sinônimo ao de memórias episódicas. Isso significa que não era um problema para os acadêmicos usar os conceitos de “memória episódica” e “memória autobiográfica” de forma intercambiável. Isso pode ser visto em muitas passagens da literatura e é uma ideia que é utilizada até hoje (*e.g.*, BERNECKER, 2008; MCCARROLL, 2018; SCHACHTEL, 1947; TULVING, 1972, 1983). No entanto, acreditamos que a falta de precisão que advém dessa sinonimidade é um problema e talvez um mau uso do conceito de “memórias autobiográficas”.

Tulving em seu artigo de 1989 “Remembering and Knowing the Past” afirma explicitamente que o paciente K.C. não tem memória autobiográfica, embora tenha conhecimento autobiográfico (TULVING, 1989). O que Tulving quer dizer nessa passagem é que embora K.C. tenha conhecimento autobiográfico do seu passado, ele não possui *memórias episódicas*. Isso é completamente compreensível uma vez que compreendemos a ideia de que

²² Amnésia infantil refere-se a nossa incapacidade de lembrar episódios da nossa primeira infância. Essa incapacidade decorre do fato de que os mecanismos neurocognitivos subjacentes que fundamentam as capacidades de memória episódica começam a amadurecer por volta dos 3 a 4 anos de idade.

os conceitos de memórias episódicas e autobiográficas foram usados de forma intercambiável. No entanto, se K.C. tem conhecimento autobiográfico sobre seu passado e, como mostra a taxonomia tulvingniana, há memórias em que o conteúdo é puramente proposicional, como as memórias semânticas por exemplo, por que não deveríamos usar o conceito de memórias autobiográficas para se referir àquelas memórias em que o sujeito tem informações autobiográficas proposicionais sobre seu passado? No caso de pacientes como K.C., essa forma de ver memórias autobiográficas seria benéfica porque eliminaria a duplicidade de significados sobre suas capacidades mnêmicas.

3.2.2 O uso de "memórias autobiográficas" por Martin Conway

A visão de Martin Conway, em contraste, difere ligeiramente. Ao invés de estar relacionado a um tipo específico de memória, o termo "memórias autobiográficas" englobaria todo tipo de memória que contenha algum tipo de referência à autobiografia do agente, seja ela de origem episódica ou semântica (CONWAY, 1996). Na visão de Conway, o conhecimento autobiográfico proposicional teria a função de contextualizar o evento lembrado no passado do sujeito. Assim, as memórias autobiográficas poderiam ser definidas, nessa visão, como uma memória na qual qualquer tipo de informação autorreferenciada está presente em seu conteúdo.

De fato, Conway, no trecho a seguir, critica a concepção de memórias autobiográficas de Tulving como sinônimo de memórias episódicas:

A memória episódica e a memória autobiográfica poderiam então [em 1972] ser equivalentes e, de fato, Tulving (1983) comenta que ele considerou usar o termo "autobiográfico" em vez de "episódico" [...]. Tulving, no entanto, teria sido incorreto em usar o termo memória "autobiográfica" para se referir a registros de aspectos espaço-temporais da experiência, porque as memórias autobiográficas transcendem a distinção episódico-semântica. (Conway, 1996, p. 166, minha tradução)

A ideia da concepção de Conway da memória autobiográfica como "transcendendo a distinção episódico-semântica" é a de que o conceito de memórias autobiográficas não se encaixa bem com essa distinção. E isso porque, segundo Conway, informações autobiograficamente relevantes vêm em vários tipos, tanto espaço-temporais quanto factuais. Desta forma, Conway coloca explicitamente sua tese:

[...] as memórias autobiográficas sempre contêm tanto o conhecimento espaço-temporal quanto o conhecimento factual. O conhecimento factual pessoal parece contextualizar o evento lembrado em termos da própria história pessoal do lembrador. Assim, uma característica importante das memórias autobiográficas é que elas consistem em múltiplos tipos de conhecimento e, conseqüentemente, não podem ser facilmente compartimentadas em classes de memória que são definidas por um único tipo de conhecimento. (Conway, 1996, p. 166-167, minha tradução)

Assim, poderíamos concluir que a visão de Conway sobre o conceito de "memórias autobiográficas" difere em relação à de Tulving porque a primeira considera a memória autobiográfica como sendo um conceito que significa uma memória que sempre engloba tanto o conhecimento espaço-temporal quanto o factual, e a segunda considera o conceito como significando uma memória que *sempre* engloba apenas informações espaço-temporais. A visão de Conway é, portanto, mais flexível. No entanto, não acredito que essa flexibilidade seja benéfica nesse caso, pois estimula um tipo de falta de clareza conceitual, que será problematizada no que se segue.

Além disso, apesar da tentativa de Conway de propor a ideia de que as memórias autobiográficas atravessam a distinção episódico-semântica, ele não tenta explicar como esse problema de incompatibilidade entre o conceito em questão e a taxonomia tulvingniana poderia ser resolvido. Que este é o caso pode ser visto porque, apesar da diferença na concepção de memórias autobiográficas, a visão de Conway ainda usa a mesma estrutura que Tulving, isto é, a estrutura que faz uma distinção clara entre dois tipos de memórias declarativas, episódicas e semânticas, ao mesmo tempo em que utiliza o conceito *incompatível* de memórias autobiográficas.

Acreditamos que a mera defesa da visão de que as memórias autobiográficas representam informações episódicas e semânticas não resolve o problema da incompatibilidade. De fato, aponta para uma solução para o problema da equalização dos termos "episódico" e "autobiográfico", mas não diz algo sobre como esse conceito revisado de "memória autobiográfica" funciona dentro da taxonomia, ou se esse conceito deveria ser usado dentro dessa taxonomia. Isto, no que se segue, é o que chamaremos de problema da sinonimidade

Na seção 3.6, desenvolvo alguns argumentos que expressam a ideia de que talvez o conceito de memórias autobiográficas seja de fato incompatível com a taxonomia tulvingniana, mas se for esse o caso, precisamos propor uma estrutura nova ou já existente na qual o conceito possa se encaixar, e ainda manter sua inegável utilidade. Proponho que existe um *framework* compatível com o conceito e que resolve os problemas da ambiguidade conceptual.

3.3 DOIS PROBLEMAS RELACIONADOS

Após essas breves definições, acreditamos que o problema deste trabalho se torna bastante claro. Está relacionado com o uso do conceito de "memórias autobiográficas" e como ele cria problemas de clareza conceitual quando usado dentro de um framework tulvingiano. Afinal, já existe um conceito que é utilizado na literatura e que representa o tipo de atividade cognitiva relacionada à memória de episódios do passado do indivíduo, a saber, o conceito de memórias episódicas. Assim, se usarmos o conceito de "memórias autobiográficas" simplesmente como sinônimo de memórias episódicas, o conceito perde sua utilidade e gera confusão, pois cria diferentes formas de se referir ao mesmo tipo de capacidade mental. Isso é o que chamo de problema da *sinonimicidade*.

Por outro lado, se usarmos o conceito de "memórias autobiográficas" de forma mais geral como faz Conway, isto é, com a ideia de que uma autobiografia compreende qualquer tipo de informação pertencente ao passado do indivíduo, o conceito se torna ambíguo, pois pode designar informações tanto episódicas (imagéticas) quanto proposicionais (factuais). É a isso que chamo o problema da *ambiguidade*.

Embora esses problemas variem da mesma falta de clareza conceitual, eles não são os mesmos. Em suma, o que temos é, de um lado, uma estrutura que estabelece dois conceitos para o mesmo significado e, de outro, uma estrutura que estabelece um conceito com dois significados diferentes. No entanto, talvez seja útil explicar que esses dois problemas estão contidos em um tipo maior de ambiguidade, a ambiguidade que o termo "memória autobiográfica" adquire se interpretarmos o debate relativo a seu uso como uma *negociação metalinguística* que está ocorrendo entre as duas partes. Na seção 3.4, explicarei a noção de negociação metalinguística, bem como a importância de uma melhor definição do escopo semântico da palavra "autobiografia". No entanto, no que segue darei mais claramente dois argumentos baseados na literatura empírica sobre a memória que resumem afirmações feitas mais frouxamente anteriormente nesse trabalho, e que fundamentam e justificam a busca pelo melhoramento conceitual de "memórias autobiográficas".

Contudo, poderíamos levantar a questão de se a ambiguidade inerente ao termo "memórias autobiográficas" seria necessariamente problemática. Podemos imaginar uma gama de conceitos que são ambíguos e que contudo, não apresentam problemas maiores de confusões semânticas entre os debatentes. O próprio conceito de memória possui uma ambiguidade, que em certo sentido, pode ser vista como positiva. Como argumenta Carl Craver (2020), existem

dois sentidos pelos quais podemos utilizar o conceito de memória, o sentido *epistêmico* e o sentido *empírico*. Basicamente quando utilizamos a palavra “memória” em um sentido epistêmico estamos nos referindo a um estado mental que pode ou não nos garantir conhecimento sobre o passado. Dessa forma, ele funciona como um meio de garantir a autoridade epistêmica de um indivíduo em relação a episódios passados. Em um sentido empírico, no entanto, quando utilizamos o termo memória, estamos nos referindo ao sistema neurocognitivo que subjaz a capacidade de lembrar episodicamente. Dessa forma, a memória no sentido empírico, como já vimos, é uma capacidade muito semelhante à imaginação. Contudo, em um sentido epistêmico, não.

Interpretar uma ambiguidade como boa ou nociva, também pode levar em consideração se ela é implícita ou explícita. Uma ambiguidade implícita consiste em um uso ambíguo de determinado termo sem a consciência dessa ambiguidade para os participantes do debate. Existe, então, uma maior probabilidade de os participantes debaterem sobre determinado conceito tendo diferentes significados em mente, isto é, maior probabilidade de se tratar de uma mera disputa verbal. Contudo, pode ser o caso, que uma vez que a ambiguidade se torna explícita, que a ameaça de disputa verbal se torne insignificante e que o conceito ganhe poder explicativo. O conceito de memória por exemplo, após a explicitação da ambiguidade por Craver, ganha poder explicativo, a medida em que nos permite tratar filosoficamente de dois aspectos distintos relacionados a memória, sua fundamentação do conhecimento e seu sistema neurocognitivo subjacente.

A mesma coisa, acredito, não acontece com o conceito de “memórias autobiográficas”. Em um primeiro momento, poderíamos afirmar que a ambiguidade, até o momento, tem permanecido em sua maior parte, implícita. Isso é problemático pelo mesmo motivo que citei acima. Contudo, se considerarmos que existe uma tentativa de explicitar a ambiguidade no termo “memórias autobiográficas”, isso não parece resolver de maneira definitiva possíveis confusões com conceitos correlatos, como por exemplo, o de “memória episódica”. Isto porque o conceito de “memórias autobiográficas” é mais amplo que o de memória autobiográfica.

Além disso, outro motivo pelo qual podemos interpretar a ambiguidade como nociva, mesmo quando essa se torna explícita, é que, diferentemente do conceito de memória, o termo “memória autobiográfica” já pretende qualificar um significado específica dentro do termo mais geral “memória”. Essa qualificação, falha, contudo, a partir do momento em que nos tornamos cientes de que o termo não qualifica de maneira suficientemente eficaz, quais instância, dentro de um panorama mais geral de memórias de tipos imagísticos e proposicionais, são autobiográficas. Estes são dois motivos pelos quais acredito que meu diagnóstico da

ambiguidade deva ser seguido por uma tarefa de engenharia conceitual. No que segue demonstrarei quais razões temos para diferenciar o sentido de “memórias autobiográficas, tanto do conceito de “memórias episódicas”, quanto de “memórias semânticas.

3.3.1 Argumento em favor da diferenciação entre memórias episódicas e memórias autobiográficas

Antes de entrarmos propriamente em uma análise puramente semântica do termo “memória episódica” cabe a essa subseção desenvolver dois outros argumentos que visam desafiar a visão que iguala memórias episódicas a memórias autobiográficas. Dessa forma, podemos dizer que os argumentos seguintes são completamente contrários a visão tulvingniana sobre a memória autobiográfica e parcialmente contrários a visão de Conway sobre a memória autobiográfica. Assim o argumento para diferenciação entre esses dois termos, que leva em consideração a fenomenologia como diferenciador poderia ser desenvolvido da seguinte forma:

- 1 – Toda memória episódica possui a propriedade de ser autooética.
 - 2 – Alguma memória autobiográfica não possui a propriedade de ser autooética.
 - 3 – Entidades idênticas devem apresentar propriedades idênticas. (Lei de Leibniz)
 - 4 – Memórias episódicas e memórias autobiográficas diferem na propriedade de serem autooéticas. (1,2)
- ∴ 5 – Logo, memórias episódicas são distintas de memórias autobiográficas. (3,4)

Como vimos, memórias episódicas se apresentam de uma maneira peculiar para nós quando são evocadas. Primeiramente, podemos notar que ela possui uma fenomenologia específica, pois quando lembramos estamos conscientes de nossa existência em um tempo subjetivo, temos consciência de que o episódio lembrado é do nosso passado, e consequentemente podemos nos colocar mentalmente em algum ponto dessa linha subjetiva e reviver sensorialmente esse episódio passado.

A primeira premissa do meu argumento se refere a necessidade da autooese para a memória episódica. Isso, como vimos anteriormente, é um fato tido como majoritariamente incontroverso na literatura sobre a memória. No entanto, uma ressalva que pode ser feita a respeito de minha primeira premissa concerne o caso do paciente R.B. O estudo do paciente R.B. (KLEIN; NICHOLS, 2012) mostra que apesar de R.B. conseguir representar os conteúdos perceptuais relativos a uma experiência passada, ele não tem a consciência de que esse episódio

se deu em seu passado pessoal. Klein e Nichols afirmam que R.B. parece carecer da autoconsciência, apesar de ser capaz de representar os conteúdos perceptuais de suas experiências passadas. Essas representações, como R.B. mesmo afirma, pareciam não se dar em seu passado pessoal e desta forma, ele sentia que estava imaginando algo que aconteceu no passado de outra pessoa. Essa dissociação entre autoconsciência e os conteúdos da memória episódica se apresentam como uma possível objeção a meu argumento, pois colocam em questão a verdade da minha primeira premissa. Minha tese, da maneira como foi formulada neste trabalho, de fato não explica o caso de R.B., e me parece que melhorias futuras em meu argumento seriam necessárias para dar conta desse caso.

A segunda premissa de meu argumento se refere a existência de casos em que o indivíduo possui memórias sobre sua narrativa, mas não possui a consciência de sua existência em um tempo subjetivo. O caso do paciente K.C. demonstra como seria possível dissociarmos a ideia de que uma representação narrativa de nossas vidas dependa da consciência autoconsciente. Alguém poderia pensar que Tulving poderia negar essa ideia simplesmente afirmando que o caso que cito, o do paciente K.C., são casos nos quais temos *conhecimento*, e não *memória*. Isso na verdade é o que Tulving defende. Como vimos na subseção 3.2.1, na qual discutimos o uso do conceito de “memórias autobiográficas” por Tulving, vemos que Tulving na verdade afirma explicitamente que o que K.C. possui é *conhecimento* autobiográfico, e não *memória* autobiográfica. Isto pode ser visto no seguinte trecho:

Mesmo que K.C. não se *lembra* de quaisquer eventos pessoalmente experienciados, sejam eles de antes ou depois de seu acidente, ele *sabe* muitas coisas sobre o mundo. Seu conhecimento de história, geografia, política, música e de muitas outras áreas do conhecimento humano não é tão intacto quanto poderia ser antes de seu dano cerebral, mas seu armazém de informações relevantes é imenso, tornando possível para ele responder muitas questões que requerem conhecimento geral. Parte desse conhecimento preservado é autobiográfico: ele sabe coisas sobre ele mesmo e seu passado. Mas esse tipo de conhecimento autobiográfico é conhecimento impessoal, que deve ser distinguido de memória autobiográfica. É conhecimento de sua vida do ponto de vista de um observador ao invés de um participante, como o conhecimento que alguém possui sobre seus amigos ou membros familiares. (Tulving, 1989, p. 362-3, minha tradução)

À primeira vista, duas coisas me parecem problemáticas com essa afirmação de Tulving. A primeira se refere à distinção entre conhecimento e memória. Como já mencionei anteriormente, quando discutia o uso de “memória autobiográfica” por Tulving, me parece uma questão estranha que Tulving faça essa distinção, haja vista que em seu próprio framework,

Tulving considera instâncias de conhecimento, como instâncias de memória. A memória semântica, por exemplo, é definida por Tulving de tal maneira. Porque não poderíamos fazer a mesma conceituação com conhecimentos autobiográficos, isto é, nos referirmos a eles como “memórias”? O segundo ponto de divergência, sob o qual não pretendo digressar de maneira substantiva, se relaciona com o fato de Tulving considerar esses conhecimentos como impessoais. Isso me parece duvidoso. À primeira vista, me parece que memórias impessoais seriam instâncias nas quais não existe qualquer referência ao self em seu conteúdo. Me parece, que memórias impessoais seriam referentes somente a instâncias de memória semântica, isto é, memórias na qual o conteúdo se refere a fatos abstratos sobre o mundo.

Minha resposta a esses problemas segue a mesma linha de raciocínio daquilo que já apresentei brevemente na seção 3.2.1. A resposta na verdade consiste em um exercício de interpretação do que na verdade compreende por “memórias autobiográficas”. Vemos que os problemas acima somente surgem se entendemos que Tulving considera “memórias autobiográficas” como um termo sinônimo ao termo “memórias episódicas”. Além disso podemos ver que isso de fato é o caso, quando ele usa a distinção, parcialmente implícita, entre memórias pessoais e memórias impessoais. Na literatura é comum relacionar o termo “memória pessoal” com uma personalidade auto-noética, isto é, memórias episódicas (BREWER, 1986). Contudo, não colocarei muita força em relação a esse ponto pois acredito que isso requereria uma argumentação em relação a uma nova interpretação de memórias pessoais e impessoais, e desviaria do ponto principal deste trabalho, isto é, o de focar no conceito de “memórias autobiográficas”.

A terceira premissa de meu argumento explicita o Princípio de Indiscernibilidade dos idênticos, também conhecido como Lei de Leibniz. Como já mencionamos anteriormente, esse princípio, basicamente afirma que não é possível que duas entidades sejam idênticas a menos que essas duas entidades correspondam identicamente em todas as suas propriedades. Esse princípio serve, em meu argumento, para colocar que uma diferença na propriedade auto-noética entre a memória episódica e a memória autobiográfica (quarta premissa) é suficiente para que possamos concluir que os termos “memória episódica” e “memória autobiográfica” possam ser diferenciados. Isto é, dado que a literatura coloca a necessidade da auto-noese para a memória episódica, o caso do paciente K.C. coloca uma forte objeção à identidade conceitual entre memória episódica e memória autobiográfica, pois ele claramente é consciente de sua narrativa de vida, mesmo sem ser consciente auto-noeticamente.

Também vale notar que em meu argumento considero tanto as memórias episódicas quanto as memórias autobiográficas como *entidades*. Por considerá-las como entidades, afirmo

mais geralmente que as memórias são algo que existe. Por entidades não me limito somente a referência à objetos, mas sim a tudo que podemos designar existência. Poderíamos de fato considerar uma denominação ontológica mais precisa e nos referirmos as memórias como *processos*, e suas propriedades como *componentes*, mas acredito que isso seria desnecessário a meu argumento, à medida em que processos e componentes processuais são também entidades.

Ainda outra característica que será importante para esse argumento é que a memória episódica, como o próprio nome sugere, se refere a episódios. Episódios podem ser simplesmente definidos como uma *sequência de eventos*, contudo, acredito que essa definição não aclara com precisão a ideia de “episódios” que estão pressupostos na conceitualização das memórias. Afinal, é possível que uma sucessão de eventos tenha duração indefinida. Memórias episódicas, no entanto, se referem a uma sucessão de eventos de maneira mais contida, de modo que, quando lembro episodicamente, não lembrarei de eventos relativos a grandes períodos, mas sim a curtos períodos. Podemos imaginar que é altamente improvável, por exemplo, que uma pessoa neurotípica²³ consiga lembrar episodicamente de toda sua infância, pois são muitos os eventos que devem ser lembrados para que isso aconteça. Certamente ela poderia lembrar de alguns episódios que ocorreram a ela em sua infância, mas não lembrar episodicamente de todos os episódios contidos nesse período. Isso porque esquecer é uma consequência fundamental da nossa vida mental e social e que decorre do processo de saturação dos mecanismos da memória (IZQUIERDO, 2018; IZQUIERDO; BEVILAQUA; CAMMAROTA, 2006).

Mas por que suscitar essa característica específica relativa à definição de um episódio? Isso porque parte do meu argumento leva em conta que grandes extensões de tempo, as quais contém a narrativa de vida do indivíduo, são majoritariamente relacionadas com informação semântica ao invés de informação episódica. A informação episódica é mais complexa, mais sensorialmente rica, e em comparação à informação semântica exige mais do sistema cognitivo para que seja armazenada e evocada, de forma que seria altamente improvável defender que seja possível que a narrativa de um indivíduo possa se basear unicamente em informações episódicas. Isso, em conjunção com a diferença fenomenológica que apresentarei a seguir, parece indicar que as memórias autobiográficas, que se baseiam majoritariamente em informações semânticas, são capazes de fazer uma referência ao *self* para representarem uma narrativa semântica sobre a vida do indivíduo.

²³ Existem casos documentados de pessoas que possuem uma capacidade de recordar eventos acima do normal. As poucas pessoas diagnosticadas com hipertimesia recordam de eventos da maior parte da sua vida, com um grau de acurácia significativamente alto, de maneira que as lembranças tomam conta de uma parte significativa da vida mental do indivíduo e acabam dificultando o relacionamento social. Para mais informações, ver (PARKER; CAHILL; MCGAUGH, 2006).

3.3.2 Uma diferença de fenomenologia

A ideia central que proponho é que a diferença conceitual entre a memória episódica e a memória autobiográfica pode ser demonstrada através da diferença fenomenológica entre as duas capacidades. Enquanto o conceito de “memória episódica” está relacionado a uma representação sensorial e emocionalmente rica para o indivíduo, constituindo *necessariamente* uma experiência de viagem no tempo mental, o conceito de “memórias autobiográficas” está relacionado, assim como as informações da memória semântica, à conhecimentos, tal como se lembrar que “a Itália está contida dentro do continente europeu”. Contudo, nas memórias autobiográficas, estes conhecimentos fazem uma referência ao *self*.

Como já vimos anteriormente, Tulving apresenta a diferença entre os tipos de consciência que são empregados em cada tipo de memória, focando-se nas memórias episódicas, semânticas e procedurais. Enquanto a memória episódica é constituída pela consciência auto-noética, a memória semântica é constituída pela consciência *noética*. Um ser que é noeticamente consciente “tem consciência do conhecimento que possui e pode agir sobre objetos, conceitos, eventos e suas relações, sem sua presença, por meio de conhecimento simbólico.” (TULVING, 1985). Olhando sob essa perspectiva, também poderíamos defender que a maneira na qual K.C. apresenta seus conhecimentos sobre os fatos da sua vida, pode ser definida com base na consciência noética, afinal ele é consciente do conhecimento que têm e é capaz de verbalmente representá-lo de maneira narrativa.

Além disso, argumento que apesar de suas memórias claramente não poderem ser designadas como episódicas, tampouco deveriam ser designadas como meramente semânticas. O tipo de informação contido nessas representações de K.C., não se referem a conceitos abstratos e relativos ao mundo, tal como “ $2+2=4$ ”, mas sim se referem a conhecimentos relativos à sua própria trajetória de vida. Não é implausível imaginar que K.C. consiga, por exemplo, se baseando puramente em informação semântica, dar um panorama sobre eventos pertencentes a sua autobiografia de modo cronologicamente ordenado, mesmo que essa representação se dê de modo mais elementar do que em agentes neurotípicos.

Dessa forma podemos chegar à conclusão de que existem estados mentais que podem ser considerados como memórias, e que não se encaixam nas categorizações de Tulving, isto é, não podem ser consideradas memórias episódicas, pois não apresentam sua fenomenologia característica, e tampouco podem ser consideradas memórias semânticas, haja vista que possuem uma conexão mais profunda com o *self*, do que normalmente se considera que

memórias semânticas tenham. Memórias sobre conhecimentos de seu próprio passado, tais quais as que K.C. possui, possuem uma estrutura narrativa, porém não são auto-nóéticas, impossibilitando assim, que possam ser designadas como “episódicas”. De forma semelhante, esses conhecimentos extrapolam o tipo de conteúdo associado a memórias semânticas, isto é, conhecimento geral. Assim, os conhecimentos autobiográficos de K.C. seguem uma estrutura narrativa e também fazem uma referência ao self, apesar de não ser uma referência *auto-nóética*. Sobre a referência ao self, faço algumas considerações na subseção seguinte.

Alguém poderia pensar o porquê deveríamos nos referir a esses tipos de memória como “autobiográficas” e não somente como “memórias narrativas”. Minha resposta a esse questionamento se baseia em uma diferença de definição entre autobiografias e narrativas. Narrativas são mais gerais do que autobiografias, isto é, uma narrativa pode ser fictícia, histórica etc. Um estado mental imaginativo, por exemplo, pode ser categorizado dessa maneira, haja vista que ele pode seguir uma estrutura narrativa fictícia, isto é, que não visa representar as coisas como elas de fato são, foram, ou provavelmente serão. No entanto, memórias são consensualmente tidas como estados mentais nas quais o indivíduo toma seu conteúdo como uma representação fidedigna do que de fato ocorreu. Dessa forma, acredito que a denominação “memória narrativa” incorre em problemas de ambiguidade de mesma ordem dos quais tento solucionar nesse trabalho. Uma autobiografia, por outro lado, é um tipo específico de narrativa, isto é, é uma narrativa que estrutura acontecimentos reais e que ocorreram com o indivíduo que as estrutura. Dessa forma, a denominação “memória autobiográfica” parece ser mais adequada pois é mais específica e nos conduziria a menos confusões do que o termo “memória narrativa”. Isto ocorreria, obviamente, se minha tarefa de desvinculação dos termos “memória episódica” e “memória autobiográfica” for bem-sucedida.

3.3.3 Uma diferença na referência ao self

O segundo argumento visa diferenciar os dois termos relativos a sua referência ao self. E isso como mostraremos também têm consequências para a distinção entre memórias autobiográficas e memórias semânticas. À medida que a memória autobiográfica é um conhecimento do *self* presente no qual o *self* passado é o *objeto*, a memória semântica é simplesmente um conhecimento do *self* presente. Utilizando essa ideia, também podemos marcar ainda mais a diferença entre as memórias episódicas e as memórias autobiográficas. Na memória episódica, não só temos a presença do *self* presente e do *self* passado, como também temos sua superposição mediada pela viagem no tempo mental. Isso foi defendido por Perrin

(2016) quando ele escreve: “A autooeticidade implica na identidade do self o qual a experiência é simulada com o sujeito que simula” (PERRIN, 2016, p. 46, minha tradução), assim como em:

Primeiramente, para que o aparecimento da memória episódica ocorra, eu devo ter a crença de que eu sou o sujeito o qual a experiência passada eu represento. Essa crença sobre identidade é uma condição do aparecimento da memória episódica. (PERRIN, 2016, p. 52, minha tradução)

Dessa forma o indivíduo que experiencia uma memória episódica, apesar de saber que o evento se deu no seu passado, pode experimentar no presente as informações qualitativas que foram registradas quando o evento se sucedeu. Na memória episódica o self não é tratado de maneira objetual na representação, mas é quem experimenta a situação passada. Já na memória autobiográfica, ambos o *self* presente e o *self* passado são mantidos separados, em uma relação de sujeito que experimenta/objeto experimentado.

Uma objeção que pode surgir de minha linha de pensamento diz respeito a como K.C. poderia organizar temporalmente os conhecimentos a respeito de sua autobiografia sem possuir as capacidades relativas à memória episódica. Isso porque a memória episódica é relacionada com nossa capacidade de ordenar os eventos do nosso passado, de maneira que, o indivíduo só saberia que um evento E_1 precede o evento E_2 , porque ele os experimentou nessa ordem. No entanto, defendo que é possível que o indivíduo possa ordenar os acontecimentos de sua vida mesmo quando as capacidades episódicas estão comprometidas, de três maneiras: (i) se existe informação temporal embutida no conteúdo semântico (TULVING, 1972), (ii) se o agente aprende posteriormente a ordem em que os eventos ocorreram ou (iii) se ele pode interpretar ou fazer inferências a respeito do conteúdo que é dado à consciência (KLEIN, 2014). Se essa forma de pensar estiver correta, seria possível para K.C. representar uma narrativa de vida baseada em informações que carregam conteúdo temporal explícito tal como “Eu vivi nessa casa durante *minha infância*”, ou “Eu me lembro de frequentar esta escola no ano de 1985”. Esses dois exemplos demonstram diferentes graus de especificidade da informação temporal que possibilitariam a organização de uma narrativa de acordo somente com informações de origem semântica. Certamente a composição de uma narrativa em indivíduos neurotípicos se daria de forma mais fácil devido a presença de informação de origem episódica, mas isso não impossibilita que K.C. o pudesse ter feito, mesmo que de maneira mais elementar.

Assim, argumento que as memórias autobiográficas, isto é, representações mentais da narrativa de vida do agente, devem ser diferenciadas tanto em maior grau de memórias episódicas, como em menor grau de memórias semânticas. A diferença em fenomenologia entre memórias episódicas e memórias autobiográficas é evidenciada pela análise dos estudos da literatura psicológica a respeito do paciente amnésico K.C., que demonstra que K.C. apesar de perder totalmente a capacidade de viajar mentalmente no tempo, é capaz de representar noéticamente uma narrativa de sua vida, ainda que de maneira mais simplificada do que em outros indivíduos. Da mesma forma noto que apesar de uma narrativa de vida ser majoritariamente construída com base em informações semânticas, nada impede que no caso de indivíduos neurotípicos, essa narrativa elicite em alguma medida informações episódicas. No entanto, defendo que é inviável que essa narrativa seja completamente ou majoritariamente construída em informação episódica, à medida em que a informação episódica é mais exigente cognitivamente, tanto em codificação quanto em armazenamento e evocação.

Em suma, acredito que os *insights* sobre a relação entre os diferentes tipos de memória e o *self* nos ajudam a concluir que existem razões para crer que a memória autobiográfica difere da memória episódica. Na memória episódica, por se basear na capacidade de autoconsciência, vemos que há não só uma referência do *self* passado na representação do *self* presente, como há também um alinhamento entre esses. Assim, o *self* presente é capaz de experienciar aquilo que aconteceu com o *self* passado de maneira sensorialmente rica. Isso se relaciona em grande parte com a definição de viagem no tempo mental presente na literatura simulacionista da memória e em algumas vertentes do causalismo. Já nas memórias autobiográficas, temos uma mera relação de referência do *self* passado pela representação narrativa do *self* presente, de maneira em que não há uma superposição entre ambos. E na memória semântica, e aqui argumento também pela diferenciação desta em relação às memórias autobiográficas, defendo que não há qualquer referência a um *self* passado, e seu conteúdo é sobre os conhecimentos do *self* presente. Assim, na minha visão, é necessário que distingamos entre memórias episódicas, memórias autobiográficas, e memórias semânticas, por suas consequentes diferenças na referência ao *self* assim como pelo tipo de consciência empregado na representação de cada tipo de memória.

3.4 O QUE É UMA "AUTOBIOGRAFIA"?

Alguns leitores podem ter notado que a discussão que estamos tentando esclarecer está mais estritamente relacionada ao significado de "autobiografia" invés do significado mais geral de "memória". Mais explicitamente, uma vez que a definição de memórias autobiográficas está

longe de ser obtida, acreditamos que os autores das diferentes visões sobre esse termo podem ser vistos como engajando no que chamamos de "negociação metalinguística".

Uma negociação metalinguística ocorre quando estamos dispostos a afirmar que os participantes de um debate não disputam sobre a descrição de um termo, mas sim sobre o que um termo *deve* significar (dada a melhor ciência e filosofia disponíveis (PLUNKETT; SUNDELL, 2013)). Se estendermos essa visão ao caso de certos debates sobre a filosofia da memória (SCHIRMER DOS SANTOS, 2019; SCHIRMER; MCCARROLL, SANT'ANNA 2022) poderíamos dizer que os debates em torno da distinção entre memória e imaginação não estão relacionados à descrição da realidade da memória como um tipo natural, mas sim como uma negociação sobre quais os fatos empíricos e filosóficos devem ser contabilizados nos conceitos de "memória" e "imaginação".

Algo semelhante ocorre aqui com o conceito de memórias autobiográficas, no entanto, o foco aqui está relacionado ao termo "autobiográfico" em vez de "memória". Como vimos, já foram apresentados debates na filosofia da memória como negociações metalinguísticas e, portanto, aqui, pretendemos nos concentrar apenas nas diferenças na aplicação do termo "autobiografia". Dado que este termo qualifica um significado específico dentro do âmbito de possíveis significados para a palavra "memória", a nossa tarefa aqui é, portanto, tentar interpretar qual é o significado deste qualificador para cada um dos participantes do debate aqui considerado.

Além disso, vale ressaltar que o que pretendemos supor, para o bem dessa investigação, é que os participantes já concordam com o mesmo significado de "memória". Ou seja, os participantes concordam que existem algumas condições suficientes para qualificar um estado mental como mnêmico, mas, quando classificam um tipo mais específico de memória, discordam sobre quais termos dentro do conjunto dado devem ser usados para defini-lo, e esse é o caso das memórias autobiográficas.

3.5 APRESENTANDO A METODOLOGIA DA ÉTICA CONCEITUAL

Nessa breve seção, analiso quais alternativas a metodologia da *ética conceitual* ou *engenharia conceitual* nos oferece para uma possível resolução desses problemas. Principalmente, investigarei que tipo de ação podemos tomar em relação ao conceito de "memória autobiográfica" e a solução tanto para o problema da sinonimidade quanto para o problema da ambiguidade.

Um ponto central para a metodologia da ética conceitual é a análise do papel semântico que um dado conceito tem. A partir dessa análise, o filósofo estaria mais bem equipado para avaliar se a forma como usamos um determinado conceito é apropriada para o tipo de pesquisa pretendida. O objetivo de alguém que entra em uma investigação desse tipo é responder à pergunta: "Como devemos usar esse termo?". É, portanto, uma tarefa metafísica prescritiva. A questão pode ser guiada por muitos fatores, mas muitas vezes tem a ver com "resolver a ambiguidade, precisar um termo vago, definir um parâmetro contextual ou, de qualquer outra forma, determinar como alguma questão de significado indeterminada antecedente deve ser resolvida." (PLUNKETT; SUNDELL, 2013, minha tradução). Aqui, vamos nos concentrar primeiro no termo "memórias autobiográficas" e quais ações, com base na literatura e na ética conceitual, poderíamos tomar para precisificá-lo.

Uma das preocupações da ética conceitual centra-se nas disputas verbais. Uma disputa verbal ocorre quando há um debate que, à primeira vista, parece ser significativo, mas não é, na medida em que as pessoas que estão envolvidas no debate usam o mesmo termo de maneiras diferentes e, portanto, estão falando sobre coisas diferentes. Por exemplo, o principal problema em relação à ambiguidade é que a pluralidade de significados dificulta a conversa entre os acadêmicos, de modo que, na ausência de um consenso, existe a possibilidade de a disputa em questão se tornar uma mera disputa verbal.

Para evitar isso, aqui estão, basicamente, quatro maneiras principais pelas quais podemos executar uma tarefa de engenharia conceitual:

- (i) Não fazer nada – apenas viver com ele [o conceito C] (não pode melhorá-lo, não pode se livrar dele), (ii) Abandono de C (é tão defeituoso que não pode ser melhorado), (iii) Melhoria de C, (iv) Substituição de C (para certos fins, em certos contextos). (PLUNKETT; CAPPELEN, 2020, minha tradução)

Com relação à escolha de qual ação deveríamos tomar em relação a um conceito problemático, Thomasson (2020) nos mostra que o trabalho de revisão conceitual deve sempre primar pela análise da função do conceito, nas mais diversas dimensões que ele pode ser aplicado. Não podemos simplesmente fazer um diagnóstico de eliminação ou substituição de um conceito, sendo que o trabalho de análise funcional pode não ter sido feito de maneira completa. Da mesma maneira, utilizando-nos de um princípio de conservadorismo, deveríamos sempre primar por soluções menos drásticas quando nos propomos a cumprir uma tarefa metafísica prescritiva, dado que não podemos ter absoluta certeza de que a mudança conceitual

proposta seria benéfica para todas as dimensões nas quais o conceito é utilizado. Dessa forma, a melhoria conceitual deve ser sempre preferida em vez de medidas mais extremas, como eliminação ou substituição, e é assim que pretendemos seguir.

3.6 MELHORANDO O CONCEITO DE "MEMÓRIAS AUTOBIOGRÁFICAS"

Dada a abundância de problemas relativos ao conceito de memórias autobiográficas, uma pessoa radical pode sugerir que a possibilidade de eliminar o conceito pode ser a melhor solução. Ao defender essa visão, ele pode argumentar que o conceito tem pouca ou nenhuma utilidade, uma vez que os conceitos que constituem a taxonomia tulvingniana abrangem todos os usos que podemos buscar para o estudo da memória. Nessa visão, o conceito de memórias autobiográficas não é mais útil, mesmo quando, ou especialmente quando, o consideramos como sendo uma mistura de memória episódica e semântica.

No entanto, adotando uma abordagem mais conservadora, defendemos que este não é o caso. Como mostra o estudo de pacientes amnésicos, o conceito de memórias autobiográficas pode ser útil quando o usamos para nos referir ao tipo de memória narrativa que alguns desses pacientes possuem. O caso do paciente K.C. é muito elucidativo disso, haja vista que ele não possui nenhum tipo de capacidade relacionada a memórias episódicas, mas ainda tem uma conexão significativa com sua narrativa de vida. Enquanto seria errôneo considerar que ele tem informações autobiográficas sobre episódios de seu passado, também seria errado ignorar que ele tem informações autobiográficas sobre fatos de seu passado. Assim, demonstramos que uma melhoria do conceito é uma alternativa mais produtiva se quisermos explicar o tipo de memória que pacientes como K.C. possuem, sem, no entanto, incorrer nos problemas que mencionamos acima.

3.6.1 Estrutura da base de conhecimento autobiográfico

A maneira como proponho resolver os problemas acima mencionados envolve esclarecer as relações entre os conceitos em questão. Uma maneira de fazer isso é usando a classificação da Estrutura Autobiográfica (EA) empregada por Conway e Rubin em seu artigo "The Structure of Autobiographical Memory" de 1993 e mais tarde usada por Daniel Schacter em seu livro "Searching for Memory" em 1996. Nessa classificação, a informação autobiográfica é dividida em três categorias. Primeiro, temos a categoria de períodos de vida. Este é o nível de informação que diz respeito à anos e décadas do passado de um sujeito. Em

segundo lugar, temos eventos gerais, isto é, eventos que dizem respeito a dias ou meses. E, finalmente, temos eventos específicos, ou seja, eventos que dizem respeito a segundos, minutos ou horas.

Aqui, defendo que o termo "memórias autobiográficas" deve significar algo muito semelhante ao que Schacter, Conway e Rubin chamariam de memória de períodos de vida. Ou seja, acredito que as memórias autobiográficas são memórias de conteúdo proposicional em que o self é referenciado de forma objetal. Além disso, a extensão temporal de tais memórias é vasta, o que significa que abrange grandes períodos da vida do sujeito. Diferentemente de memórias semânticas, elas tendem a ser específicas a ocasiões na qual o sujeito é referenciado em seu conteúdo, ao invés de fatos gerais sobre o mundo.

É importante estar ciente de que nosso ponto de crítica sobre a concepção de memória autobiográfica de Conway não está relacionado à estrutura que ele usa, mas sim à maneira pela qual devemos entender o termo "memórias autobiográficas". Conway propõe que não é problemático referir-se à memória autobiográfica como memórias que diferem drasticamente em relação ao seu tipo de informação autobiográfica. Assim, como vimos, na concepção de Conway, uma memória autobiográfica poderia ser uma memória para eventos específicos, uma memória para eventos gerais ou mesmo uma memória para períodos da vida. Essa ambiguidade é o que argumento ser problemático. Aqui, acredito que a estrutura proposta por Conway em 1993 poderia ser uma das soluções para o problema, mas, para isso, precisamos restringir o conceito de "memórias autobiográficas" a um desses tipos de informação autobiográfica propostos na classificação EA. Em suma, não negamos que há uma referência ao self em cada um desses tipos de conteúdo, mas sim que o tipo de referência ao self que é importante para a designação da memória autobiográfica deve ser restrito a um desses tipos de informação.

Alguém poderia argumentar que minha busca por resolver ambiguidades é mal embasada, haja vista que o termo memória também é ambíguo, haja vista que temos memórias semânticas, memórias episódicas, etc. No entanto, por mais que o termo memórias possa ser ambíguo, uma vez que ele é qualificado, a ambiguidade se dissolve. Uma vez que definimos que estamos nos referindo a memórias episódicas, fica claro para nosso interlocutor que temos em mente ocasiões nas quais lembramos de episódios do passado. No entanto, a ambiguidade das memórias autobiográficas é problemática justamente pois já estamos qualificando quais instâncias de memória nos referimos, e mesmo assim, não fica claro ao interlocutor que tipo de memória nos referimos. Poderíamos imaginar que ao debatermos sobre a natureza das memórias autobiográficas, um interlocutor tenha em mente uma visão tulvingniana do termo, isto é, algo como uma memória de episódios, e o outro tenha uma visão tal qual a de Conway,

isto é, uma visão que abrange memórias tanto proposicionais quanto imagísticas. A não ser que imaginemos que o contexto seja tão específico a ponto de que uma qualificação mútua do termo esteja tácita entre os dois interlocutores, a chance para enganos e confusões tende a aumentar.

Além disso, deve-se notar que não há pretensão aqui para diferenciar entre tipos de memórias como as da taxonomia tulvingniana. O que acredito ser um primeiro passo no caminho da clareza conceitual do termo "memória autobiográfica" é oferecer uma versão melhorada do conceito que o classifica de acordo com a estrutura EA. Dessa forma, o trabalho classificatório prescritivo não deve ser visto como mutuamente exclusivo ao da taxonomia tulvingniana descritiva, mas sim como uma forma paralela de classificar memórias baseando-se na extensão temporal das informações pertencentes ao *self*. Dessa forma, diferentemente de Conway que mantém o conceito de memória autobiográfica próximo a outros da taxonomia tulvingniana, aqui propomos uma classificação das memórias autobiográficas que é separada dessa taxonomia, mas que poderia ser usada simultaneamente, dado que o significado adequado seja explicado.

Imaginar como isso funcionaria no caso de K.C. é uma tarefa elucidativa. Baseando-nos na taxonomia tulvingniana, poderíamos afirmar que K.C. era incapaz de lembrar episodicamente, embora capaz de algumas instâncias de memória semântica, algumas das quais eram autobiográficas. K.C. podia, por exemplo, se lembrar dos nomes das escolas que ele frequentou em sua infância, ou como suas festas de aniversário se sucederam. Toda essa informação é semântica, mas usar apenas os termos da taxonomia tulvingniana não nos leva muito longe em relação a como eles são significativos para a narrativa de vida de K.C., ou como eles podem estruturar outros tipos de processos de evocação da memória. Dizer que ele tem memórias autobiográficas, querendo dizer que ele tem informações proposicionais que representam informações sobre períodos da vida, distingue de forma simples e nítida um tipo de ocorrência mental diferente do que queremos dizer como uma "memória autobiográfica" antes de anexá-la de maneira restritiva à estrutura EA.

Mas essa linha de raciocínio não vem sem alguns problemas. Primeiro, temos a possível objeção que vai no sentido de: "Por que devemos considerar memórias autobiográficas como significando apenas memórias de conteúdo semântico? Se a variável definidora na equação é o adjetivo "autobiografia", não devemos ignorar o fato de que as memórias episódicas também são autobiográficas". E segundo, podemos chegar ao ponto em que nos perguntaríamos se a solução de multiplicar entidades para resolver o problema conceitual envolvido com pacientes amnésicos, é um problema que vale a pena empreender.

Quanto à primeira objecção, é evidente que todas as categorias citadas na EA são, de alguma forma, autobiográficas. Mas, de qualquer forma, como estamos falando de estados mentais, acreditamos que fazer essa suposição é bastante desnecessário. E isso porque todos os estados mentais pertencem ao self de alguma maneira. Nesse sentido muito vago, a memória semântica de "2 + 2 = 4" é autobiográfica porque é um conhecimento que *eu* tenho. Mas o que acreditamos que deve ser levado em consideração aqui é qual dessas categorias em EA, é mais apropriada para correlacionar com o termo "memórias autobiográficas".

Esse ponto está de alguma forma relacionado a quais são as regras ou *normas* para que algo seja chamado de "autobiográfico". Como dissemos, seria possível dizer que todos os estados mentais são autobiográficos em algum sentido muito vago. No entanto, para definir claramente o campo semântico da "memória autobiográfica", acreditamos que existem duas maneiras relevantes pelas quais poderíamos classificar um estado mental mnêmico como sendo "autobiográfico". Primeiro, há um sentido *fraco*, no qual podemos chamar todos os estados mentais mnêmicos de "autobiográficos" porque de alguma forma fazem referência a um self em seu conteúdo. No entanto, em um sentido *forte*, um estado mental mnêmico é autobiográfico apenas no caso de representar uma autobiografia²⁴ Dessa forma, o termo "memória autobiográfica" só poderia ser aplicado àquelas memórias em que o conteúdo engloba uma extensão significativa da vida da pessoa.

3.6.2 Uso geral da "autobiografia"

Aqui desenvolvemos ainda mais a ideia de que, além de discordar sobre o significado de "autobiografia", há uma noção subjacente semelhante sobre o escopo das qualidades compartilhadas por ambas as partes do debate, que pode ser retomada em uma visão que chamamos de *visão fraca* sobre a autobiografia. Como mencionei, na *visão fraca*, um estado mental mnêmico é autobiográfico se e somente se o estado mental fizer uma referência ao self. Aqui, "fazer uma referência ao self" pode ser entendido de forma ampla como a incorporação no conteúdo geral da representação um conteúdo relativo ao self. Assim, notamos que tanto a

²⁴ Uma clarificação necessária parece ser da relação entre autobiografias. Autobiografias são mais específicas que narrativas. Isso significa que, enquanto uma narrativa pode ser sobre assuntos mais diversos (por exemplo, como narrativas imaginativas, narrativas históricas, e assim por diante) uma autobiografia é uma narrativa exclusivamente sobre nós mesmos, isto é, uma narrativa em que o self figura como objeto principal. Mais especificamente, como argumentarei, o termo "autobiografia" deveria significar, ou ser aplicado a estados mentais que representam uma narrativa sobre nós mesmos, que representa períodos significativos de nossa existência.

visão de Tulving quanto a de Conway se enquadram nessa compreensão do que é uma autobiografia (quando relacionada a estados mentais mnêmicos). Isso ocorre porque essa compreensão de "autobiografia" pode suportar tanto informações episódicas (autorreferência autooética) quanto informações semânticas (autorreferência objetal). Perceber que ambas as partes do debate compartilham uma compreensão subjacente da restrição do termo "autobiografia" é bastante importante para meus propósitos aqui, porque mostra que talvez, parcialmente, os problemas enfrentados dentro dessa negociação metalinguística sejam devidos a uma compreensão excessivamente frouxa de "autobiografia".

Mais especificamente, vejo essa abertura do conceito como prejudicial porque contribui para os problemas de ambiguidade no debate mencionado anteriormente. Assim, interpreto que pode ser o caso que uma forma de resolver esse problema é revisar esse entendimento e propor uma visão mais restritiva, que exclua as ambiguidades, e resolva os problemas.

Considerando que a única maneira de resolver o problema é reduzir a amplitude do significado do conceito, defendo que uma visão mais estrita de "autobiografia" deve ser preferida. Uma visão mais rigorosa inevitavelmente escolherá um significado entre os vários disponíveis, e assim, possivelmente resolverá os problemas de clareza conceitual. Contudo, outra questão surge: Que tipo de informação deve ser preferida nessa ressignificação? Aqui, tendo a preferir informações de origem proposicional, apenas porque acreditamos, como Conway também demonstra, que relacionar memórias autobiográficas com informações de origem episódica eventualmente leva aos mesmos problemas que Tulving tem, isto é, problemas de sinonimidade. Assim, embora a informação proposicional deva ser preferida, nem toda informação proposicional deve ser desejada para essa tarefa.

A visão que apresentamos para resolver as ambiguidades do debate é a *visão forte* da autobiografia, na qual um estado mental mnemônico é autobiográfico se e somente se seu conteúdo representar uma autobiografia. Para alguns, isso pode soar estranho. O que significa exatamente "representar uma autobiografia"? Bem, se considerarmos a estrutura EA, "representar uma autobiografia" pode ser entendido simplesmente como representar conteúdos que pertencem a extensos períodos da vida da pessoa, ou "informações autobiográficas de períodos da vida". Acreditamos que este pode ser o caso porque, o tipo de informação proposicional relacionada a períodos da vida é muito negligenciado pela taxonomia atual, o que significa que não temos uma designação clara na qual poderíamos encaixar esse tipo de informação sem esbarrarmos nos mesmos problemas que Tulving e Conway esbarram.

Se a tarefa de melhoria do conceito deve ser cumprida, como é o objetivo de minha argumentação aqui, acredito que a única solução para os problemas de ambiguidade é restringir

o sentido pelo qual entendemos o termo "autobiografia". Por essa razão, argumento que os passos a serem dados para melhorar o conceito podem ser colocados da seguinte forma: Primeiro, precisamos identificar os problemas relacionados a esse conceito. Depois disso, precisamos interpretar o debate em torno do significado de "memórias autobiográficas" como uma negociação metalinguística sobre que tipo de conteúdo mental nossa classificação deve escolher para resolver as ambiguidades.

A partir disso, argumento que o sentido pelo qual uma memória poderia ser chamada de "autobiográfica", que tanto resolve os problemas de ambiguidade e sinonimidade e não cria mais problemas com a taxonomia tulvingniana, está relacionado a um quadro paralelo, ou seja, o quadro proposto pelo próprio Conway que prevê uma hierarquia de informações autobiográficas. No entanto, ao invés de simplesmente propor que qualquer tipo de memória que englobe qualquer um dos níveis propostos por esse quadro deva ser chamado de "autobiográfico", o que eventualmente levará ao problema da ambiguidade, propomos que precisamos restringir o significado do termo para se referir apenas a memórias proposicionais que representam conteúdo relacionado a narrativa de vida de uma pessoa de uma forma mais profunda, ou seja, conteúdos relacionados a períodos de vida. Como resultado, esperamos que essa possa ser uma solução viável para melhorar o conceito sem interferir com a taxonomia no uso atual, e ainda ser capaz de prescrever um significado útil para o termo e, esperançosamente, restaurar seu uso generalizado.

Quanto à segunda objeção, a da multiplicação de entidades, a resposta é bastante simples. Como minha tarefa não se refere a uma atividade metafísica descritiva, ou seja, não pretendo descrever a realidade, mas sim prescrever como podemos usar melhor os termos que temos, com base na melhor ciência e filosofia disponíveis, nosso trabalho não resulta na multiplicação de entidades. Em vez disso, ele resolve um problema de multiplicação de entidades, como o problema da sinonimidade. Minha proposta pode ser vista, então, como um meio termo, pois oferece uma visão na qual ainda mantemos o conceito útil de "memórias autobiográficas", mas, ao classificá-lo de forma diferente, resolvemos os problemas que lhe são intrínsecos quando é usado como parte da taxonomia tulvingniana.

Podemos imaginar, também, que nem todos os períodos de vida são necessariamente significativos para a autobiografia do indivíduo. Por exemplo, o indivíduo pode julgar que seu período no ensino médio tenha tido pouca importância para sua concepção de *self*, em comparação, por exemplo, a seu período na graduação. De maneira similar, informações autobiográficas relativas a episódios, podem ser significativas para a autobiografia do indivíduo. Uma memória traumática, por exemplo, pode ser altamente significativa para a vida

do indivíduo, e pode, até mesmo, ser uma experiência que muda significativamente a maneira como esse indivíduo se concebe e se comporta. Contudo, por que deveríamos considerar somente memórias de períodos de vida como relevantes para o conceito de “memórias autobiográficas”?

Essa questão tem por fundamento a crença de que autobiografias, deveria ser definidas como instâncias informativas que são importantes para a estruturação de nossas informações autobiográficas e que tem importância, portanto, para nossa concepção de *self*, e, conseqüentemente, para nossa identidade pessoal. Como discutido anteriormente, nos parece óbvio que todos os estados mentais mnêmicos poderiam ser denominados como autobiográficas, haja vista que eles contribuem para nossa concepção de *self*, e constituem os conhecimentos dos quais necessitamos para sermos conscientes de nossa identidade. No entanto, dado que existe um problema de ambigüidade relacionado com o termo “memórias autobiográficas”, argumentei que a restrição de significado pode ser nossa última alternativa para que evitemos tais problemas de clareza conceitual. Dessa forma, em minha tarefa de prescrição de um melhoramento conceitual do conceito de “memórias autobiográficas” argumentei que, dado a estrutura organizacional proposta por Conway e Rubin, deveríamos nos ater a identificar qual período de vida poderia melhor representar o que geralmente entendemos por uma autobiografia. Dessa forma, argumentei que o tipo de informação autobiográfica de períodos de vida é o tipo de informação que melhor representa o que normalmente associamos a uma autobiografia, isto é, uma narrativa de vida, e não meramente instâncias narrativas que ocorreram em nossas vidas. Dessa forma, acredito que evitamos a confusão problemática entre o termo “memória autobiográfica” e o termo “memória episódica”, que está vinculado ao tipo de informação autobiográfica mais específico, isto é, informações sobre eventos específicos.

E por essas razões, acredito que a classificação EA é útil para os meus propósitos aqui. Em vez de distinguir os tipos de memória por conteúdo, ou por fenomenologia, e inerentemente acabar em problemas, a EA classifica as memórias em relação à sua (i) referência ao *self* e (ii) à extensão temporal do conteúdo. Como pretendi mostrar, a classificação EA se sai melhor em comparação com a taxonomia tulvingiana quando o assunto principal é a definição de memórias de acordo com os níveis de "autobiografia". Desses níveis, apontamos para o nível dos períodos de vida como o melhor candidato para apoiar um significado mais preciso de "memórias autobiográficas", pois engloba uma forte visão da autobiografia, que por sua vez engloba as duas condições exemplificadas acima.

Dessa forma, a minha resposta aos problemas de *ambigüidade* e *sinonimidade* envolve ver as memórias autobiográficas não como um novo tipo de memória que pertence à taxonomia

tulvingniana, mas sim como uma forma de classificar memórias de relevância autobiográfica. Minha tarefa, portanto, não consiste em *descrever* as memórias autobiográficas como um tipo natural, mas sim *em prescrever* que o termo deve ser usado para se referir a *tokens* de memórias que compartilham alguns elementos, a saber, o conteúdo proposicional e a referência objetiva ao self, e isso é feito por meio do *aprimoramento* do conceito de acordo com a taxonomia proposta por Schacter.

3.7 CONSEQUÊNCIAS

Algumas consequências decorrentes de minha tentativa de melhoramento conceitual estão centradas primeiro, em uma melhor descrição da maneira como pacientes amnésicos ainda retêm uma consciência de sua autobiografia, como argumento que é o caso de K.C. Isto é, por ser relacionado muitas vezes com conhecimentos abstratos sobre o mundo, a afirmação de que as memórias semânticas desses pacientes estão intactas pode não nos dizer muito sobre como esse paciente se relaciona com seu passado. Por meio da utilização do conceito de “memórias autobiográficas, acredito que estamos mais bem preparados para afirmar que, mesmo na ausência de memórias do tipo episódico, esses pacientes ainda têm uma relação significativa com sua autobiografia, assim como possuem consciência de sua identidade pessoal.

Uma segunda consequência estaria relacionada ao problema da identidade pessoal. A teoria da identidade pessoal de John Locke afirma que essa é garantida através da continuidade de nossa consciência através do tempo. Como veremos no capítulo seguinte, uma leitura de teoria da identidade pessoal de John Locke, que considere que a memória é a única fonte responsável pela continuidade de consciência e, portanto, de uma concepção de *self*, tal como feita por Thomas Reid, parece não funcionar para sustentar a identidade pessoal. Além disso, apesar de termos teorias que propõem uma explicação que não dependa de instâncias únicas de memória, como a teoria de Marya Schechtman, acredito que a filosofia da memória pode contribuir mais fortemente para esse debate. O conceito de memória autobiográfica, por exemplo, poderia ser uma ferramenta útil para explicarmos como podemos ter consciência de nossa continuidade pessoal através do tempo, mesmo que consideremos o esquecimento de episódios de nosso passado. Acredito que poderíamos, a partir de um conceito de memória autobiográfica menos ambíguo, desenhar uma resposta que têm como elemento central a noção de que essa continuidade de consciência é garantida através da superposição de memórias autobiográficas, isto é, memórias de períodos de vida.

Logo, no próximo capítulo, darei uma introdução ao tema da identidade pessoal e de algumas teorias, tanto clássicas como contemporâneas sobre a natureza de nossa concepção diacrônica de *self*. O motivo pelo qual apresento essa temática é pois acredito que ela possa exemplificar de que maneira um conceito menos ambíguo de “memória autobiográfica” pode ser útil para que afirmemos que a identidade pessoal não está centrada na capacidade de lembrar episodicamente, e que memórias autobiográficas, que são estruturantes de nossa narrativa de vida, são mais fundamentais à nossa concepção como pessoas que persistem no tempo. Assim, utilizo-me da literatura sobre a identidade pessoal como base para um estudo de caso no qual o conceito ressignificado de “memórias autobiográficas” pode ser visto como mais bem preparado para dar um caminho para explicarmos como pacientes amnésicos, apesar de não poderem lembrar de episódios do seu passado, ainda têm uma concepção de *self*.

4 SELF E IDENTIDADE PESSOAL

Nesse capítulo pretendo tratar sobre questões relativas ao nosso auto entendimento como pessoas. Como vimos anteriormente, experiências de viagem no tempo mental são fundamentais para que o indivíduo possa ter um contato pessoal com seu passado. Contudo, seria esse tipo de experiência o que fundamenta nossa concepção de *self*? Aqui, demonstro como essa questão foi tratada na literatura, começando pela influente teoria de John Locke sobre a identidade pessoal, assim como visões contemporâneas sobre como o *self* pode garantir que tenhamos consciência de nossa narrativa de vida. Com isso espero que tenhamos uma base de conhecimentos suficiente para adentrarmos uma das questões fundamentais para o presente trabalho: Seriam memórias episódicas suficientes para constituir nossa autobiografia e nossa identidade pessoal?

A temática da identidade pessoal é um tema clássico dentro da filosofia. Os problemas relacionados ao tema são muitos e figuram nas obras de diversos autores. Contudo, em meio a essa multiplicidade de problemas, o que que mais interessa o presente trabalho é o problema da persistência do *self* através do tempo. Em outras palavras, o problema pode ser formulado como uma busca por condições necessárias e suficientes para podermos afirmar que o eu (*self*) futuro ou passado é o mesmo que o eu presente²⁵.

²⁵ A relação de identidade aqui descrita é numérica, isto é, se o *self* passado é o mesmo que o *self* presente isto quer dizer que são a mesma entidade. Outro tipo de identidade, que não concerne a questões de identidade pessoal, é a identidade qualitativa. Dois indivíduos são qualitativamente idênticos quando possuem propriedades iguais.

Em uma leitura clássica da visão de John Locke, por exemplo, o que constituiria nossa identidade pessoal, isto é a persistência de nosso self através do tempo, seria a continuidade de nossa consciência. E essa continuidade de nossa consciência, por sua vez, é dependente de nossa memória. Dito em outras palavras, sem memória não temos consciência de nossa continuidade no tempo e por conseguinte, não temos uma identidade pessoal. Assim, um indivíduo seria a consciência do conjunto de suas experiências passadas, e essas experiências moldam aquilo que ele é no presente.

Em uma leitura da teoria de Locke, Strawson (2015) afirma que as supostas objeções apresentadas por Reid, na verdade confirmam a teoria de Locke (STRAWSON, 2015, p. 13-14). O erro, segundo Strawson decorre de uma leitura errônea do que Locke conceitualiza como “pessoa” e “consciência”. Nessa visão, o termo consciência denota uma “consciência sobre aquilo com o que o indivíduo está preocupado (*concerned in*) moralmente”, isto é, poderíamos dizer que a dimensão de consciência de uma pessoa é a mesma dimensão das coisas que são o foco das preocupações morais dessa pessoa. Dessa forma, a consciência empregada na definição de pessoa está relacionada a essa dimensão de preocupações morais.

De maneira simplificado, Reid argumenta que a teoria de Locke viola um princípio lógico, o de transitividade de identidade. Isto é, se a identidade pessoal depende da memória, e se considerarmos um caso de esquecimento de uma pessoa em relação a uma instância sua do passado, não é possível que defendamos que a pessoa no presente que se esquece é a mesma pessoa que àquela que estaria pressuposta no episódio esquecido. Assim, Strawson afirma que a leitura de Reid não se coloca como um problema para a teoria de Locke, pois mostraria justamente que o general não é a mesma pessoa que o menino, pois o fato de ter sido açoitado já não está mais na dimensão de suas preocupações morais. Veremos o exemplo no qual Reid objeta a teoria de Locke na subseção 4.1.1.

4.1 UMA BREVE INTRODUÇÃO AOS PRINCÍPIOS DE IDENTIDADE DE LEIBNIZ

Acredito que, para que entendamos o problema da identidade pessoal diacrônica, precisamos primeiramente entender como o conceito de identidade funciona. Para tanto, demonstrarei como o conceito é tratado na obra de Leibniz.

Podemos imaginar que dois gêmeos idênticos o são somente qualitativamente (pois possuem aparência ou genoma iguais) mas não numericamente, pois são indivíduos distintos.

O princípio de indiscernibilidade dos idênticos de Leibniz postula que dado duas entidades x e y , se x e y são iguais, então x e y possuem propriedades idênticas. O princípio pode ser formalizado da seguinte maneira:

$$\forall(x)\forall(y) [x=y \rightarrow \forall F(F(x)\leftrightarrow F(y))]$$

Nessa formulação o antecedente da condicional ($x=y$) estabelece a relação de identidade, e o conseqüente estabelece a necessidade de correspondência de uma determinada propriedade F entre as duas entidades.

Outro princípio estabelecido por Leibniz é da identidade dos indiscerníveis, que é oposto ao da indiscernibilidade dos idênticos que postula que se duas entidades possuem as mesmas propriedades, então essas são iguais. Isso pode ser formalizado da seguinte maneira:

$$\forall(x)\forall(y) [\forall F(F(x)\leftrightarrow F(y)) \rightarrow x=y]$$

Este princípio, ao contrário do anterior, é tido como controverso. Um conhecido contraexemplo é o do filósofo Max Black. Neste, Black sugere que imaginemos um universo que contém somente duas esferas, de propriedades idênticas. Contudo, essas duas esferas não são a mesma, pois são distintas, em número. Dessa forma, a relação que se estabelece é uma relação de identidade qualitativa ao invés de identidade numérica. Assim, dado que temos duas entidades que possuem as mesmas propriedades, mas que, contudo, não são idênticas (numericamente), então o princípio de identidade dos indiscerníveis é controverso.

O que comumente chamamos de Lei de Leibniz nada mais é do que a conjunção desses dois princípios. Dessa maneira o condicional entre o antecedente e o conseqüente torna-se um bi condicional, estabelecendo que duas entidades são idênticas *se e somente se* possuem as mesmas propriedades. A Lei de Leibniz é formalizada da seguinte forma:

$$\forall(x)\forall(y) [x=y \leftrightarrow \forall F(F(x)\leftrightarrow F(y))]$$

A partir da Lei de Leibniz podemos derivar três tipos de relações de identidade a de *reflexividade*, a de *simetria*, e a de *transitividade*. Primeiramente uma relação de reflexividade é uma relação tautológica que estabelece que tudo é idêntico a si mesmo ($x=x$). Uma relação de simetria basicamente estabelece que se x é igual a y , então y é igual a x ($x=y \rightarrow y=x$). E como

já vimos, uma relação de transitividade estabelece que se x é igual a y e y é igual a z , então x é igual a z . A transitividade de identidade pode ser formalizada da seguinte forma:

$$(x) (y) (z) \{[(x=y) \wedge (y=z)] \rightarrow (x=z)\}$$

Relações de transitividade são particularmente importantes para questões de identidade pessoal, como veremos com o exemplo de Reid. Isso porque em questões de identidade pessoal, estamos invariavelmente nos remetendo a relações diacrônicas múltiplas, nas quais consideramos, muitas vezes, várias instâncias temporais de um mesmo indivíduo. Assim, quando queremos afirmar a identidade pessoal de uma pessoa, queremos considerar sua existência em momentos temporais diversos, e dessa forma, relações de transitividade são importantes para garantir, por meio da memória, a identidade pessoal.

4.1.1 O Contraexemplo de Thomas Reid: O caso do bravo oficial

Para expressar seu desacordo com a teoria da identidade pessoal de John Locke, Reid propõe o seguinte exemplo, em seus “Ensaio sobre os poderes intelectuais do homem” (1785):

Suponha um oficial corajoso que tenha sido castigado quando menino na escola por ter roubado um pomar, que tenha tomado um estandarte do inimigo em sua primeira campanha e que tenha sido mais tarde promovido a general. Suponha também, o que se deve admitir como possível, que, quando tomou o estandarte, ele estava consciente de ter sido castigado na escola e que, quando foi promovido a general, estava consciente de ter tomado o estandarte, mas havia perdido completamente a consciência de seu castigo. Supondo-se essas coisas, segue-se da doutrina do Sr. Locke que aquele que foi castigado na escola é a mesma pessoa que tomou o estandarte e que aquele que tomou o estandarte é a mesma pessoa que foi promovida a general. Disso se segue, se há alguma verdade na lógica, que o general é a mesma pessoa que aquele que foi castigado na escola. Contudo, a consciência do general não retroage ao seu castigo; logo, de acordo com a doutrina do Sr. Locke, ele não é a pessoa que foi castigada. Portanto, o general é e ao mesmo tempo não é a mesma pessoa que aquele que foi castigado na escola. (REID, 2021)

Dessa forma, através desse exemplo, Reid deixa claro que a teoria de Locke viola um princípio lógico, e apesar de não especificar qual princípio é esse, sabemos que se trata do princípio de transitividade de identidade, que é derivado dos princípios leibzeanos. A objeção

colocada por Reid à teoria de Locke pode ser escrita da seguinte maneira: Se a identidade pessoal se dá através da memória, como podemos dizer que uma pessoa que se esqueceu de um episódio qualquer de sua vida, é idêntica ao seu *eu* que vivenciou tal episódio esquecido?

Portanto, a objeção de Reid parece colocar um problema importante para a teoria de Locke, dado que o esquecimento é uma parte constante de nossas vidas. Contudo, como veremos a seguir, Marya Schechtman defende que a teoria de Locke não pode ser interpretada, como fez Reid e outros filósofos como Joseph Butler (1736), como uma simples teoria da memória.

4.2 REJEITANDO UMA TEORIA DA MEMÓRIA COMO BASE DA IDENTIDADE PESSOAL

A seguir, darei um panorama geral sobre o problema central relacionado a identidade pessoal, isto é, o problema da persistência de nossa identidade pessoal através do tempo. Para isso utilizarei o artigo de Marya Schechtman “Personal Identity and the Past”, de 2005, na qual ela demonstra não somente a visão clássica de Locke sobre a identidade pessoal, como também interpretações contemporâneas sobre a visão lockeana. A partir desse texto temos um bom ponto de partida tanto para o entendimento de questões clássicas, como contemporâneas do tema.

Em seu artigo, Marya Schechtman propõe uma nova análise da teoria da identidade pessoal de John Locke, visando primariamente afastar a noção de identidade pessoal da visão de uma necessidade central da memória para a identidade pessoal. A autora, no entanto, não afirma que a memória seja completamente desnecessária para a identidade pessoal. Seu ponto é que, a teoria de Locke, da maneira como foi colocada pelo autor, deixa muitas lacunas abertas, e conseqüentemente, abre espaço para interpretações diversas, uma das quais, a principal, é a leitura de sua teoria da identidade pessoal como uma teoria da memória. Schechtman começa seu texto explicitando primeiramente a visão de Locke sobre a identidade pessoal. Sua explicação segue o tipo de leitura padrão da tese lockeana para continuidade pessoal, isto é, a tese de que para que uma pessoa se identifique com uma instância passada de sua própria existência deve haver uma continuidade de consciência entre os dois momentos. Isso é o ponto central da tese de Locke e uma leitura já bem estabelecida de sua visão.

Contudo, como afirma Schechtman, a tese sob a ótica de alguns autores como Thomas Reid, ajudou a propagar uma interpretação da tese de John Locke sobre a identidade pessoal na qual a identidade pessoal seria fundamentada na memória. Reid afirma que a única maneira de interpretarmos a tese de Locke de maneira que ela faça sentido, é lê-la como uma tese que

baseia a identidade pessoal diacrônica na memória, pois essa seria a única maneira pela qual um indivíduo poderia manter uma continuidade de consciência. Isso pode ser encontrado no seguinte trecho:

O Sr. Locke atribui à consciência a convicção que temos de nossas ações passadas, como se um homem pudesse agora ser consciente do que ele fez vinte anos atrás. É impossível entender o significado disso, ao menos que por consciência seja entendido memória, a única faculdade pela qual podemos ter conhecimento imediato de nossas ações passadas. (Reid, 1976, p. 115, minha tradução)

Schechtman afirma discordar da leitura de Reid, isto é, aquela na qual a memória é unicamente responsável por nossa consciência de nossas ações passadas, porém ainda mantém que a memória tem um papel importante para a identidade pessoal.

Um problema, segundo Reid, à primeira vista, em relação a tese de Locke é que ela seria contraditória, pois violaria o princípio de transitividade de identidade que deriva do princípio de indiscernibilidade dos idênticos de Leibniz. O princípio de transitividade de identidade postula que “se x é igual a y e y é igual a z, então x é igual a z.” Contudo, antes de examinarmos o contraexemplo de Reid à teoria da identidade pessoal de John Locke, devemos ver como o princípio de transitividade de identidade se deriva dos princípios leibnezeanos de identidade. Isso requer, obviamente, uma introdução a tais princípios, que é dada a seguir.

Schechtman afirma que uma leitura da teoria da identidade pessoal de Locke como uma simples teoria da memória é inadequada por dois motivos. Primeiramente, a teoria parece muito frouxa pois, intuitivamente, nos parece que seria necessário algo a mais do que somente se lembrar de um episódio no qual realizei uma ação, para fazer com que tenha sido eu que a tenha realizado. Poderíamos muito bem supor que, é possível que lembremos (ou tenhamos a sensação de que lembramos) de coisas que nos aconteceram ou que fizemos, e não sermos de fato nós quem tenhamos experimentado ou feito isso.

Podemos pensar, aqui, no caso de memórias implantadas, e como, em algumas instâncias, nosso sistema de memória pode ser falho. É um fato tido como bem incontroverso na literatura empírica, que nossas memórias são menos confiáveis do que pensamos que elas são. Diferentemente da visão do senso comum, na qual uma memória é um registro fiel (tal qual um vídeo) do que de fato aconteceu, e que instâncias errôneas são relativamente raras, na literatura empírica, temos bastantes evidências da frequente falta de confiabilidade da memória (*e.g.*, (HYMAN; LOFTUS, 1998; LOFTUS; HOFFMAN, 1989; LOFTUS; PICKRELL, 1995;

ROEDIGER; MCDERMOTT, 1995). Se considerarmos o senso comum, é mais comum que defendamos que podemos ter algum tipo de erro na acurácia de nossas memórias, do que acreditarmos que podemos nos “lembrar” de algo que nunca aconteceu, ou tomarmos uma imaginação por memória.

Schechtman cita o exemplo da neurocirurgiã que retira e implanta memórias de sua avó em seus pacientes (SCHECHTMAN, 2005, p. 12). Ela afirma que, somente porque seus pacientes têm essas memórias invasivas, e mesmo que eles sintam que são de fato suas memórias, isso não é suficiente para que consideremos que eles são a mesma pessoa que a avó da neurocirurgiã. Um exemplo semelhante, e empiricamente comprovado, é o caso de memórias do tipo “perdido no shopping” (LOFTUS; PICKRELL, 1995) . Nesse estudo Loftus e Pickrell demonstram que de fato é possível implantar memórias falsas em indivíduos, sem que eles percebam que essas memórias não lhe pertencem. Nos casos descritos, os pesquisadores, juntamente com familiares dos indivíduos estudados, criavam, com base em experiências reais dos indivíduos, uma memória falsa na qual esses indivíduos teriam se perdido no shopping quando crianças. Após várias entrevistas nas quais se solicitava aos indivíduos para que tentassem se lembrar do máximo de detalhes possíveis de cada evento (reais e falsos), se notou que a probabilidade de os indivíduos dizerem que de fato tinham experimentado o evento falso aumentava com o número de sessões nas quais os pesquisadores sugeriam que eles tinham experimentado o evento falso. Isso leva os pesquisadores a concluírem que:

Esses achados relevam que pessoas podem ser levadas a acreditar que eventos inteiros aconteceram com eles após sugestões que indiquem isso. [...] Em um dos casos demonstrados, Becca, foi levada a acreditar que ela havia se perdido no shopping Tacoma enquanto ela fazia compras com sua mãe e seu pai. Pela sua última entrevista, ela já pensava que ela estava olhando para filhotes de cachorros na loja de pets no momento em que se perdeu. Ela se lembrou do “pânico inicial de quando você se dá conta que sua mãe e seu pai não estão mais lá”. (Loftus; Pickrell, 1995, p. 724, minha tradução)

Em segundo lugar, uma teoria da memória seria muito forte, porque ela não lida bem com casos de esquecimento. Isso porque “mesmo quando nós pensamos em nós mesmos como sujeitos conscientes ao invés de substâncias, parece óbvio que nós podemos e de fato esquecemos experiências que são, mesmo assim, nossas.” (SCHECHTMAN, 2005, p. 12). A questão aqui é bem simples: Dado o fato inegável de que nós esquecemos de eventos que aconteceram com nós em nosso passado, e que, mesmo assim, esses eventos não deixam de ser

algo que fez parte de nossa identidade pessoal, uma teoria da memória parece entrar em um paradoxo, pois ao mesmo tempo que consideraria os eventos esquecidos como não pertencentes à identidade do indivíduo, porquê precisamos nos lembrar daquilo que constitui nossa identidade pessoal, ele também pode ser considerado como pertencente a nossa identidade, pois tudo aquilo que nós experimentamos faz parte de nossa existência enquanto seres conscientes.

Schechtman se utiliza do exemplo do príncipe e do sapateiro para exemplificar tal problema. O exemplo é dado por Locke no seguinte trecho:

§ 15. E, assim, podemos ser capazes, sem dificuldade alguma, de conceber uma mesma pessoa na Ressurreição, embora num corpo não exatamente, no aspecto ou nas partes, o mesmo que teve aqui, a mesma consciência acompanhando a alma que o habita. Contudo, apenas a alma na mudança de corpos dificilmente seria suficiente para constituir o mesmo homem, exceto para quem faz da alma o homem. Com efeito, caso a alma de um Príncipe, carregando consigo a consciência da vida passada do Príncipe, entrasse e dessa forma ao corpo de um sapateiro tão logo fosse abandonado pela sua própria alma, todo mundo vê que ele seria a mesma pessoa que o Príncipe, responsável somente pelas ações do Príncipe, mas quem diria que era o mesmo homem? O corpo também participa da constituição do homem e para todo mundo, creio, determinaria o homem neste caso, no qual a alma, com todos os pensamentos de príncipe sobre ela, não constituiria outro homem: ele seria o mesmo sapateiro para todos, exceto para si mesmo. (LOCKE, 2015, p. 180)

A ideia de Locke com esse exemplo era afirmar que nós tendemos a defender que a identidade pessoal vai de encontro a uma identidade de consciência, e não a uma identidade de substância material. Dessa forma, consideramos que o corpo do sapateiro que possui a consciência do príncipe, não se identifica com o sapateiro, mas sim com o príncipe. Schechtman pede então para que imaginemos que, por exemplo, nessa situação, em decorrência de ter sua consciência transplantada para esse novo corpo, o príncipe acaba perdendo a memória ou reprimindo uma memória qualquer de seu passado. A partir disso, podemos imaginar que nós tendemos a considerar que essas memórias esquecidas ou reprimidas, pertencem ao príncipe, e, portanto, da pessoa que agora ocupa o corpo do sapateiro, e não do sapateiro em pessoa.

A partir dessas duas dificuldades em relação a teorias que interpretam a visão de Locke como uma teoria da memória, Schechtman apresenta as teorias contemporâneas da continuidade psicológica, e como elas tentam responder a essas questões relacionadas a uma leitura simplista da visão de Locke.

4.3 TEORIAS DE CONTINUIDADE PSICOLÓGICA

Em suma, teorias de continuidade psicológica (GRICE, 1941; LEWIS, 1983; PARFIT, 1987; PERRY, 1976; SHOEMAKER, 1984) tentam atualizar a tese lockeana de que a identidade pessoal de fato se origina na continuidade de consciência mediada pela capacidade da memória, com a finalidade de escapar dos problemas que as lacunas da visão de Locke proporcionam. Schechtman analisa de que maneira as teorias da continuidade psicológica tentam superar os problemas apresentados às teorias da memória na seção anterior.

4.3.1 Primeira dificuldade: Teorias da memória são muito fracas

Peguemos a primeira dificuldade, aquela que afirma que o fato de que eu me lembro de uma experiência do meu passado não é suficiente para assegurar que eu fui a pessoa que de fato teve a experiência. Uma das respostas de um teórica da continuidade psicológica a esse problema é a de que nós devemos requerir que exista mais de uma conexão de memória deva existir entre a pessoa presente e a pessoa passada para que possamos concluir sua identidade. Segundo Schechtman, parte da razão pela qual não estaríamos dispostos, no caso da neurocirurgiã, a defender a identidade entre a pessoa implantada e a avó, é que existe somente uma conexão, fora de contexto, entre a avó antes da cirurgia de remoção da memória e a pessoa após a implantação da memória. Dessa forma, pesquisadores que defendem essa teoria também defendem que exista um número suficiente de conexões de memória entre uma pessoa no passado e uma pessoa no presente para que possamos afirmar uma relação de identidade.

Dois problemas surgem com essa teoria. Primeiro, é complicado individuar conexões de memória. Como vimos anteriormente enquanto discutíamos teorias causais e seu requerimento de traços de memória, um dos problemas não só dessas teorias filosóficas, mas também das áreas que realizam pesquisas empíricas, é o de primeiramente, encontrar evidências para que tais traços existam. Em segundo lugar, e ainda mais improvável, seria a individuação dessas conexões entre as memórias. Em segundo lugar, mais problemático ainda do que individuar conexões ou traços de memória, seria definir um número não-arbitrário de conexões suficientes para garantir a identidade. Afinal, quantas conexões seriam suficientes para que pudéssemos garantir a identidade entre duas pessoas em tempos distintos?

Contudo, mesmo que garantamos que existam conexões suficientes entre a pessoa passada e a pessoa presente, se levamos em consideração que uma instância de memória é nada mais do que uma experiência de rememoração, talvez uma teoria que considere uma memória

nesse sentido mais frouxo não seja suficiente para garantir a identidade. Para isso, Schechtman afirma que muitos teóricos da continuidade psicológica tendem a defender uma visão causalista sobre a memória. Nessa visão uma “causa apropriada é geralmente especificada em termos de um funcionamento continuado de um único encéfalo no qual um traço de memória é formado no momento da experiência original” (SCHECHTMAN, 2005, p. 13). Com isso, Schechtman parece afirmar que teorias causais sobre a memória podem ser preferíveis para teóricos da continuidade psicológica para fundamentar uma resposta ao problema das conexões de memória.²⁶

4.3.2 Segunda dificuldade: Teorias da memória são muito fortes

As teorias da memória sobre a identidade pessoal parecem ser muito fortes quando consideramos casos de esquecimento, pois como vimos, um evento não deixa de ser parte de minha identidade somente porque eu me esqueci dele. Há uma inclinação natural para que afirmemos que, por mais que nossos sistemas de memória sejam falhos e eventualmente se esqueçam de algumas experiências pelas quais passamos, esses eventos ainda sim contribuiriam para que eu seja quem eu sou atualmente.

Um primeiro movimento que teóricos da continuidade psicológica fazem é dizer que existe uma diferença significativa entre os casos que Locke apresenta sobre esquecimento, e os casos que utilizam para desvalidar a teoria de Locke. Nos casos apresentados por Locke, o esquecimento tende a ser completo, enquanto em casos como por exemplo o do oficial, proposto por Reid, o esquecimento tende a ser parcial. Dessa maneira, nos casos lockeanos a conexão de consciência com o passado tende a ser cortada por completo. Nos casos de esquecimento parcial, vimos que a saída dos teóricos da continuidade psicológica é requerer um número suficiente de conexões de memória.

Defensores da continuidade psicológica tendem a manter a tese central lockeana de que uma pessoa em um tempo t_2 é a mesma pessoa que em t_1 somente se ela se lembra algumas das experiências da pessoa em t_1 , porém tentam melhorá-la para evitar implausibilidades. Primeiro,

²⁶ Vale notar que não somente uma teoria causal da memória parece ser requerida nesse caso, mas também uma teoria causal que considere que traços de memória podem ser distribuídos. Na visão tradicional, traços de memória são considerados como entidades únicas e que preservam todo o conteúdo da experiência original. Teóricos que defendem que traços de memória são distribuídos (SUTTON, 1998) alegam que ao invés de eventos mnêmicos gerarem traços de memória individuais, esses traços estão distribuídos no encéfalo. A experiência do evento resultaria em uma modificação na ênfase das conexões que dizem respeito a características de eventos gerais. Ou seja, uma visão distribuída de traços defende que uma memória episódica está armazenada em uma rede de conexões neurais, e pode ser assim, preferível para um teórico da continuidade psicológica.

eles afrouxam a condição da memória. Uma pessoa pode continuar sendo a mesma através do tempo mesmo que ela esqueça de alguns eventos de sua vida. Ao invés de depender de uma continuidade direta da memória, teorias da continuidade psicológica defendem que cadeias de memórias distintas que se sobrepõem em algum momento podem garantir a identidade pessoal e abrir espaço para o esquecimento. Além disso, também defendem que não é somente a memória a única responsável pela identidade pessoal, mas também uma continuidade de “crenças, valores, desejos, ou as conexões entre intenções e as posteriores ações que as realizam” (SCHECHTMAN, 2005, p. 14).

4.4 PROBLEMAS DAS TEORIAS DE CONTINUIDADE PSICOLÓGICA

Contudo apesar de apresentarem soluções para os problemas das teorias da memória, Schechtman afirma que teorias da continuidade psicológicas também parecem ser muito fracas e muito fortes em algum sentido.

Elas seriam muito fracas pois, ao fim de sua tentativa de melhorar a tese lockeana, essas teorias acabam afirmando que pessoas são simplesmente um amontoado de suas instâncias em tempos diferentes, que são conectados de alguma maneira por memórias e outras conexões, tendo em vista que temos de ter um número suficiente de tais conexões para garantir a identidade. Contudo, segundo a autora, apesar de fortalecerem a teoria de Locke, essas teorias ainda parecem demasiado fracas. Isso porque requerer mais conexões parece implicar somente em uma diferença de grau ao invés de uma diferença de tipo em relação a uma teoria da memória. Por requererem conexões de memória, que ao que tudo indicam, são substanciadas por um meio físico, o encéfalo, teorias da continuidade psicológica acabam dando um passo atrás, se assemelhando a teorias que requerem a identidade de substância para garantir a identidade pessoal.

E por outro lado, essas teorias seriam muito fortes pois mesmo que elas permitam que experiências que não lembramos, possam fazer parte de nossa identidade pessoal, por meio de cadeias de memória que se sobrepõem, para que essas cadeias de memórias façam parte da identidade pessoal elas ainda dependem de uma atribuição que deve ser feita conscientemente, o que exclui o fato de que experiências inconscientes também parecem fazer parte de nossa identidade pessoal. Dessa forma, teorias da continuidade psicológica acabam excluindo experiências das quais somos inconscientes, mas que podem ser significativas para nossa identidade, porque a atribuição dessas memórias dependeria de um processo consciente, o que pareceria contraditório.

Dessa forma, no que segue, Schechtman propõe uma nova leitura da teoria de Locke que, primeiramente, visa dar conta de uma conexão ao passado que escape dos problemas propostos anteriormente. E em segundo lugar, a nova interpretação também deve abrir espaço para que experiências inconscientes, mas que ainda sejam importantes para nossa concepção de *self* sejam devidamente levadas em consideração.

4.5 PROPOSTA DE SCHECHTMAN

Segundo Schechtman, para cumprirmos a primeira tarefa devemos estar cientes do problema pelo qual teóricos da continuidade psicológica passam ao tentar dar uma nova leitura da visão de Locke. Segundo a autora, essas teorias falham, pois, afirmam que tudo que é necessário para garantirmos a identidade pessoal através do tempo é que tenhamos conhecimento de primeira pessoa de como nossas experiências ocorreram. Como a autora coloca: “É suficiente, nessa visão, [continuidade psicológica] somente ter acesso a um certo número de memórias. Não existe nenhum requerimento adicional em como essas memórias entram em coerência ou como elas se associam com estados presentes.” (SCHECHTMAN, 2005, p. 18, minha tradução).

A partir disso, Schechtman apresenta um critério adicional para que possamos garantir a validade da teoria de Locke, o auto entendimento. No seguinte trecho, ela expõe em termos gerais sua posição:

O desenvolvimento alternativo da visão lockeana que eu sugiro adiciona ao reconhecimento da importância da memória e da autoconsciência bruta, o reconhecimento da importância de sermos inteligíveis a nós mesmos. Para que uma pessoa tenha o tipo de concepção de *self* que constitui a identidade pessoal, na visão que estou apresentando (podemos chama-la de “a visão do auto entendimento”), ela deve não somente saber sobre uma coleção de experiências passadas e pensar nelas como dela, ela deve ver sua vida como se desenrolando de acordo com uma trajetória inteligível, na qual estados presentes se seguem significativamente de estados passados, e o futuro é antecipado dar conta de certas previsões em relação ao presente. (SCHECHTMAN, 2005, p. 18, minha tradução)

Dessa maneira nossa constituição de um *self* não dependeria de um processo passivo de saber que tivemos tais e tais experiências, mas sim de um processo mais ativo de entender essas experiências e para onde elas eventualmente nos levarão. Segundo Schechtman, a intenção de

Locke ao propor sua teoria é a de que nós, como entidades autoconscientes “estamos interessados no caráter de nossa experiência, e também no que devemos fazer, e que tipo de pessoas devemos ser” (SCHECHTMAN, 2005, p.18) Logo, Schechtman, assim como Strawson, tenta adicionar o caráter forense que Locke pretende em sua visão. Locke considerava que o conceito de “pessoa” implicado em questões de identidade pessoal, tem ultimamente um caráter forense, isto é, ligado a responsabilidade moral. Dessa forma, a razão pela qual nos interessamos na temática da identidade pessoal, é a de que nós necessitamos de uma maneira de atribuir responsabilidade sobre ações passadas, para agentes morais no presente.

Para garantir esse aspecto, em sua visão, Schechtman afirma que a identidade pessoal depende de um constante monitoramento, que é feito, na maior parte das vezes, implicitamente. Na sua visão, esse automonitoramento que acontece no pano de fundo de nossa mente é o que garante o tipo de concepção de self e uma relação a um passado particular, que dessa forma, garantem a constituição de nossa identidade pessoal. Para delinear esse caráter de automonitoramento ela se baseia no conceito de um “self observador” (*perceiver-self*) de Raymond Martin (2000). Nessa concepção, um self observador seria uma entidade que é separada de nosso fluxo de eventos, que grava informações sobre o fluxo de nossa experiência, sendo, contudo, uma entidade ilusória, que representa metaforicamente algo de nosso sistema cognitivo que seria capaz de se auto monitorar.

Apesar dos problemas relacionados a definição da natureza precisa de um self observador, a autora escolhe conceder que a noção é uma que possui utilidade para que representemos essa capacidade. De fato, como veremos no que segue, noções que resguardam um espaço para uma entidade tal como um “self observador” ou um “self narrativo”, se mostram como opções interessantes para que possamos tratar a temática do auto entendimento.

Após propor que a noção de um self observador pode ser utilizada para que introduzamos a ideia de que o auto entendimento é um elemento relevante para a identidade pessoal, e dessa forma, também é útil para escaparmos dos problemas nos quais as teorias da continuidade psicológica caem, a autora segue a explicar como isso poderia ser importante para adicionar as experiências inconscientes na sua interpretação da teoria de Locke.

Ao propormos uma entidade tal qual o self observador que nos motiva a responder questões do tipo: “Por que estou me sentindo desse jeito?” ou “Porque estou fazendo isso?”, conseqüentemente temos uma tendência a acessar estados internos, que são conscientes a nós, assim como os estados de coisas no mundo. Contudo, em algumas circunstâncias, a busca por fatores os quais nos afetam de determinada maneira não pode ser encontrada externamente, nem

mesmo em nossos estados internos, porém conscientes. Considerando que, logicamente, não consideramos que possam existir eventos sem causa, é natural que recorramos a estados inconscientes, mas que ainda têm algum efeito sobre nossa concepção de self.

Assim, Schechtman argumenta que, no momento que postulamos que uma explicação sobre a identidade pessoal deva requerer um componente de auto entendimento, isso invariavelmente nos leva a assumir que estados inconscientes podem fazer parte de nossa concepção de self, sem, contudo, serem dados a nossa consciência. Isso se dá, segundo a autora, porque:

Ao postularmos fontes internas para nossas experiências e ações nós reconhecemos que existem partes de nós mesmo que nós não estamos conscientes, mas que são, contudo, parte de nossas vidas psicológicas de maneira intimamente importante. Essas experiências impactam a natureza de nossa experiência consciente e devem, portanto, ser parte de nossa preocupação auto interessada. (SCHECHTMAN, p. 20, minha tradução)

Uma pergunta que podemos fazer a teoria de Schechtman é até que ponto o self que ela considera como sendo o central para a teoria de Locke é um self no sentido autoonóético. Uma coisa que podemos ver dentro da linha de debates em relação ao self dentro da filosofia, é a grande quantidade de significados ou funções que esse conceito passa a cumprir. A própria autora Schechtman defende aqui que existe uma diferença entre a visão de identidade pessoal original de Locke (representada por sua teoria) e a daqueles que defendem a visão da continuidade psicológica. Dessa forma, acredito que é central que nós, ao menos brevemente, analisemos qual sentido de *self* que é levado em conta nessas teorias, me focando principalmente na teoria de Schechtman.

Para tanto, acredito que podemos fazer uma diferenciação entre um self autoonóético e um self narrativo. Sei que possivelmente essa divisão não venha sem algum estranhamento por parte dos leitores, mas acredito que essa seja uma distinção que apesar de operativa dentro do campo da filosofia da memória, raramente foi tematizada. Além disso, se minha proposta estiver no caminho correto, essa distinção deve se alinhar minimamente a distinção existente entre aquilo que denominamos como uma memória episódica e aquilo que denominamos como uma memória semântica.

4.6 SELF NARRATIVO

Nessa seção, analisarei como a conceitualização de um self narrativo poderia auxiliar em definir de que maneira o automonitoramento proposto por Schechtman, isto é, como um self narrativo pode funcionar em uma teoria da identidade pessoal, e, de maior importância para este trabalho, quais consequências isso teria para a temática da memória. Em particular, como problema central do presente trabalho, me concentro nas consequências que tal concepção poderia ter para o conceito de “memórias autobiográficas”. Contudo, o problema da referência ao self nessas memórias será deixado para o próximo capítulo. Aqui, pretendo analisar a proposta de Roy Dings e Albert Newen em seu artigo de 2021 intitulado “Constructing the Past: The Role of The Narrative Self in Modulating Episodic Memory” em relação à possibilidade da modulação interpretativa do conteúdo das memórias episódicas por parte do self narrativo. Apesar de tratar especificamente da modulação do self narrativo com a memória episódica, acredito que a partir das informações colocadas pelos autores, seja possível tirar algumas conclusões a respeito do que esse tipo de modulação significaria para a concepção de memórias autobiográficas como um tipo de memória constituída exclusivamente por conteúdo de tipo proposicional.

Nesse texto, Dings e Newen se preocupam primeiro de maneira mais geral com uma definição de self, e mais especificamente de self narrativo. Com base nessa definição, desejam mostrar como esse self narrativo pode influenciar os processos de codificação, processamento e evocação da memória episódica. Sua tese principal é a de que o self narrativo pode modular o conteúdo da memória por meio da interpretação em diferentes níveis das ações do indivíduo.

De acordo com os autores, o esclarecimento de como o self narrativo influencia as memórias episódicas pode ter três principais consequências. Primeiro, ajudaria a rebater o ceticismo radical que advoga contra qualquer papel causal do self narrativo (STRAWSON, 2020). Segundo, poderia também promover uma atualização nas teorias a respeito de projeções futuras e viagem no tempo mental, assim como esclarecer a relação entre memória episódica e pensamento episódico futuro (*episodic future thinking*). E por último, seria um ganho teórico grande quanto a uma explicação do porquê temos diferenças individuais na memória episódica. Desse modo, me focarei nesse capítulo justamente na via de influência do self nas memórias.

Também vale a pena ressaltar que a maioria da literatura que tem algo a dizer sobre essa relação se refere a essa influência direcionadas ao que nos referimos como memórias episódicas, assim como o texto de Dings e Newen. No entanto acredito que a análise dessa literatura e o entendimento das diferentes visões sobre o problema me ajudam a analisar um problema um tanto mais específico, que seria a influência do self nas memórias autobiográficas, da maneira como as concebo nesse trabalho.

4.6.1 A definição de Self e o Self Narrativo

Em sua busca por uma teoria da influência do self nas memórias episódicas, Dings e Newen (2021) primeiramente nos oferecem uma teoria sobre a natureza do self. Eles seguem a Teoria dos Padrões (*Pattern Theory Approach*) (GALLAGHER, 2013; NEWEN, 2018) na qual o self é constituído de uma multitude de aspectos relevantes ao indivíduo (*self-aspects*). Essa teoria tenta se opor tanto a teorias eliminativistas em relação a importância ou existência do self (GAZZANIGA, 2012; METZINGER, 2003, 2009, 2011), assim como de teorias que dão uma importância especial a somente um desses aspectos do self.

Nessa visão, o *self* seria constituído por várias dimensões de outros aspectos relacionados ao self, como por exemplo, dimensões narrativas, cognitivas, expressivas, afetivas, dentre outras. O *self* deveria ser visto, dessa forma, não como uma entidade, ou seja, algo que *é* e que possui essas propriedades, mas sim como um padrão de organização desses diferentes aspectos que *é* realizado no corpo do agente. Aqui já começamos a ver como o autor pretende levar a cabo a explicação de diferenças individuais na memória episódica. Isto porque, já que o self é constituído por um padrão de organização de diferentes aspectos do self, uma mudança em qualquer um desses aspectos, ocasionaria uma mudança no *self* propriamente dito, e que por sua vez influenciaria as memórias do indivíduo. Essas mudanças tipicamente são iniciadas a partir da interação do indivíduo com o seu ambiente (DINGS; NEWEN, 2021).

Dentro dos aspectos relevantes ao *self*, o *self* narrativo configuraria como um dos mais importantes. Isto porque ele cumpre uma função central para a organização desses diferentes aspectos do self, que *é* a integração de informação com o passar do tempo. Nas palavras do autor:

Assim, o self narrativo é uma parte do modelo do self (*self-model*) que o sistema corporificado (*i.e* o ser biológico) depende para organizar informação e para determinar cursos de ação relevantes. Tal modelo consiste em várias narrativas mais ou menos interconectadas a respeito do indivíduo no qual o passado, presente e futuro estão integrados, baseado em preocupações temporalmente estendidas e também nas circunstâncias em constante mudança. (DINGS; NEWEN, 2021, minha tradução)

Assim, conforme o indivíduo interage como ambiente, novas informações são adquiridas e o self narrativo seria responsável por avaliar em que medida essas experiências são relevantes para a sua narrativa de longo prazo. Isto também reflete a sua extensão temporal, ou

seja, qualquer informação deve ser tanto comparada aos objetivos de longo prazo do indivíduo, isto é, uma direcionalidade ao futuro, quanto com as informações que já residem na memória de longo prazo, isto é, deve haver uma coerência entre as novas informações e sua relevância tanto para a narrativa já determinada quanto para as projeções futuras.

Dessa forma, segundo o autor, a Teoria dos Padrões seria importante pois também poderia dar conta de mudanças tanto rápidas quanto lentas nas dimensões do self. A ideia é a de que selfs narrativos que se fundamentam em memórias de longo prazo são parte de nossa personalidade que muda lentamente, enquanto os fundamentados em memórias de trabalho, por exemplo, são muito mais centrados em informações sensíveis ao contexto no qual o indivíduo se encontra (DINGS; NEWEN, 2021).

4.6.2 Modulação do conteúdo da memória episódica pelo self narrativo

Como base empírica para a defesa da modulação por parte do self narrativo nas memórias episódicas, Dings e Newen se baseiam na Teoria da Identificação da Ação (*Action Identification Theory*) (VALLACHER; WEGNER, 2012). A ideia principal é a de que a memória episódica pode ser vista como uma tentativa do indivíduo de dar significado a um determinado evento. E a maneira que temos para tentar dar um sentido aos episódios vivenciados, é narrando o acontecimento. Essa narração, muitas vezes, envolve tanto a comparação do evento recém presenciado com o restante da narrativa do indivíduo, isto é, uma busca por coerência narrativa, assim como os detalhes sensoriais do contexto.

Segundo a Teoria de Identificação da Ação, o indivíduo pode interpretar uma ação em diferentes níveis. Em uma interpretação de nível mais alto, a ação é interpretada em relação ao *porquê* ela é efetuada. Ou seja, em uma identificação de nível alto, o indivíduo correlaciona a ação que está sendo interpretada com sua narrativa, seus planos e ações de longo prazo. Já em uma interpretação de nível baixo, a ação é interpretada pelo indivíduo de maneira mais concreta e a interpretação busca o *como* a ação é efetuada. Assim uma mesma ação pode ser interpretada por um indivíduo de diferentes maneiras. A leitura de um livro, por exemplo, pode ser interpretada, de maneira mais concreta, como a leitura de palavras em uma página branca, isto é a interpretação busca o *como* aquela tarefa é realizada. De mesmo modo, a ação pode ser interpretada, de maneira mais abstrata, como um passo importante na formação acadêmica do indivíduo.

O ponto no qual os autores insistem no seu texto, é o de que “o self narrativo pode influenciar a memória episódica por meio da *mudança* no nível de identificação da ação, e que

faz isso baseado em preocupações narrativas ou outras motivações” (DINGS; NEWEN, 2021). Também defendem que a função central da dessa influência é que o evento conceitualizado resultante, isto é, o evento no nível como foi interpretado (alto ou baixo), possa ser mais facilmente integrado na narrativa do self.

4.6.2.1 Output

Uma das formas pelas quais o self narrativo pode modular a evocação das memórias episódicas pode ser relacionada as perspectivas visuais do episódio. Existem duas perspectivas através das quais um episódio pode ser experimentado no momento da evocação, uma perspectiva de primeira pessoa (*field perspective*), assim como uma perspectiva de terceira pessoa (*observer perspective*). A diferença entre essas duas perspectivas visuais é muito bem esclarecida no livro “Remembering from the Outside: Personal Memory and the Perspectival Mind” de Christopher McCarroll de 2018. Nele o autor explica que:

Quando lembramos de eventos de nossas vidas frequentemente vemos a cena lembrada da maneira como foi originalmente experimentada, do ponto de vista original – uma perspectiva de primeira pessoa. Às vezes, contudo, nos vemos na memória como se fossemos um observador da cena lembrada – uma perspectiva de terceira pessoa. (MCCARROLL, 2018, minha tradução)

Para além da questão de se memórias experimentadas a partir do ponto de vista de um observador são de fato memórias genuínas, pois modificariam o conteúdo da memória,²⁷ um ponto mais relevante para a presente discussão é como essas perspectivas estão relacionadas com a narrativa do indivíduo. Foram observados empiricamente que memórias experimentadas a partir da primeira pessoa contém mais informação a respeito de estados emocionais e subjetivos quando comparadas a memórias de observador. E, além disso, memórias com uma valência emocional mais negativa, como memórias de eventos traumáticos, são mais

²⁷ Essa discussão basicamente se voltaria para a questão de que quando uma memória é experimentada através de uma perspectiva de um observador, o conteúdo da memória foi de alguma maneira alterado, isto é, nós já não estamos nos lembrando do evento em questão, pois estamos experimentando o evento de uma perspectiva que não era possível quando o evento ocorreu, mas estamos sim imaginando o evento sob uma nova perspectiva. Essa discussão está, segundo McCarroll, em grande parte interligada a discussão a respeito do preservacionismo e do geracionismo da memória episódica. Um preservacionista radical defenderia que todo o conteúdo presente na evocação tem que estar preservado da maneira como foi originalmente experimentado, e assim memórias de observador não seriam memórias de fato. Já um geracionista permite que existam modificações no conteúdo da memória a ponto de poder alegar que memórias de observador podem sim ser consideradas como memórias.

frequentemente experimentados através de uma perspectiva de observador (BERNTSEN; RUBIN, 2006). De maneira similar, essa associação também é confirmada por Lisa Libby, quando ela afirma que memórias de primeira pessoa estão associadas a detalhes mais concretos do episódio e memórias de terceira pessoa mostram um distanciamento maior dos detalhes e se voltam para uma abstração maior do episódio, o correlacionando com o seu papel na narrativa do indivíduo (LIBBY; SHAEFFER; EIBACH, 2009).

Também existem estudos que demonstram que a valência emocional das memórias é dependente não somente de perspectivas visuais, mas também da relevância do episódio para o self. Em um estudo de 2011, Valenti et al., observam a relação entre como ações das quais o sujeito se arrepende podem ser sentidas pelos participantes como dolorosas, mas que inações da qual o sujeito se arrepende, só estão relacionadas a um sentimento de dor quando essa inação está relacionada com a narrativa de longo prazo do indivíduo (VALENTI; LIBBY; EIBACH, 2011). Para ilustrar a diferença entre inações relacionadas a narrativa e inações não-relacionadas à narrativa, poderíamos pensar no cenário em que uma pessoa, em retrospecto, se arrepende de não realizar uma ação, que é entendida como importante para sua narrativa. Podemos imaginar que pode ser uma grande fonte de arrependimento não ter se dedicado a determinada matéria, na escola secundária, quando essa se torna fundamental no desenvolvimento dos conhecimentos na faculdade. Dessa forma, “*inações* dolorosas das quais o indivíduo se arrepende são tipicamente interpretadas em um nível mais alto do que suas *ações* dolorosas que são focadas nos detalhes sobre o que a pessoa fez” (DINGS; NEWEN, 2021).

4.6.2.2 Processo

Aqui a ideia principal é a de que diferentes níveis de interpretação de uma ação podem influenciar a informação semântica que é usada para enriquecer o processo de construção de cenários, assim como, o *traço* de uma memória episódica.²⁸ Dessa forma, diferentes informações semânticas serão usadas para enriquecer eventos com diferentes tipos de identificação da ação. No exemplo do autor:

²⁸ Aqui estou usando o termo traço de memória para significar o termo *gist* utilizado pelos autores no texto original. Uma outra interpretação de *gist* seria a essência de uma memória episódica. Optei por traduzir como traço de memória pois acredito que o autor está utilizando o termo *gist* por influência de Cheng, Werning e Suddendorf (2016), no qual é feita a distinção entre dois elementos necessários para a construção de cenários episódicos, por um lado o *gist*, também referido como *memory trace* ou traço de memória e a informação semântica episódica, que serve para adicionar mais informações contextuais e perceptuais a construção episódica.

Para ilustrar, se o evento do casamento do indivíduo é lembrado com uma identidade de alto nível, o conteúdo resultante pode ser e.g. “o dia em que duas famílias se tornaram uma”, enquanto em uma identificação de nível mais baixo poderia levar o traço a ser e.g. “o ato de andar pelo corredor da igreja”. No anterior, o traço da memória pode ser enriquecido com informações semânticas sobre os membros da família, enquanto no posterior com informação semântica sobre o local do casamento, o que levaria a conteúdos diferentes. (DINGS; NEWEN, 2021)

O self narrativo também pode nos ajudar compreender melhor o processo de semantização de memórias episódicas. A semantização é basicamente a característica que memórias episódicas possuem de, com o passar do tempo, através dos processos de consolidação e reconsolidação, perderem informações a ponto de se tornarem memórias de conteúdo exclusivamente proposicional. A ideia central para essa explicação é a de que memórias episódicas, no momento da evocação, priorizam processos cognitivos de *coerência* ao invés de acurácia do cenário em relação ao conteúdo do traço de memória (CONWAY; SINGER; TAGINI, 2004). Sendo assim, essa priorização poderia ser em grande medida correlacionada com a maior tendência de se interpretar um evento em um nível mais alto, conforme esse evento se torna mais central para a narrativa de longo prazo do indivíduo.

4.6.2.3 Input

Também existe a possibilidade, segundo Dings e Newen de que o self narrativo possa influenciar o *input* da construção de cenários mentais através da reponderação de relevância dos estímulos (*reweighting relevance*). Mais especificamente, o self narrativo pode mudar o significado narrativo de determinado estímulo: “Através da mudança do que um determinado objeto significa para uma pessoa, esse objeto pode evocar memórias particulares ou comportamentos que se encaixem nas preocupações narrativas daquela pessoa” (DINGS; NEWEN, 2021). De maneira semelhante o self narrativo pode fazer com que determinado objeto ou estímulo ambiental seja mais saliente para um indivíduo se acordo com a preocupações narrativas do indivíduo.

4.7 ALGUMAS CONCLUSÕES PRELIMINARES

Marya Schechtman nos mostra que a visão tradicional sobre o problema da identidade pessoal, concebido por John Locke, é mais abrangente do que a leitura feita por Thomas Reid

coloca. De maneira semelhante, Schechtman também nega que o que os teóricos da continuidade pessoal afirmam, haja vista que estes também consideram que a continuidade de consciência ainda é fundamentalmente embasada na memória. A partir disso, ela pretende desenvolver uma interpretação da teoria de Locke que tenta ser mais fiel ao objetivo final do questionamento produzido por Locke, isto é, uma finalidade ultimamente forense. Sua visão defende que a identidade pessoal está relacionada ao auto entendimento, que é uma noção mais abrangente que a memória, pois está relacionada a diversos aspectos relevantes ao self. Este auto entendimento é resultado de um processo de monitoramento implícito desses aspectos relevantes ao self. A este processo de monitoramento ela denomina o “self observador”.

De maneira semelhante, Dings e Newen postulam a noção de um “self narrativo”. Eles demonstram de que maneira podemos defender que o self narrativo pode modular os diferentes processos envolvidos na construção de cenários mentais episódicos. Em suma, no *output* do processo de construção o self narrativo pode modular *como* o episódio será apresentado ao indivíduo. Por meio da interpretação em diferentes níveis, o episódio pode ser tanto apresentado em uma perspectiva de primeira pessoa, assim como em uma perspectiva de terceira pessoa. Cada perspectiva terá um tipo de influência diferente na fenomenologia do episódio, sendo que perspectivas de primeira pessoa tendem a ter uma valência emocional mais forte, sendo voltada para características mais sensíveis ao contexto do episódio. Já memórias lembradas de uma perspectiva de observador tendem a ter uma valência emocional mais baixa e um distanciamento fenomenológico maior de características perceptuais. Sendo assim, o indivíduo que lembra em terceira pessoa tende a colocar o episódio dentro de um campo narrativo, correlacionando-o com outros episódios relevantes para a narrativa do indivíduo.

Já na fase do *processamento* da construção de cenários, o self atribui diferentes informações semânticas, que enriquecem contextualmente o episódio, dependendo da maneira como o episódio é interpretado pelo indivíduo. A ideia basicamente é a de que um mesmo evento pode ser interpretado de várias maneiras diferentes pelo agente, e que conseqüentemente cada interpretação terá informações semânticas diferentes que enriquecerão o contexto do episódio.

E no input da construção de cenários, o self narrativo basicamente atribui a diferentes objetos, diferentes níveis de relevância em relação ao seu potencial de estímulo para uma memória episódica. Diferentes objetos possuem diferentes níveis de relevância para nossas narrativas. Uma foto de minha infância claramente irá possuir mais relevância e maior potencial de estimulação de uma lembrança de um evento do que um objeto qualquer, como um lápis, por exemplo.

4.7.1 Usando memórias autobiográficas para a identidade pessoal

Minha proposta primariamente se apoia na ideia de que uma narrativa é constituída majoritariamente de informações semânticas, que são geralmente divididas em informações semânticas relacionadas a episódios,²⁹ informações de eventos gerais, e informações de períodos de vida. Nessa visão uma memória autobiográfica difere significativamente de uma memória episódica. Isto é, enquanto em uma memória episódica há a combinação tanto de informações semânticas sobre um determinado episódio quanto do traço de memória episódica, uma memória autobiográfica possui somente a informação semântica relativa à narrativa do indivíduo. Essa divisão se dá primeiramente pela análise da necessidade da consciência autooética no caso da memória episódica e de sua contingência para as memórias autobiográficas. Além disso em minha prescrição de significado, argumentei que o conceito de “memórias autobiográficas” deveria significar memórias factuais relativas à períodos de vida.

Mais especificamente, a principal consequência de minhas investigações sobre um melhor uso do conceito de “memórias autobiográficas” é a de que ela mostra que a autooese não é necessária para que tenhamos uma autobiografia. O ponto positivo de minha ressignificação do conceito de “memórias autobiográficas” para a discussão sobre a identidade pessoal se refere ao fato de que, a partir do momento em que separamos a ideia de autooese da ideia de uma autobiografia, isto é, mostramos que entre elas não se estabelece uma relação de necessidade, é possível argumentarmos que pode-se preservar a identidade pessoal, haja vista que ter identidade pessoal é ser consciente de sua autobiografia, isto é, de sua continuidade psicológica, sem que tenhamos autooese. Isto é um fato que fica explícito no estudo do caso do paciente K.C., por exemplo. É notável que K.C. tem consciência de sua identidade como uma pessoa que possui uma história de vida com a qual ele pode se relacionar de maneira profunda. A falta de uma capacidade de viajar mentalmente no tempo, não impede que ele tenha uma concepção de seu *self* como persistente no tempo, haja vista que é inteligível a ele que as ações que ele desempenhou no seu passado (das quais ele se lembra de maneira factual), são relevantes para a pessoa que ele é atualmente. De maneira similar, ele têm consciência de que suas ações no presente afetarão a maneira como ele conceberá no futuro.

²⁹ Vale notar que a informação semântica relativa a episódios difere do traço de memória episódica. A primeira diz respeito a informações proposicionais que são utilizadas para enriquecer o processo de construção episódico com detalhes, enquanto o traço de memória episódica é onde de fato se encontra o conteúdo perceptivo relacionado ao episódio.

Essa continuidade de consciência, que como argumenta Schechtman, é derivada de um processo de automonitoramento de nossos desejos, afetos, memórias (não necessariamente episódicas), emoções, concepções morais etc., pode ser garantida através de nossa concepção de uma autobiografia que nos é inteligível no presente. Dessa forma, o conceito de “memória autobiográfica”, tal como o concebo neste trabalho, me parece adequado como uma base na qual podemos pensar a fundamentação de nossa identidade pessoal. Seu uso pode ser visto como um melhoramento na ideia de identidade pessoal, pois a partir do momento em que aceitamos que ele pode ser suficiente para que defendamos que alguém têm consciência de sua identidade pessoal, não precisamos nos utilizar de outros conceitos que podem ser demasiado vagos, como o conceito de “memória” (que não carrega uma qualificação do tipo de memória implicado), ou também muito divergentes daquilo que a literatura clássica da identidade pessoal consideraria como importante para sua fundamentação, como o conceito de “auto entendimento”. Nessa leitura, que necessitaria de uma investigação futura mais profunda, poderíamos responder ao exemplo de Reid dizendo que mesmo que o general não se lembre do episódio de ser punido quando criança, ele se lembra de coisas mais relevantes para sua autobiografia que são concomitantes a esse episódio, isto é, se lembrar do período da sua infância, e quais características ele possuía.

Também vale suscitar a motivação do ganho de clareza conceitual por meio da eliminação da correspondência entre uma memória episódica e uma memória autobiográfica. Por meio da eliminação dessa correspondência acredito que ganhamos um meio de explicar os tipos de representação mnêmicos autobiográficos, porém não episódicos, de pacientes amnésicos como K.C. (ROSENBAUM et al., 2005; TULVING, 1985), e outros afetados por condições relacionadas a perda da *peçoalidade* das memórias.³⁰ Isto é, por meio da tematização da singularidade das memórias autobiográficas em relação tanto a memórias episódicas quanto a memórias semânticas, nós garantimos que existam menos instâncias nas quais estes conceitos são utilizados de modo intercambiável, assim como garantimos que existem instâncias de memórias que possuem informação factual, que são fundamentais para a autobiografia dos indivíduos. Mais precisamente, se considerarmos indivíduos que têm somente esse tipo de informação para ter um contato significativo com sua autobiografia, evitamos que essas

³⁰ A perda de *peçoalidade* das memórias de K.C. pode ser vista como a perda de um contato autoonético com seu passado. Não podemos negar que esta é a principal maneira pela qual temos contato, e um contato fenomenalmente rico, com nosso passado. Contudo é importante notar que K.C. ainda mantém *peçoalidade* em relação a algumas de suas memórias de origem proposicional, ou o que considero como *autobiográficas*. Aqui optei por relacionar *peçoalidade* com autooneticidade, pois o termo *memórias pessoais* é conhecidamente utilizado como sinônimo para memórias episódicas.

memórias sejam consideradas mais geralmente como memórias semânticas, que normalmente carregam consigo a noção de serem impessoais, ou de pertencerem a conhecimentos gerais sobre o mundo, ao invés de conhecimentos sobre o próprio indivíduo.

Uma outra consequência esperada do meu entendimento de memórias autobiográficas é o de que ele não muda o papel de contextualização dos sistemas de memória episódica. Conway afirmava que memórias autobiográficas eram responsáveis por contextualizar os episódios dados à consciência por meio da memória episódica. Essa contextualização também é tematizada por Dings e Newen quando estes mencionam que memórias de origem proposicional podem modular o processo desempenhado pelos sistemas de memória episódica. Apesar de Conway entender diferentemente o termo “memórias autobiográficas” acredito que a tese da contextualização ainda nos é uma consequência compartilhada. Além disso, em trabalhos futuros também pretendo investigar qual a relação entre a semantização dos conteúdos da memória episódica e a memória autobiográfica, uma vez que parece plausível que essa relação se dê de maneira próxima.

Minha visão a respeito do processo de construção de uma memória episódica segue a proposta de Cheng et al. (CHENG; WERNING; SUDDENDORF, 2016b), isto é, para que um indivíduo lembre episodicamente (tenha uma experiência de viagem no tempo mental em direção ao passado) ele deve elicitar o traço de memória episódico (*gist*) assim como a informação autobiográfica correspondente que está integrada a essa narrativa específica.

A partir da proposta de Dings e Newen acredito que minha visão ganha mais profundidade explicativa, a medida em que se torna mais evidente a possibilidade de que informações proposicionais narrativas, ou autobiográficas, além de constituírem a narrativa de vida do indivíduo possam servir de estímulo para a elicitação de uma memória episódica.

O caso do paciente K.C. por exemplo, nos mostra que apesar de sua incapacidade para viajar mentalmente no tempo, K.C. ainda podia acessar informações proposicionais sobre sua autobiografia. O que foi perdido em decorrência de seu acidente foi a habilidade de viajar mentalmente no tempo (em decorrência da perda de sua consciência autoonóica) e os traços de memória episódicos, mas não, de maneira generalizada, a informação semântica dos eventos.

Além disso, as teorizações em relação ao processo de semantização parecem indicar que o self narrativo tem um papel importante na priorização de informações semânticas em detrimento de características perceptuais. Se assim for o caso, essa visão pode me fornecer motivos para defender que a memória autobiográfica se refere a um tipo de informação proposicional, mas que ainda difere de informações pertencentes a memória semântica, que não parecem fazer uma referência explícita a uma narrativa.

CONCLUSÃO

Com este trabalho, pretendi, de maneira mais geral, colocar o leitor a par dos problemas e conceitualizações provenientes do campo da filosofia da memória e também a respeito de nossa concepção de nossa personalidade continuada. Mais especificamente, centrando-me no conceito de memórias autobiográficas, pretendi, além de mostrar a fundamentalidade de questões relacionadas a temporalidade subjetiva e ao self, mostrar também que esse é um conceito fundamentalmente problemático, mas que, contudo, pode ser facilmente melhorado.

Pretendi demonstrar que, diferentemente da maneira como foi concebido através da literatura filosófica e psicológica, o conceito de “memórias autobiográficas” não pode ser equalizado ao conceito de “memórias episódicas” por dois motivos. Primeiro, a fenomenologia que é considerada como *necessária* para que possamos definir algo como uma memória episódica, está ausente em algumas instâncias de memórias, que possuem ligação com a autobiografia do indivíduo. Como essas memórias possuem uma ligação com a autobiografia do indivíduo, e contudo, não possuem a fenomenologia específica relacionada às memórias episódicas, a saber, a consciência auto-noética, isso nos mostra que a maneira como definimos “memórias autobiográficas”, as relacionando com “memórias episódicas” carece de clareza e é possivelmente problemática. Dessa forma, se estamos dispostos a nos referir ao tipo de memória que é autobiográfica, mas que não é auto-noética, como no caso de alguns pacientes amnésicos, devemos também conceder que o conceito de “memórias autobiográficas” difere do conceito de “memórias episódicas”.

Em segundo lugar também mostrei que, dado que podemos chamar o tipo de memórias que pacientes como K.C., por exemplo, têm, como autobiográficas, devemos conceder também que esse tipo de memória faz uma referência ao self que não pode ser igual ao tipo de referência considerado nas memórias episódicas, isto é, um tipo de referência auto-noética. Assim, memórias autobiográficas são mais bem definidas como memórias proposicionais que fazem uma referência objetal ao self, isto é, o self é mencionado como objeto e não como sujeito no conteúdo das memórias.

A partir disso, analisei como a memória autobiográfica foi utilizada na literatura, majoritariamente psicológica, e quais problemas surgem a partir dessas utilizações. Primeiro analisei o trabalho do psicólogo Endel Tulving, e propus que a maneira pela qual ele se refere a memórias autobiográficas, isto é, como um sinônimo do termo “memórias episódicas”

desemboca no que chamei de *problema da sinonimicidade*, isto é, quando o autor se utiliza de dois termos distintos para se referir a um único significado, gerando assim problemas de falta de clareza conceitual. Depois analisei a maneira como outro psicólogo, Martin Conway utilizou o termo. Conway se utiliza do termo “memórias autobiográficas” para se referir a qualquer tipo de memória que faça uma referência ao self, seja qual for o tipo de conteúdo da memória. Isso acaba nos levando ao que chamei de *problema da ambiguidade*, isto é, quando o autor se utiliza de um termo para significar várias coisas distintas, resultando, da mesma forma como o problema anterior, em problemas de falta de clareza conceitual.

A partir disso, propus que esses problemas seriam derivados de debates substantivos sobre o que deveríamos entender por uma autobiografia, quando esta está relacionada a estados mentais mnêmicos como um qualificador de conteúdo. Propus que os problemas de ambiguidade conceitual propostos derivam de um entendimento demasiadamente frouxo sobre quais características o adjetivo “autobiográfica” deveria qualificar em relação a memórias. Tanto Conway quanto Tulving aceitam o que chamei de *visão fraca* sobre a autobiografia, na qual para que um estado mental seja considerada “autobiográfico” ele deve somente fazer uma referência a um self. Dessa forma, tanto memórias de conteúdo proposicional quanto memórias de conteúdo episódicos podem satisfazer essa condição, causando assim problemas de clareza.

O que propus, portanto é que a única maneira de solucionar os problemas de ambiguidade é por meio da restrição do uso do termo “autobiografia”, de maneira que, um estado mental poderia ser considerado como autobiográfico, somente se ele representa uma autobiografia. Dessa forma, como argumentei, memórias autobiográficas seriam melhor representadas como memórias proposicionais sobre períodos de vida, seguindo a classificação de Conway e Rubin de memórias autobiográficas por extensão temporal. Memórias autobiográficas, nessa visão, deveriam ser entendidas dessa forma, porque não seria razoável imaginar que poderíamos representar uma autobiografia episodicamente. Como é consensual dentro da literatura empírica e filosófica sobre a memória, memórias episódicas são representações mentais sobre eventos muito específicos de nosso passado, isto é, eventos que podem fazer parte de uma autobiografia, porém não são uma autobiografia. Portanto, quando consideramos memórias autobiográficas como representação mentais proposicionais sobre o passado do indivíduo que dizem respeito a períodos de vida, eliminamos seu problema de clareza conceitual, e acima de tudo, apresentamos uma visão que não parte do pressuposto de que o termo “memórias autobiográficas” pode ser usada intercambiavelmente com o de “memórias episódicas”.

Além disso, aponte para o fato de que o conceito ressignificado de “memória autobiográfica” pode nos ajudar a defender que pacientes amnésicos de fato têm uma autobiografia, que implica numa concepção de um self continuado, mesmo que não sejam capazes de se conceber em um tempo subjetivo e viajar mentalmente no tempo. Por meio da singularização de memórias autobiográficas como memórias que veiculam um conteúdo factual sobre períodos de vida, casos como o do paciente K.C. nos mostram que ele de fato era consciente de sua personalidade e de sua autobiografia, mesmo sem poder lembrar episodicamente, já que ele podia se lembrar desse tipo de informação. Isso nos leva a uma consequência moral importante, que é a de não hipotetizar que esses pacientes tenham perdido o contato com sua narrativa de vida, ou que se encontrem “presos no presente”, como já foi teorizado em algumas instâncias. Ao contrário, analisando o tipo de conteúdo que K.C. sabia sobre sua vida, podemos imaginar que ele de fato poderia narrar acontecimentos que eram relevantes para a constituição de sua personalidade.

REFERÊNCIAS

ADDIS, D. R.; WONG, A. T.; SCHACTER, D. L. Remembering the past and imagining the future: Common and distinct neural substrates during event construction and elaboration. *Neuropsychologia*, v. 45, n. 7, p. 1363–1377, 2007.

ARANGO-MUÑOZ, S. Metacognitive Feelings, Self-Ascriptions and Mental Actions. *Philosophical Inquiries*, v. 2, n. 1, p. 145–162, 2014.

ATKINSON, R. C.; SHIFFRIN, R. M. Human Memory: A Proposed System and its Control Processes. *Psychology of Learning and Motivation - Advances in Research and Theory*, v. 2, n. C, p. 89–195, 1968.

BERNECKER, S. *The Metaphysics of Memory*. Dordrecht: Springer Netherlands, 2008. v. 17.

BERNTSEN, D.; BOHN, A. Remembering and forecasting: The relation between autobiographical memory and episodic future thinking. *Memory and Cognition*, v. 38, n. 3, p. 265–278, 2010.

BERNTSEN, D.; RUBIN, D. C. Emotion and vantage point in autobiographical. <http://dx.doi.org/10.1080/02699930500371190>, v. 20, n. 8, p. 1193–1215, dez. 2006.

BREWER, W. F. What is autobiographical memory? Em: *Autobiographical Memory*. [s.l.] Cambridge University Press, 1986. p. 25–49.

CHENG, S.; WERNING, M. What is episodic memory if it is a natural kind? **Synthese**, v. 193, n. 5, p. 1345–1385, 2016.

CHENG, S.; WERNING, M.; SUDDENDORF, T. Dissociating memory traces and scenario construction in mental time travel. **Neuroscience and Biobehavioral Reviews**, v. 60, p. 82–89, 2016a.

CHENG, S.; WERNING, M.; SUDDENDORF, T. Dissociating memory traces and scenario construction in mental time travel. **Neuroscience & Biobehavioral Reviews**, v. 60, p. 82–89, 1 jan. 2016b.

CHIANG, T. **Exhalation**. First edition ed. New York: Alfred A. Knopf, 2019.

CLAYTON, N. S.; DICKINSON, A. Episodic-like memory during cache recovery by scrub jays. **Nature**, v. 395, n. 6699, p. 272–274, set. 1998.

CONWAY, M. A. Autobiographical Memory. Em: **Memory**. [s.l.] Elsevier, 1996. p. 165–194.

CONWAY, M. A.; RUBIN, D. C. The structure of autobiographical memory. Em: **Theories of memory**. Hillsdale, NJ, US: Lawrence Erlbaum Associates, Inc, 1993. p. 103–137.

CONWAY, M. A.; SINGER, J. A.; TAGINI, A. The Self and Autobiographical Memory: Correspondence and Coherence. <http://dx.doi.org/10.1521/soco.22.5.491.50768>, v. 22, n. 5, p. 491–529, 2 jun. 2004.

CRAVER, C. F. Remembering: Epistemic and Empirical. **Review of Philosophy and Psychology**, v. 11, n. 2, p. 261–281, jun. 2020.

D'ARGEMBEAU, A.; VAN DER LINDEN, M. Phenomenal characteristics associated with projecting oneself back into the past and forward into the future: Influence of valence and temporal distance. **Consciousness and Cognition**, v. 13, n. 4, p. 844–858, 2004.

D'ARGEMBEAU, A.; VAN DER LINDEN, M. Individual differences in the phenomenology of mental time travel: The effect of vivid visual imagery and emotion regulation strategies. **Consciousness and Cognition**, v. 15, n. 2, p. 342–350, 2006.

DE BRIGARD, F. Is memory for remembering? Recollection as a form of episodic hypothetical thinking. **Synthese**, v. 191, n. 2, p. 155–185, 2014.

DINGS, R.; NEWEN, A. Constructing the Past: the Relevance of the Narrative Self in Modulating Episodic Memory. **Review of Philosophy and Psychology**, 2021.

DOKIC, J. Feeling the Past: A Two-Tiered Account of Episodic Memory. **Review of Philosophy and Psychology**, v. 5, n. 3, p. 413–426, 2014.

GALLAGHER, S. A pattern theory of self. **Frontiers in Human Neuroscience**, v. 7, n. JUL, p. 1–7, 2013.

GAZZANIGA, M. Dynamical Relations in the Self-Pattern. [s.l.: s.n.].

GOLDMAN, A. I. Metaphysics, Mind, and Mental Science. **Philosophical Topics**, v. 17, n. 1, p. 131–145, 1989.

GRICE, H. P. II.—PERSONAL IDENTITY. **Mind**, v. L, n. 200, p. 330–350, 1941.

GRIFFITHS, D.; DICKINSON, A.; CLAYTON, N. Episodic memory: what can animals remember about their past? **Trends in Cognitive Sciences**, v. 3, n. 2, p. 74–80, fev. 1999.

HYMAN, I. E.; LOFTUS, E. F. ERRORS IN AUTOBIOGRAPHICAL MEMORY. 1998.

JAMES, W. The Principles of Psychology. **Journal of the History of Philosophy**, v. 21, n. 2, p. 270–272, 1890.

KEAS, M. N. Systematizing the theoretical virtues. **Synthese**, v. 195, n. 6, p. 2761–2793, jun. 2018.

KLEIN, S. B. Auto-noesis and Belief in a Personal Past: An Evolutionary Theory of Episodic Memory Indices. **Review of Philosophy and Psychology**, v. 5, n. 3, p. 427–447, 2014.

KLEIN, S. B. What memory is. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Cognitive Science**, v. 6, n. 1, p. 1–38, 2015.

KLEIN, S. B.; NICHOLS, S. Memory and the Sense of Personal Identity. **Mind**, v. 121, n. 483, p. 677–702, 2012.

LEWIS, D. **Philosophical papers Vol. 1**. 1. ed. [s.l.] Oxford University Press, 1983

LIBBY, L. K.; SHAEFFER, E. M.; EIBACH, R. P. Seeing Meaning in Action: A Bidirectional Link Between Visual Perspective and Action Identification Level. **Journal of Experimental Psychology: General**, v. 138, n. 4, p. 503–516, nov. 2009.

LOCKE, J. ENSAIO SOBRE O ENTENDIMENTO HUMANO. – LIVRO II. 27 DA IDENTIDADE E DA DIVERSIDADE. **Sképsis**, v. 12, 2015.

LOFTUS, E. F.; HOFFMAN, H. G. Misinformation and Memory: The Creation of New Memories. 1989.

LOFTUS, E. F.; PICKRELL, J. E. The Formation of False Memories. **Psychiatric Annals**, v. 25, n. 12, p. 720–725, dez. 1995.

MARTIN, C. B.; DEUTSCHER, M. Remembering. **The Philosophical Review**, v. 75, n. 2, p. 161, abr. 1966.

MARTIN, R. Self-Concern. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 61, n. 3, p. 718, nov. 2000.

MCCARROLL, C. **Remembering from the Outside**. [s.l.] Oxford University Press, 2018. v. 1

METZINGER, T. Being No One. The Self-Model Theory of Subjectivity. [s.l.: s.n.].

METZINGER, T. **The Ego Tunnel**. [s.l.: s.n.].

- METZINGER, T. The No-Self Alternative. **The Oxford Handbook of the Self**, n. December 2018, p. 1–19, 2011.
- MICHAELIAN, K. Generative memory. **Philosophical Psychology**, v. 24, n. 3, p. 323–342, 2011.
- MICHAELIAN, K. *Mental Time Travel: Episodic Memory and Our Knowledge of the Personal Past*. [s.l.] The MIT Press, 2016a.
- MICHAELIAN, K. Against Discontinuism. Em: **Seeing the Future**. [s.l.] Oxford University Press, 2016b. p. 62–92.
- MICHAELIAN, K.; ROBINS, S. K. Beyond the causal theory? Fifty years after Martin and Deutscher. **New Directions in the Philosophy of Memory**, p. 13–32, 2018.
- MICHAELIAN, K.; SUTTON, J. **Memory (Stanford Encyclopedia of Philosophy)**. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/memory/>>. Acesso em: 6 jun. 2022a.
- MICHAELIAN, K.; SUTTON, J. Memory. Em: ZALTA, E. N. (Ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Summer 2017 ed. [s.l.] Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2017b.
- MILNER, B.; CORKIN, S.; TEUBER, H. L. Further analysis of the hippocampal amnesic syndrome: 14-year follow-up study of H.M. **Neuropsychologia**, v. 6, n. 3, p. 215–234, 1968.
- NANAY, B. **Mental Imagery (Stanford Encyclopedia of Philosophy)**. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/mental-imagery/>>. Acesso em: 6 jun. 2022.
- NEWEN, A. The embodied self, the pattern theory of self, and the predictive mind. **Frontiers in Psychology**, v. 9, n. NOV, p. 1–14, 2018.
- PARFIT, D. **Reasons and persons**. 1. issued in paperback (with corr.), reprinted with further corr ed. Oxford: Clarendon Press, 1987.
- PERRIN, D. Asymmetries in Subjective Time. **Seeing the Future**, p. 39–61, 2016.
- PERRIN, D.; MICHAELIAN, K. Memory as mental time travel. **The Routledge Handbook of Philosophy of Memory**, n. Debus 2014, p. 228–239, 2017.
- PERRIN, D.; MICHAELIAN, K.; SANT'ANNA, A. The Phenomenology of Remembering Is an Epistemic Feeling. **Frontiers in Psychology**, v. 11, p. 1–26, 2020.
- PERRY, J. The importance of being identical. Em: **The identities of persons**. 1. ed. University of California Press: Amélie Rorty, 1976. p. 67–90.
- PLUNKETT, D.; CAPPELEN, H. *A Guided Tour Of Conceptual Engineering and Conceptual Ethics*. , 2020.
- PLUNKETT, D.; SUNDELL, T. Disagreement and the semantics of normative and evaluative terms. **Philosophers Imprint**, v. 13, 2013.

RASMUSSEN, A. S.; BERNTSEN, D. The reality of the past versus the ideality of the future: Emotional valence and functional differences between past and future mental time travel. **Memory and Cognition**, v. 41, n. 2, p. 187–200, 2013.

RIBAS, G. F. FILOSOFIA DA MEMÓRIA: PROBLEMAS E DEBATES ACERCA DA MEMÓRIA EPISÓDICA. **Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 12, n. 31, p. 77–106, 20 jul. 2020.

REID, T. O Problema da Identidade Pessoal: Tradução das Críticas de Butler e Reid a Locke. **Sképsis**, v. 12, p. 127–135, 2021.

ROEDIGER, H. L.; MCDERMOTT, K. B. Creating False Memories: Remembering Words Not Presented in Lists. 1995.

ROSE, N. S. et al. Similarities and differences between working memory and long-term memory: Evidence from the levels-of-processing span task. **Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition**, v. 36, n. 2, p. 471–483, mar. 2010.

ROSENBAUM, R. S. et al. The case of K.C.: Contributions of a memory-impaired person to memory theory. **Neuropsychologia**, v. 43, n. 7, p. 989–1021, 2005.

SCHACHTEL, E. G. On Memory and Childhood Amnesia. **Psychiatry**, v. 10, n. 1, p. 1–26, fev. 1947.

SCHACTER, D. L. Searching for Memory: The Brain, the Mind and the Past. [s.l.] Basic Books, 1996.

SCHACTER, D. L.; ADDIS, D. R. The cognitive neuroscience of constructive memory: Remembering the past and imagining the future. **Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 362, n. 1481, p. 773–786, 2007.

SCHECHTMAN, M. Personal Identity and the Past. **Philosophy, Psychiatry, & Psychology**, v. 12, n. 1, p. 9–22, 2005.

SCHIRMER, C.; MCCARROLL, C. J. The Relation between Memory and Imagination : A Debate About the Right Concepts. n. Debus 2014, p. 1–31, 2022.

SCHIRMER DOS SANTOS, C. O debate causalismo versus simulacionismo em filosofia da memória como negociação metalinguística. **Perspectiva Filosófica**, v. 46, p. 381–403, 2019.

SCOVILLE, W. B.; MILNER, B. Loss of recent memory after bilateral hippocampal lesions. **Journal of neurology, neurosurgery, and psychiatry**, v. 20, n. 1, p. 11–21, 1957a.

SCOVILLE, W. B.; MILNER, B. Loss of recent memory after bilateral hippocampal lesions. **Journal of neurology, neurosurgery, and psychiatry**, v. 20, n. 1, p. 11–21, 1957b.

SHOEMAKER, S. A Materialist Account. Em: **Personal Identity**. 1. ed. [s.l.] Basil Blackwell, 1984.

SQUIRE, L. R. Memory and Brain Systems: 1969-2009. **Journal of Neuroscience**, v. 29, n. 41, p. 12711–12716, 14 out. 2009.

STRAWSON, G. On the Use of the Notion of Narrative in Ethics and Psychology. Em: **The Natural Method**. [s.l.] The MIT Press, 2020.

STRAWSON, P. F. **Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics**. 1. ed. London: Routledge, 1959.

SUDDENDORF, T.; BUSBY, J. Mental time travel in animals? **Trends in Cognitive Sciences**, v. 7, n. 9, p. 391–396, set. 2003.

SUDDENDORF, T.; CORBALLIS, M. C. Mental time travel and the evolution of the human mind. **Genetic, social, and general psychology monographs**, v. 123, n. 2, p. 133–67, maio 1997.

SUTTON, J. **Philosophy and Memory Traces: Descartes to Connectionism**. [s.l.: s.n.].

SZPUNAR, K. K. On subjective time. **Cortex**, v. 47, n. 3, p. 409–411, 2011.

SZPUNAR, K. K.; WATSON, J. M.; MCDERMOTT, K. B. Neural substrates of envisioning the future. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 104, n. 2, p. 642–647, 2007.

TULVING, E. Episodic and semantic memory. Em: **Organization of Memory**. [s.l.: s.n.]. v. 1p. 381–403.

TULVING, E. **Elements of episodic memory**. Oxford [Oxfordshire]: New York: Clarendon Press; Oxford University Press, 1983.

TULVING, E. Memory and consciousness. **Canadian Psychology/Psychologie canadienne**, v. 26, n. 1, p. 1–12, jan. 1985.

TULVING, E. et al. Priming of semantic autobiographical knowledge: A case study of retrograde amnesia. **Brain and Cognition**, v. 8, n. 1, p. 3–20, 1988.

TULVING, E. Remembering and Knowing the Past. **American Scientist**, v. 77, n. 4, p. 361–367, 1989.

TULVING, E. Chronesthesia: Conscious Awareness of Subjective Time. Em: **Principles of Frontal Lobe Function**. [s.l.] Oxford University Press, 2002. v. 38p. 311–325.

TULVING, E.; SZPUNAR, K. K. Does The Future Exist? **Mind and the Frontal Lobes: Cognition, Behavior, and Brain Imaging**, p. 248–263, 2012.

VALENTI, G.; LIBBY, L. K.; EIBACH, R. P. Looking back with regret: Visual perspective in memory images differentially affects regret for actions and inactions. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 47, n. 4, p. 730–737, 2011.

VALLACHER, R. R.; WEGNER, D. M. Action identification theory. **Handbook of Theories of Social Psychology: Volume 1**, p. 327–348, 1 jan. 2012.

WAUGH, N. C.; NORMAN, D. A. Primary memory. **Psychological Review**, v. 72, n. 2, p. 89–104, mar. 1965. ARANGO-MUÑOZ, S. Metacognitive Feelings, Self-Ascriptions and Mental Actions. **Philosophical Inquiries**, v. 2, n. 1, p. 145–162, 2014.

WRINCH, D. On the nature of memory. **Mind**, v. 29, n. 113, p. 46–61, 1920.